



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL**

**A IMPLEMENTAÇÃO DA CHAMADA PÚBLICA DE ATER
AGROECOLÓGICA NO VALE DO RIBEIRA (PR): DESAFIOS E
VIABILIDADE**

KESSY RIZENTAL DA SILVA

**Araras
2017**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL**

**A IMPLEMENTAÇÃO DA CHAMADA PÚBLICA DE ATER
AGROECOLÓGICA NO VALE DO RIBEIRA (PR): DESAFIOS E
VIABILIDADE**

KESSY RIZENTAL DA SILVA

**ORIENTADORA: PROFA. DRA. SONIA MARIA PESSOA PEREIRA
BERGAMASCO**

**CO-ORIENTADORA: PROFA. DRA. VANILDE FERREIRA DE SOUZA
ESQUERDO**

Dissertação apresentada ao Programa
de Pós-Graduação em Agroecologia e
Desenvolvimento Rural como requisito
parcial à obtenção do título de
**MESTRE EM AGROECOLOGIA E
DESENVOLVIMENTO RURAL**

Araras

2017

Rizental da Silva, Kessy

A implementação da chamada pública de Ater agroecológica no Vale do Ribeira (PR): desafios e viabilidade / Kessy Rizental da Silva. -- 2017.
126 f. : 30 cm.

Dissertação (mestrado)-Universidade Federal de São Carlos, campus Araras, Araras

Orientador: Profª. Drª. Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco
Banca examinadora: Profª. Drª. Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco,
Prof. Dr. Luiz Antonio Cabello Norder, Profª. Drª. Regina Aparecida Leite de Camargo

Bibliografia

1. Assistência Técnica e Extensão Rural. 2. Agricultura Familiar. 3. Agroecologia. I. Orientador. II. Universidade Federal de São Carlos. III. Título.



Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Kessy Rizental da Silva, realizada em 24/02/2017:

Profa. Dra. Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco
UFSCar

Prof. Dr. Luiz Antonio Cabello Norder
UFSCar

Profa. Dra. Regina Aparecida Leite de Camargo
UNESP

*Para Catarina,
Que o que eu fui e o que eu sou
Te motive a ser quem e o que
quiser ser.*

AGRADECIMENTOS

Meu primeiro agradecimento vai para o Matheus Vergne, profissional que muito admiro, botânico apaixonado pelas plantas e que me ensinou a admirá-las também. Companheiro da vida, pai da minha filha, te agradeço por toda a sua paciência, parceria e incentivo neste longo processo, nos momentos de inquietude ou perturbações. Tenho sorte que nossos caminhos se cruzaram;

Ao meu Solzinho, meu grudinho, minha Pepita, Catarina Vergne, que veio ao mundo para me ensinar, me motivar, me fazer crescer. Que ilumina meus dias com seu olhar e seu sorriso. Que desde o meu ventre se mostra guerreira. Que me acompanhou na Extensão Rural de dentro da barriga. Você é minha maior parceira e inspiração, desde sempre e para sempre, minha filhinha;

A minha família e a minha nova família: João, Sabrina, Gi, Alicia, Marcelo, Luiz, D. Alice, primos, tios... eita família grande! Grande e que sempre me apoiou em todas as minhas escolhas, eu definitivamente não seria quem sou sem vocês. E a minha nova família: Mara, Dri, Du, Henrique, D. Nida, Seu Godinho, tios, primos, cachorros... eita família grande! Já nem me recordo quantas vezes eu já agradei aos cosmos pela sorte da minha filha ter ganhado uma família tão família! Minha segunda família;

À professora Sonia M. P. P. Bergamasco, por me acolher, me orientar, por seus ensinamentos, paciência e compreensão em diversos momentos dessa jornada que foi o mestrado;

À professora Vanilde F. S. Esquerdo, pelo imenso acolhimento como profissional, paciência como coorientadora, empatia como mãe e mulher. Admiro-a muito e sou eternamente grata.

Aos profissionais do Vale do Ribeira paranaense e Região Metropolitana de Curitiba: todos os envolvidos nas ações de Ater nessas regiões, todos os companheiros de Extensão Rural. Trabalho extremamente árduo, pouco reconhecido, de imensa fragilidade, mas que configura em umas das principais ferramentas não só para o desenvolvimento rural, mas também para o acolhimento e empoderamento de comunidades de agricultores, muitas vezes abandonadas pelo Estado. Em especial aos

amigos Renato Hillman e sua linda família, Joaquim Rausis, Lindomar Shmitz e Fabiola, pelos ensinamentos, reflexões e lições profissionais e de vida. Pessoas íntegras, comprometidas e extremamente do bem.

Aos agricultores, todos que tive contato no período em que trabalhei no Paraná, tanto durante o mestrado quanto na Ater, que me receberam em suas casas como se eu fosse de suas famílias, que me ensinaram a “ser gente”. Se tem algo, ou melhor, alguém que faz valer a pena seguir trabalhando na Extensão Rural, esse alguém são os produtores.

Aos meus amigos de faculdade que levei para a vida, são muitos, alguns mais distantes, alguns distantes, porém sempre presente. Em especial às eternas companheiras da Sapucaia, a minha cumadi Carol e ao cumpadi Layon pelo amor à Catarina, às amigas que a maternidade me trouxe e que hoje são muito queridas por mim, às amigas antigas de Pira.

Aos meus colegas de mestrado, principalmente Lucimara, Lara, Rafael, Tati, Carine, Adriel, Pri, Dez, por todas as trocas e momentos prazerosos, e principalmente ao José, que tenho como um irmão.

SUMÁRIO

ÍNDICE DE TABELAS	i
ÍNDICE DE FIGURAS	ii
SIGLAS E ABREVIATURAS	iii
Resumo.....	v
Abstract.....	vi
1 INTRODUÇÃO	1
2 REVISÃO DA LITERATURA	9
2.1 Breve histórico da Ater no Brasil	9
2.2 Ater para Agricultura Familiar no Paraná.....	12
2.3 A Ater agroecológica na formação socioambiental crítica e na promoção do desenvolvimento rural no Vale do Ribeira	14
3 MATERIAIS E MÉTODOS.....	18
3.1 Local do estudo.....	18
3.2 Das intenções da pesquisa	20
3.3 Delineamento metodológico	21
3.4 Etapas da pesquisa.....	23
3.4.1 Primeira etapa.....	24
3.4.2 Segunda etapa.....	25
3.4.3 Terceira etapa	26
4 CAPÍTULO I – Das chamadas públicas de Ater no Paraná à chamada de Ater agroecológica.....	27
4.1 A elaboração e publicação das chamadas públicas para Extensão Rural	29
4.2 Estrutura geral das chamadas públicas de Ater.....	32
4.3 Chamadas públicas de Ater para Agricultura Familiar no Paraná.....	33
4.4 A comunicação na rede de Ater do Paraná	40
4.5 A chamada pública de Ater em Agroecologia	44
5 CAPÍTULO II – Perfil e perspectivas dos profissionais envolvidos na Ater agroecológica no Vale do Ribeira paranaense	50
5.1 Quem são esses profissionais?.....	50
5.2 Ater no Vale do Ribeira paranaense.....	54
5.3 Agroecologia e Ater agroecológica no Vale do Ribeira	69
5.4 Sobre o futuro da Ater agroecológica	74
6 CONCLUSÕES	83
7 LITERATURA CITADA.....	86

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Chamadas públicas de Ater no estado do Paraná (2010-2013): tema, ano de publicação, público beneficiário e área geográfica contemplada	35
Tabela 02 Quantidade de contratos de Ater por municípios contemplados no estado do Paraná.....	37
Tabela 03. Quantidade de contratos e volume de recursos de Ater no período 2010-2013 no estado do Paraná	40
Tabela 04. Perfil dos profissionais entrevistados	52
Tabela 05. Benefícios mais citados pelos profissionais de Ater ao trabalharem com a Extensão Rural agroecológica	73

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Linha do tempo demonstrando os principais marcos na história da Ater no país, fazendo um paralelo com a história do Paraná.....	14
Figura 2. Municípios que compõe a porção paranaense do Vale do Ribeira .	18
Figura 3. Abrangência das chamadas públicas e contratos de Ater via MDA no Paraná – quantidade por município	36
Figura 4. Abrangência das chamadas públicas de contratos de Ater via MDA no Paraná – percentual de atendimento de DAP's por municípios	39
Figura 5. Composição do CEDRAF.....	41
Figura 6. Câmara municipal de Ater em Rio Branco do Sul-PR	42
Figura 7. Reunião de articulação de projetos de Ater no município de Rio Branco do Sul-PR	64
Figura 8. Atividade de intercâmbio de conhecimento entre produtores familiares agroecológicos no município de Bocaiúva do Sul-PR.....	65
Figura 9. Roda de conversa sobre comercialização e certificação da produção facilitada pela AOPA e no município de Cerro Azul	66

SIGLAS E ABREVIATURAS

ABCAR	- Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural
ACAR	- Associação de Crédito e Assistência Rural
ACARPA	- Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná
ANATER	- Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
AOPA	- Associação de Agricultura Orgânica do Paraná
ATER	- Assistência Técnica e Extensão Rural
CEATER	- Conferência Estadual de Ater
CEDRAF	- Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar
CIAPO	- Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica
CNATER	- Conferência Nacional de Ater
CNPq	- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONDRAF	- Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
CONTAG	- Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPRA	- Centro Paranaense de Referência em Agroecologia
CRESOL	- Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária
DAP	- Declaração de Aptidão ao PRONAF
DATER	- Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural
DESER	- Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais
EMATER-PR	- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Paraná
EMBRATER	- Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
IAPAR	- Instituto Agrônomo do Paraná
IBRA	- Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
INCRA	- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MAPA	- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	- Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	- Ministério do Desenvolvimento Social
ONG	- Organização Não-Governamental
PLANAPO	- Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PNATER	- Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PROATER	- Programa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural
PRONAF	- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONATER	- Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
SAF	- Secretaria da Agricultura Familiar
SEAB-PR	- Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Paraná
SEAD	- Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário

SIATER - Sistema Informatizado de Ater

A IMPLEMENTAÇÃO DA CHAMADA PÚBLICA DE ATER AGROECOLÓGICA NO VALE DO RIBEIRA (PR): DESAFIOS E VIABILIDADE

Autor: KESSY RIZENTAL DA SILVA

**Orientadora: Profa. Dra. SONIA MARIA PESSOA PEREIRA
BERGAMASCO**

**Co-orientadora: Profa. Dra. VANILDE FERREIRA DE SOUZA-
ESQUERDO**

RESUMO

O desenvolvimento rural no Brasil vem sendo marcado pela preocupação não só com questões relacionadas à geração de renda, mas também de melhorias nas condições de vida das populações do campo. A Ater pode se configurar como ferramenta de acesso às políticas públicas para promoção e consolidação do desenvolvimento rural sustentável. O presente estudo buscou analisar a ocorrência das chamadas públicas de Ater no estado do Paraná, focando na construção e início das atividades da Chamada Pública INCRA e SAF/DATER/MDA, nº13/2013, a chamada de Agroecologia, na perspectiva dos extensionistas e de outros profissionais envolvidos na execução de atividades de Ater na região do Vale do Ribeira paranaense. Para este fim, foram aplicadas entrevistas semiestruturadas a 17 profissionais, bem como foi realizada uma revisão documental e bibliográfica sobre a temática. Por meio destas ferramentas, foi possível constatar que, apesar dos expressivos avanços ocorridos na área da Ater agroecológica, muitos gargalos ainda se fazem presentes e marcantes nestes serviços. Se por um lado, o Estado apresenta propostas e constrói juntamente com a sociedade civil políticas públicas estruturantes e que subsidiam melhorias a vida do produtor, por outro, o mesmo Estado vem dificultando este desenvolvimento. Foi observado que apesar do alto nível técnico e acadêmico apresentado pelos extensionistas na chamada de Agroecologia, estes apresentam um elevado despreparo para lidar com questões relacionadas à Agroecologia, o que reflete uma postura ainda arraigada nos moldes da Ater difusionista dos anos de 1990.

THE IMPLEMENTATION OF THE PUBLIC CALL FOR AGROECOLOGICAL ATER IN VALE DO RIBEIRA (PR): CHALLENGES AND VIABILITY

Author: KESSY RIZENTAL DA SILVA

Adviser: Profa. Dra. SONIA MARIA PESSOA PEREIRA BERGAMASCO

Co-adviser: Profa. Dra. VANILDE FERREIRA DE SOUZA-ESQUERDO

ABSTRACT

Rural development in Brazil has been marked by concern not only with issues related to income generation, but also with improvements in the living conditions of rural populations. Rural Extension can be configured as a tool to access public policies to promote and consolidate sustainable rural development. The present study aimed to analyze the occurrence of Ater public calls in the state of Paraná, focusing on the construction and initiation of the public call INCRA and SAF/DATER/ MDA nº 13/2013, the agroecology public call, including the perspectives of extension workers and other professionals involved in the execution of Ater activities in the region of the Vale do Ribeira. For this purpose, semi-structured interviews were applied to 17 professionals, as well as documentary and bibliographic review about the subject. Through these tools, it was possible to verify that despite significant advances in the agroecological rural extension, many bottlenecks are still present and prominent in these services. If on one hand the government presents proposals and builds with civil society structuring public policies and that leverage the life of the producer, in the other hand the state itself has stuck this development. It was also observed that in spite of the high technical and academic level presented by the extensionists in the public call for agroecological Ater, these present a high unpreparedness to deal with issues related to Agroecology, which reflects a posture still rooted in the molds of the diffusionist Ater of the 1990's.

1 INTRODUÇÃO GERAL

Analisando a questão do desenvolvimento rural sustentável no Brasil, podemos perceber que as estratégias adotadas nos debates e pesquisas na área vêm sendo empregadas em direção a uma formação socioeconômica e ambiental das comunidades rurais, incentivando práticas reflexivas e transformadoras. Desta forma, pode-se dizer que o desenvolvimento rural sustentável deve ser promovido, segundo Navarro (2001), ao se aliar o desenvolvimento agrícola (condições de produção – sentido exclusivamente produtivo) e o desenvolvimento agrário (condições sociais e econômicas, de produção, instituições, políticas públicas – o que o autor se refere como a “vida social rural”).

Entre as décadas de 1950 e 1970, os debates e as diretrizes que norteavam o desenvolvimento rural se orientavam através de um padrão civilizatório dominante, com significado modernizante, onde a melhoria do bem-estar das populações rurais era entendida como resultado “natural” do desenvolvimento econômico, e não como objetivo a ser alcançado por projetos que visassem a real materialização deste bem-estar.

Em meados da década de 1990, o debate sobre desenvolvimento rural é redirecionado, motivado pela incredulidade no modelo desenvolvimentista herdado do pós-guerra. Este novo modelo teria um caráter mais “sustentável”.

Vários fatores contribuíram para o surgimento dessa transformação no modelo de desenvolvimento rural no Brasil, as quais podem-se citar as discussões em torno da Agricultura Familiar, a crescente influência do Estado no meio rural por meio de políticas públicas de caráter social, mudanças no âmbito político-ideológico que atuavam no centro do poder e também o surgimento da discussão sobre a vertente ambiental da sustentabilidade.

O Relatório de Brundtland (denominado “Nosso futuro comum”), produzido em 1987 produzido pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas, difundiu a ideia de que o desenvolvimento sustentável é aquele que satisfaz as necessidades do

presente sem ônus às satisfações das futuras gerações. Já nos anos de 1990, a II Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento traz história e desdobramentos importantes principalmente para os debates de pauta econômica e ecológica, trazendo em sua abordagem a discussão acerca da sustentabilidade: *“A ECO-92, no Rio de Janeiro, é um exemplo da preocupação do homem com seu planeta e com seu semelhante. As nações passam a preocupar-se finalmente com os impactos do processo de crescimento na qualidade de vida”* (Oliveira, 2002, p. 38).

Tal evento produziu importantes documentos, com destaque para a Agenda 21 Global. No ano de 2002, foi produzida a Agenda 21 brasileira, resultante de um processo de planejamento participativo, tornando-se um importante documento de subsídio à formulação de políticas focadas no desenvolvimento sustentável (MALHEIROS et al., 2008).

Guivant (2002) afirma que as definições sobre “sustentabilidade” são específicas no tempo e no local, dado que tais condições mudam e, dessa forma, também muda o conteúdo atribuído à “sustentabilidade”. Esta não implica um simples pacote ou modelo a ser imposto, porque se trata fundamentalmente de um “processo de aprendizagem”. Para Sachs (2002), qualquer ação em torno da sustentabilidade deve ser fundamentada na harmonização de objetivos sociais, ambientais e econômicos.

O desenvolvimento rural sustentável é, portanto, considerado um processo gradual de mudança, baseado em práticas educativas e participativas. Caporal e Costabeber (2002) o pautam na corrente denominada “ecossocial”, que tem como preceitos a prudência tecnológica; o pressuposto de que os recursos são finitos; a visão de que a economia atua como um subsistema da natureza, estando imersa em relações sociais e nos condicionantes ambientais. Também valoriza as formas alternativas de produção e a participação da população rural no manejo dos agroecossistemas, o que significa que nesse enfoque a Agricultura Familiar mantém sua centralidade.

Para que o desenvolvimento rural sustentável seja promovido de forma efetiva e transformadora, existem hoje conjuntos de ferramentas e mecanismos que podem ser acessados por meio das políticas públicas governamentais e iniciativas de organizações privadas, para que de forma complementar, ou seja, sob as perspectivas econômica, social, ambiental e cultural, o bem-estar e a qualidade de vida das populações rurais possam ser consolidados e preservados.

No campo, uma ferramenta que tem o potencial de ser um agente emancipatório do produtor rural frente à pressão fundiária, ao assistencialismo estatal e à lógica de mercado excludente e que pode ser caracterizada como mecanismo de repasse de informação e conhecimento é a denominada Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater). O termo refere-se à prática “educativa” instituída para a transferência de informações técnicas na agropecuária, tendo assumido características diversas na história da humanidade, com papéis determinados e especificidades inerentes ao modo de produção e ao desenvolvimento das forças produtivas em cada momento (CAPORAL, 1991).

Ainda, segundo Caporal (1991), pode se afirmar que a Ater se inscreve em um círculo das chamadas políticas agrícolas, ou seja, dos aparelhos do Estado dirigidos para o meio rural, sendo um processo “eminentemente educativo”. Este conjunto de atividades enquadram-se nas chamadas “Políticas de Desenvolvimento Agrícola”, que, historicamente, tem concentrado a sua orientação no conhecimento tecnológico e na transferência deste conhecimento.

Em meados da década de 1960 no Brasil, assim como a agricultura passa a ser orientada por um modelo tecnicista e modernizador herdado da Revolução Verde, ocorre também um intenso processo de tecnificação da prestação dos serviços de Ater no país. Com o objetivo fundamental de modernizar e incrementar a produtividade da agricultura através da transferência de tecnologia (BRITO et al., 2012), a Ater apresentava um caráter difusionista, transferindo tecnologia de cima para baixo, sem

nenhuma construção participativa, sem o reconhecimento dos saberes dos agricultores.

Entretanto, na década de 1990, surge a exigência de setores da sociedade para que se retome o velho debate sobre o modo de produção na agricultura. Questões como a preservação ambiental, a reforma agrária, a segurança alimentar, o combate à pobreza e a geração de empregos foram sendo reivindicadas, refletindo o anseio do campo para a construção de outra proposta de Ater (DAMBRÓS et al., 2015). Diante do interesse renovado pela Ater no Brasil, o governo federal aprovou, no ano de 2010, uma nova Política Nacional de Ater – PNATER (LANDINI, 2015). Esta estabeleceu como diretrizes para a prática da Ater no país, entre outras, voltar-se para a Agricultura Familiar, basear-se nos princípios da Agroecologia e apoiar-se em metodologias participativas (MEDEIROS; BORGES, 2007).

Portanto, pode-se afirmar que os serviços de Ater voltados para agricultores de produção de base familiar deve ser diferenciada, como demonstra Abramovay (1998), deve despertar um conjunto de energias locais capaz de valorizar o campo como espaço propício na luta contra a exclusão social, sendo uma expressão dos interesses da agricultura, e ter sensibilidade de buscar as oportunidades pelas quais o meio rural pode ser um fator dinâmico no desenvolvimento local. Não deve, portanto, apresentar-se simplesmente como um canal de venda de pacotes de produtos agroindustriais ou de reprodução da lógica mercantilista.

Uma orientação fundamental para que a Ater seja bem-sucedida, e defendida pela Pnater, é ter a Agroecologia fundamentando suas ações. O conceito de “Extensão Rural agroecológica” é abordado pela primeira vez no país no ano de 2004 pelos Engenheiros Agrônomos Francisco R. Caporal e José A. Costabeber, que também se referem a essa como “Extensão Ecosocial”. Assim, os autores nos apresentam a definição da seguinte maneira:

“(...) um processo de intervenção de caráter educativo e transformador, baseado em metodologias de investigação-ação

participante, que permitam o desenvolvimento de uma prática social mediante a qual os sujeitos do processo buscam a construção e sistematização de conhecimentos que os leve a incidir conscientemente sobre a realidade, com o objeto de alcançar um modelo de desenvolvimento socialmente equitativo e ambientalmente sustentável, adotando os princípios teóricos da Agroecologia como critério para o desenvolvimento e seleção das soluções mais adequadas e compatíveis com as condições específicas de cada agroecossistema e do sistema cultural das pessoas implicadas em seu manejo.” (CAPORAL; COSTABEBER, 2004, p. 64).

Portanto, pode-se dizer que a Nova Extensão Rural proposta deve ser orientada de forma participativa e horizontalizada. Sua aplicação exige a superação de alguns obstáculos, destacando-se a necessidade de imersão do agente, o resgate do conhecimento local, a participação como direito, o processo educativo e a sistematização das experiências (CAPORAL; COSTABEBER, 2004).

Entretanto, é ineficaz que os paradigmas da Extensão Rural sejam questionados se a formação dos profissionais atuantes nesta área não for reorientada. Neste novo projeto de Ater, a atuação profissional deve considerar a heterogeneidade dos espaços agrários, rejeitando a lógica de pacotes tecnológicos intensivos em insumos industriais. Para Silveira e Balem (2004), modelos agroecológicos podem ser desenvolvidos desde que a formação dos profissionais envolvidos com a Extensão Rural abdique da sua tendência a ser voltada essencialmente para o modelo da agricultura herdado da Revolução Verde.

Desta forma, o extensionista rural agroecológico deveria passar de um difusor de tecnologias para um agente educativo, construtor de conhecimento num processo interativo com os agricultores. De acordo com a pesquisa de Zuin et al. (2011), muito pouco mudou em relação às décadas de 1960 ou 1970 nas metodologias empregadas para a capacitação e construção conjunta de novas tecnologias no campo.

Além do extensionista, outro componente que deve ser analisado quanto ao papel que desempenha na Nova Extensão Rural é o Estado, enquanto

agente de promoção e disponibilização de serviços de Ater qualificados e orientados para a Agricultura Familiar. O mecanismo pelo qual o Estado se responsabiliza por selecionar os agentes executores dos serviços de Ater hoje atende pela denominação de “chamadas públicas”, indicada por meio da promulgação da Lei de Ater¹, no ano de 2010, que define a contratação de serviços de Ater: “(...) será antecedida de chamada pública, destinada a classificar propostas técnicas apresentadas pelas Entidades Executoras” (BRASIL, 2010).

São as chamadas, portanto, o mecanismo jurídico-legal que, a partir desse momento, passam a definir a localização geográfica, o público a ser beneficiado, os valores disponibilizados, enfim, as ações de Ater a serem executadas pelo país por meio de diversas entidades (DINIZ et al., 2011). Elas exigem a composição de equipes multidisciplinares, que cada vez mais afastam-se dos processos de produção. Para a produção e para as novas exigências de um desenvolvimento sustentável, defende-se outro perfil profissional, de modo que efetivamente uma proposta de construção participativa de desenvolvimento seja alcançada.

Cabe ainda ao poder público, posterior a seleção destas entidades para execução dos serviços de Extensão Rural, a avaliação da competência destas entidades e a efetividade dos serviços prestados pelas mesmas ao produtor rural, para que se faça valer a elaboração dos editais de Ater e os recursos humanos e financeiros destinados a tais atividades.

Dentro da busca de transformação necessária para se alcançar o desenvolvimento rural sustentável e a adequação das práticas de Extensão Rural no campo, destacam-se, portanto, as questões de reorientação dos conteúdos disciplinares na formação dos profissionais de Ater e das orientações legislativas, que juntas, buscarão por uma Extensão Rural formadora das perspectivas sociais, culturais, econômicas e ambientais das comunidades rurais diante da realidade de vida dos indivíduos.

¹ Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010 - Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – PRONATER.

Pensando em atuar de maneira efetiva dentro das questões levantadas anteriormente, este estudo foi realizado por meio de diferentes etapas, constituindo dois capítulos onde se buscou analisar a ocorrência das chamadas públicas de Ater no estado do Paraná, dando enfoque para a construção e início das atividades da Chamada Pública INCRA e SAF/DATER/MDA, nº13/2013 – 3ª republicação, a chamada pública de Agroecologia, compreendendo as perspectivas dos extensionistas e de outros profissionais envolvidos na execução de atividades de Ater na região do Vale do Ribeira paranaense.

Desta maneira, a presente dissertação apresenta-se em dois capítulos. O primeiro se constitui em uma revisão bibliográfica e levantamento documental acerca das chamadas públicas de Ater que foram publicadas ou que ainda estavam em vigência até o ano de 2015 no estado do Paraná. Ainda neste capítulo, abordou-se a construção do edital e o processo seletivo na Chamada Pública INCRA e SAF/DATER/MDA, nº13/2013 – 3ª republicação, que tem como título “Chamada Pública Conjunta INCRA/MDA para Seleção de Entidades Executoras de Assistência Técnica e Extensão Rural para Promoção da Agricultura Familiar Agroecológica, Orgânica e Agroextrativista”, com base tanto no material coletado quanto nas informações fornecidas durante as entrevistas. Este capítulo é fundamental para o entendimento da construção das chamadas públicas de Ater e o panorama geral destas ações nos municípios paranaenses. Neste sentido, os seguintes itens foram analisados: elaboração e estrutura de chamadas públicas para Extensão Rural, Ater para Agricultura Familiar no Paraná e a Ater agroecológica.

O segundo capítulo trata da análise da perspectiva dos profissionais de Ater de dois municípios do Vale do Ribeira, Rio Branco do Sul e Cerro Azul, principalmente profissionais que estavam envolvidos nas atividades da Chamada Pública INCRA e SAF/DATER/MDA, nº13/2013 – 3ª republicação. Nesta etapa, por meio de entrevistas e observações *in loco*, foram avaliados os desafios e as potencialidades dos serviços de Ater agroecológica sob o ponto de vista de extensionistas e profissionais de

entidades atreladas aos serviços de Extensão Rural para Agricultura Familiar.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Breve histórico da Ater no Brasil

Caporal e Costabeber (2004) reforçam a premissa de que a história da Extensão Rural já foi repetitivamente contada, desde o empenho do Grupo Rockefeller às adaptações do modelo norte-americano de Extensão Rural para as etapas do extensionismo no Brasil. O que se pretende, por meio deste texto, não é descrever novamente este processo, mas através dele, comparar e traçar um paralelo entre a história dos serviços de Ater no âmbito nacional com o histórico dos serviços de Extensão Rural no estado do Paraná.

A institucionalização efetiva do serviço de Ater no Brasil se deu entre as décadas de 1940 e 1950, a partir da criação das Associações de Crédito e Assistência Rural (ACAR), tendo suas origens diretamente influenciadas pelos Estados Unidos da América através do modelo de adoção difusionista (CAPORAL, 1991; CAPORAL e COSTABEBER, 2004; OLIVEIRA, 2012; LANDINI, 2015). Por meio deste modelo buscava-se, como o próprio nome sugere, a difusão dos pacotes tecnológicos. Desta maneira, a ação extensionista, no seu surgimento, tinha suas atividades, bem como a formação de seus técnicos, orientadas por um modelo que se caracterizava por ser reducionista e homogeneizador.

A partir da década de 1960, observa-se uma aceleração do processo de modernização da agricultura brasileira, e uma nova configuração na prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural. Esta aceleração tem como agente catalizador o crédito rural, operacionalizado em 1967, privilegiando os grandes produtores em detrimento dos pequenos (SILVA et al., 1983). Godoi (2014) salienta em sua pesquisa que a institucionalização do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) priorizou quase que absolutamente os projetos que adotavam os preceitos da Revolução Verde, sendo considerado, por isso, altamente seletivo, bem como a Extensão Rural, que passou então a se restringir aos procedimentos burocráticos do empreendimento financiado.

O período posterior continuou sendo marcado por sucessivas tentativas de se institucionalizar e fortalecer os serviços de Extensão Rural no país. Peixoto (2008) traz um rico resgate da evolução da legislação de Ater, na qual, dentre os principais fatos, podem ser sintetizados e destacados: em 1964, a criação do Estatuto da Terra e do IBRA (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária), responsável por prestar assistência técnica aos projetos de reforma agrária; e em 1974, a institucionalização da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater).

A década de 1980 e início dos anos de 1990 ficou estigmatizada por retrocessos no campo da Agricultura Familiar e da Extensão Rural no Brasil, como a extinção da Embrater, as elevadas taxas do êxodo rural, desemprego e a contínua retirada dos subsídios da agricultura. Já na década de 1990, a Agricultura Familiar passou a ser contemplada como categoria política, processo atrelado a recomposição do movimento sindical dos trabalhadores rurais. Em 1996, observou-se então a criação do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), que se configurou como a principal política pública destinada aos pequenos agricultores do Brasil (SCHNEIDER, 2010).

Foi na década de 1990 que surge o Projeto Lumiar (1997), implementado pelo governo federal e concebido com o objetivo de delegar à agentes públicos e privados locais a prestação de assistência técnica. *“Esse projeto, portanto, passa a ter uma característica inédita no país, como prática de Extensão Rural”* (p. 86), buscando se tornar uma nova matriz de referências metodológicas, ultrapassando formas tradicionais de Extensão Rural e garantindo a singularidades locais dos espaços rurais (IENO NETO, 2005).

Portanto, a década de 1990 foi caracterizada por um processo de institucionalização e fortalecimento de uma abordagem dualista do setor agrícola, separando o apoio à agricultura familiar com a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 1998, do apoio à agricultura patronal, mantido mediante o MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento). Essa medida apenas cristalizou a

representação, já forte no seio do governo e na sociedade, de uma agricultura a duas velocidades: uma agricultura capitalista empresarial e uma pequena produção de subsistência, camponesa e atrasada (SABOURIN, 2007).

Em 2003, o MDA ficou incumbido das atividades de Ater, dando início a debates com ampla participação de diversos setores, o que conferiu legitimidade sociopolítica e levou à criação da Pnater-2003 (não institucionalizada), com a orientação fundamental de promover o desenvolvimento sustentável com base nos princípios da Agroecologia. Ao longo de 2009, viria a ocorrer outro processo de debates sobre Ater, desta vez com quase nula participação da sociedade civil, substituindo a Pnater-2003 (CAPORAL, 2011) por uma nova Pnater, no ano de 2010, onde o país passou a contar com a primeira Lei de Ater, que institui:

“(...) a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências” (BRASIL, 2010)

Vale ressaltar que, atualmente, alguns estados brasileiros contam com uma Política Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural, como é o caso do Paraná, que por meio da Lei nº 17.447 de 27 de dezembro de 2012, instituiu a Peater-PR e o Proater-PR (Programa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural), atribuindo ao governo estadual a responsabilidade conjunta com o governo federal de promover e beneficiar os serviços de Ater no estado.

Denardi et al., (2000) salientam a importância da descentralização da responsabilidade sobre o desenvolvimento rural em torno do Estado e a apropriação deste fenômeno pela própria população rural. A associação positiva entre Extensão Rural e organizações de produtores familiares (cooperativas, associações, etc.), por exemplo, garante a

representatividade e o envolvimento do produtor nos processos que impulsionam o desenvolvimento rural sustentável.

A Extensão Rural no Brasil hoje é caracterizada por uma enorme diversidade de agentes que a praticam, a partir de diferentes concepções, métodos, formatos organizativos, lugares sociais, objetivos e interesses. Esta pluralidade contrasta com o quadro predominante até meados dos anos 1980, quando os serviços de Extensão Rural eram quase que exclusivamente prestados diretamente pelo Estado (DIAS, 2007).

2.2 Ater para Agricultura Familiar no Paraná

Em fevereiro de 1956, foi criada a ABCAR (Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural), então responsável pelos serviços de Ater em âmbito nacional (MENDONÇA, 2010, p. 194). No mesmo ano, surgiu no estado do Paraná, no mês de dezembro, o “ETA² – Projeto 15”, através da Secretaria da Agricultura do estado do Paraná, para implantação de um programa de Extensão Rural e Economia Doméstica, dando início à história da Extensão Rural no Paraná. Posteriormente, foi criada no estado a Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná (ACARPA), em dezembro de 1959, que juntamente ao ETA– Projeto 15, assumiu gradativamente a responsabilidade pela Extensão Rural desse projeto até absorvê-lo totalmente (SEPULCRI, 2005).

O surgimento e a dissolução de vários órgãos designados para coordenar os serviços de Ater no país e no estado são marcados pela desarticulação, falta de recursos e pela pouca representatividade política dos setores executores de Ater. Neste cenário, surge em 1978 a Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater-PR), criada para substituir a ACARPA.

Nos anos subsequentes (décadas de 1980 e 1990), a infraestrutura da Emater-PR passa por profundas dificuldades, refletindo a crise do Estado desenvolvimentista resultante das transformações estruturais ocorrida

² ETA – Escritório Técnico de Agricultura.

após os anos de 1990 (SEPULCRI, 2005). Tal crise, institucional e financeira, caracterizou-se por vertiginosa aceleração da inflação e cortes drásticos nos subsídios e crédito para o produtor rural, levando a adoção de uma política econômica recessiva, que por sua vez abriu caminho, na década de 1990, para a abertura de mercados – neoliberalismo (DIAS & AMARAL, 2001).

No ano de 1996, órgãos do governo do estado do Paraná promoveram uma ação conjunta com o objetivo de elaborar um projeto de desenvolvimento rural visando atender os produtores familiares e buscando fortalecer ações de desenvolvimento voltadas para a dinâmica específica desta categoria. Tratava-se do Programa Paraná 12 Meses, que, em conjunto com a Emater-PR e o IAPAR (Instituto Agrônomo do Paraná), buscaram elaborar uma proposta metodológica baseada em redes de propriedades de referências, o “Redes de Referências para Agricultura Familiar”, constituindo uma metodologia inovadora de Extensão Rural que se apoiava em propriedades-modelo para fornecimento de referências técnicas e econômicas (MIRANDA et al., 2001).

Outras ações do governo estadual do Paraná permeiam o século XXI, para fortalecimento da Agricultura Familiar e principalmente com o objetivo de fomentar a produção orgânica e agroecológica. Entre elas, destaca-se o Programa de Agroecologia (PAG) criado pelo IAPAR. Já no ano de 2005, surge o Centro Paranaense de Referência em Agroecologia (CPRA), voltado para o desenvolvimento de pesquisas científicas. No ano de 2007, o CEDRAF (Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar) criou a Câmara Setorial de Agroecologia e Agricultura Orgânica, objetivando difundir e coordenar as políticas públicas do setor (MELÃO, 2011). A seguir, a Figura 01 ilustra e demonstra um paralelo entre os marcos significativos da Extensão Rural no Brasil e no estado do Paraná:

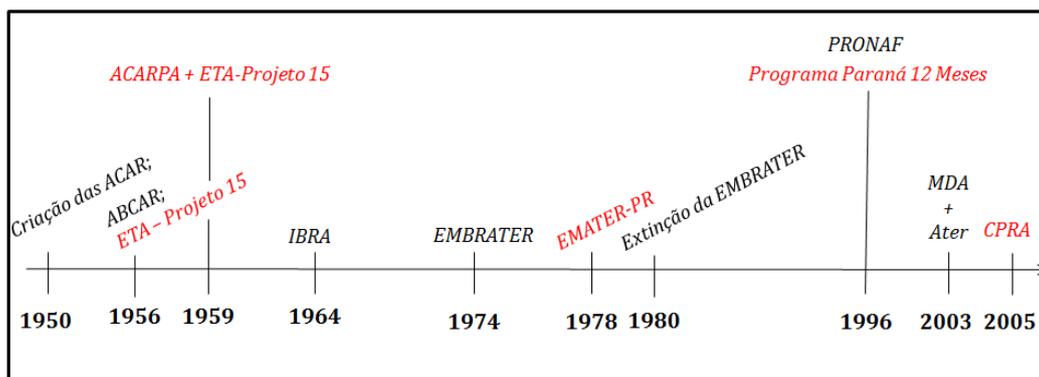


Figura 01 Linha do tempo demonstrando os principais marcos na história da Ater no país, fazendo um paralelo com a história do Paraná (Fonte: do autor – 2017)

O Ipardes (2007) mostra que políticas públicas como a ATER tem impulsionado o crescimento da produção, da comercialização e do consumo de alimentos orgânicos e agroecológicos no Paraná. As agências oficiais de Extensão Rural (no caso do Paraná, a Emater-PR) têm atuado de maneira enfática visando o estímulo ao desenvolvimento de sistemas de produção ecológicos. No estado do Paraná, os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural para produtos orgânicos está presente em quase todas as macrorregiões do estado.

2.3 A Ater agroecológica na formação socioambiental crítica e na promoção do desenvolvimento rural no Vale do Ribeira

Caporal e Costabeber (2002) sugerem que a Agroecologia não deve ser confundida com um estilo de agricultura, pois se trata de um conjunto de ferramentas teóricas e metodológicas que abordam, de maneira sistêmica e holística, as seis dimensões da sustentabilidade (ecológica, econômica, social, cultural, política e ética).

Assim, pode-se afirmar que o desenvolvimento rural sustentável baseia-se, entre outros aspectos, em tecnologias que visem a inclusão social, o fortalecimento da Agricultura Familiar e a preservação ambiental, baseando-se em um paradigma ecossocial e nos princípios e bases epistemológicas da Agroecologia (CAPORAL; RAMOS, 2006). A Ater agroecológica, portanto, se orienta neste mesmo sentido, ou seja,

sustentável, abarcando paradigmas como a relação de gêneros, representatividade política, inserção dos jovens, paradigmas estes que vão além dos sistemas produtivos isoladamente.

CAPORAL e COSTABEBER (2004) apontam que deve haver a associação entre a Extensão Rural pública e a Agroecologia, além do conhecimento abordado de maneira multidisciplinar na pretensão de se construir estratégias de desenvolvimento rural sustentável. Assim, a Agroecologia enquanto ciência, orienta a transição de modelos de agricultura convencionais para modelos sustentáveis de uso do solo, buscando aliar a satisfação das demandas dos grupos humanos com a preservação ambiental (CAPORAL; COSTABEBER, 2002). A Ater agroecológica, por sua vez, pode atuar junto ao agricultor na construção de uma relação permeada por crítica, questionamento e debate, de maneira coletiva e emancipatória.

Diferente da Ater fomentada pela Revolução Verde, a nova Ater definida pela Pnater, de orientação agroecológica, visa tirar o produtor familiar da condição de receptor de informação e conhecimento, para a condição de multiplicador. Assim, a construção de alternativas que promovam o desenvolvimento no campo configura-se como um processo resultante da interação de profissionais e agricultores sendo, portanto, uma relação dialógica. A Extensão Rural vai fortalecendo seu papel no contexto da Agricultura Familiar, assumindo o papel de ferramenta para o produtor familiar, principalmente no acesso às diversas políticas públicas voltadas para o seu desenvolvimento, e por fim deixando essas famílias do campo mais seguras e autônomas. Desta maneira, a Ater agroecológica é marcada por um esforço coletivo em superar as ações fragmentadas que separa extensão de pesquisa e ensino. A Extensão Rural, nesse contexto, trata de uma modalidade de ensino da educação não-formal, articulado com os interesses dos grupos e/ou comunidades, atrelando a competência técnica com o compromisso social.

A Política Nacional de Ater, baseada fundamentalmente na perspectiva da Agroecologia, é uma tentativa em responder às necessidades sentidas

principalmente pelos agricultores. Dias (2008) enfatiza que a perspectiva agroecológica nos serviços de Ater é baseada principalmente na valorização do conhecimento nativo, e que se faz necessário haver constantes retomadas dos debates teóricos e exercícios que façam profissionais e poder público repensarem as práticas extensionistas.

Os resultados não podem ser esperados em curto prazo de tempo, pois as mudanças não ocorrem somente em nível institucional, mas também com relação às linhas de trabalho que priorizem a alteração do paradigma tecnológico para um enfoque agroecológico, e acima de tudo, trabalhando em busca da mudança de atitudes dos técnicos envolvidos em pesquisa e Extensão Rural sobretudo nas instituições públicas (ASSIS, 2006).

Uma das primeiras experiências relacionadas a Ater sob a perspectiva agroecológica foi a proposta da Emater-RS, instituição pública de Assistência Técnica e Extensão Rural do estado do Rio Grande do Sul, entre os anos de 1999 e 2002. A entidade estabeleceu alguns critérios para orientar a ação extensionista, destacando o foco na agricultura familiar, com prioridade para os mais pobres do campo, além de uma orientação técnica baseada nos princípios da Agroecologia. Nesta perspectiva, a ação socioambiental da Emater-RS ganhou destaque por ser inovadora e comprometida com os ideais de sustentabilidade que vinham sendo demandados pela sociedade em geral, ainda que de forma difusa (CAPORAL; PETERSEN, 2012).

Fica claro, portanto, que a região Sul do país pode ser descrita como uma região de forte articulação na Agricultura Familiar, não só quando tratamos de Extensão Rural, como também de produção orgânica, luta camponesa, organização social etc. Atualmente, a região é cenário para a atuação de diversas organizações da sociedade civil que buscam fomentar e fortalecer o desenvolvimento rural sustentável. É o caso da Rede Ecovida, que reúne agricultores familiares, técnicos e consumidores, organizados em cooperativas, associações ou grupos informais, que estejam comprometidas com o desenvolvimento da Agroecologia. Está credenciada no Ministério da Agricultura (MAPA) e é

formada por 24 núcleos espalhados pelos três estados da região Sul. No Paraná são sete núcleos, sendo que o Vale do Ribeira possui um núcleo com quatro grupos de produtores agroecológicos (MUTERLLE; CUNHA, 2011).

No caso do território do Vale do Ribeira, o fomento às atividades ligadas a produção agroecológica se iniciou nos municípios paranaenses do Vale do Ribeira em meados da década de 1990. Neste processo, muitas organizações se fizeram e ainda se fazem presentes, como a AOPA (Associação de Agricultura Orgânica do Paraná), a Cresol (Cooperativa de Crédito com Interação Solidária), o SINTRAF (Sindicato dos Trabalhadores Rurais na Agricultura Familiar de Itaperuçu), entre outros (PADILHA, 2008). Estas entidades, engajadas, buscavam encorajar, apoiar e oferecer subsídios aos produtores familiares para que estes se sentissem motivados a buscarem formas de produção de cunho mais sustentável.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

3.1 Local do estudo

A presente pesquisa foi desenvolvida entre os anos de 2015 e 2017, nos municípios de Rio Branco do Sul e Cerro Azul, estado do Paraná. Ambas estão localizadas no território do Vale do Ribeira paranaense. No entanto, Rio Branco do Sul também pode ser considerada integrante da Região Metropolitana de Curitiba (Figura 01).



Figura 02 Municípios que compõe a porção paranaense do Vale do Ribeira (Fonte: SEBRAE – Adaptado)

Segundo Sevá Filho e Kalinowski (2012), a bacia do Rio Ribeira de Iguape se estende da cumeeira da Serra de Paranapiacaba para o extremo sul do território paulista, e da Serra do Mar paranaense para a fronteira leste desse Estado, incluindo uma parte dos municípios da Região Metropolitana de Curitiba (RMC). São 25 municípios no estado de São Paulo e sete no estado do Paraná (BRASIL, 2016).

Com relevo fortemente ondulado, de muitas montanhas e rios sinuosos, o Vale do Ribeira abriga diferentes territórios, formando um cenário de relevante diversidade étnica, cultural, ecológica e política dentro da maior área contínua de Mata Atlântica do país. A região é território institucional porque está integrado ao Programa Territórios da Cidadania³, geopolítico porque configura a bacia hidrográfica do rio Ribeira de Iguape, e etnocultural porque é habitada historicamente por populações indígenas e quilombolas (MOSCAL e KAMINSKI, 2014).

O território do Vale da Ribeira do Paraná está localizado no Primeiro Planalto Paranaense, e abrange uma área de 6.093,54 km², correspondendo a 21,5% da área de toda a Bacia Hidrográfica Ribeira do Iguape, 54,5% da Bacia Hidrográfica no Paraná e cerca de 7,6% do território estadual. Faz parte da Região Metropolitana de Curitiba, sendo composto por sete municípios: Adrianópolis, Bocaiúva do Sul, Cerro Azul, Doutor Ulisses, Itaperuçu, Rio Branco do Sul e Tunas do Paraná; situa-se na fronteira a leste e ao norte com o Estado de São Paulo, a noroeste e oeste faz divisa com os municípios da Região de Ponta Grossa e a sudoeste e sul, com os municípios do entorno de Curitiba (BIANCHINI, 2010).

A economia da região caracteriza-se por ser essencialmente agrícola. De acordo com Brandenburg et al. (2004), o município de Cerro Azul apresenta produção agrícola extensiva, baixo nível tecnológico e precárias condições de vida, com restrições impostas pelo relevo acidentado, solos rasos e pouco férteis, pressionados ainda pelas áreas de restrição ambiental. Já o município de Rio Branco do Sul apresenta significativo conflito sociedade/natureza por se situar em uma região cárstica, pela fragilidade do meio físico, rochas calcárias, o que implica em restrições ao uso e ocupação do solo.

³ Programa Territórios da Cidadania – criado por meio de decreto do governo federal em fevereiro de 2008, objetivando promover o desenvolvimento econômico, por meio da universalização de programas básicos de cidadania através do desenvolvimento territorial sustentável. O programa conta com 120 Territórios da Cidadania, distribuídos nas cinco regiões brasileiras.

Bianchini (2010) ainda salienta que a cristalização de uma estrutura agrária baseada no grande latifúndio, além de subordinar a população local aos seus sistemas de produção, ampliou restrições aos agricultores familiares sejam eles colonos ou caboclos, proprietários ou posseiros, arrendatários, meeiros ou parceiros, ou ainda trabalhadores rurais em tempo parcial, para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis aos seus projetos de vida. A limitação de um quadro natural adverso dificultou, desde o início da ocupação, o acesso da região aos principais ciclos econômicos e programas de desenvolvimento realizados no Estado do Paraná e na Região Metropolitana de Curitiba.

Neste cenário, as iniciativas relacionadas à prestação de serviços de Assistência Técnica e a Extensão Rural tanto pelo setor privado quanto pelo poder público, voltadas para a produção familiar na região do Vale do Ribeira-PR, apresentam-se como ferramentas estratégicas de orientação ao acesso a programas e políticas públicas destinadas para este público na busca pelo desenvolvimento rural sustentável.

3.2 Das intenções da pesquisa

Para cumprir os objetivos anunciados nesta pesquisa, os caminhos metodológicos percorridos tiveram início em fevereiro de 2015, através da contratação da presente pesquisadora como extensionista agroecológica por uma das entidades selecionadas pela *Chamada Pública INCRA e SAF/DATER/MDA, nº13/2013 – republicação*, para prestação de serviços de ATER agroecológica em um dos lotes (agrupamento de municípios por estado – será elucidado posteriormente), no estado do Paraná.

A partir deste momento, a pesquisadora obteve contato direto com a realidade do meio rural de Rio Branco do Sul e Cerro Azul, municípios integrantes do lote no qual a profissional foi contratada, percebendo a necessidade de aprofundamento científico na abordagem prática dos serviços de Ater que seriam executados pela mesma em ambos os municípios. Surge daí a ideia desta pesquisa, onde primeiramente foi

realizado um levantamento bibliográfico e a escolha dos espaços de atuação.

Além disso, foram definidas as entidades de Extensão Rural participantes e os extensionistas, estes últimos sujeitos da presente pesquisa. Para a seleção dos participantes da pesquisa, utilizou-se como parâmetros a atuação/envolvimento das entidades na Agricultura Familiar e na Ater em Rio Branco do Sul e Cerro Azul e a disponibilidade dos profissionais em participar da pesquisa.

Os profissionais de Ater e as entidades envolvidas direta ou indiretamente na execução das atividades da chamada pública em questão foram contatados previamente durante todo o primeiro semestre de 2015, onde, concomitantemente, foram ocorrendo reuniões com a participação destes profissionais. Durante essas visitas, foram entregues “documentos de aceite” às entidades, onde estas atestavam a concordância de sua participação na pesquisa. Juntamente a estes documentos, o escopo da pesquisa foi apresentado aos representantes destas entidades e as dúvidas foram discutidas e sanadas.

Portanto, foram entregues formalmente pedidos escritos de solicitação para realização da pesquisa e de análise dos documentos oficiais das entidades, resguardando os direitos autorais de ambas e o sigilo dos nomes dos envolvidos no processo de pesquisa.

3.3 Delineamento metodológico

A abordagem qualitativa foi a metodologia selecionada por permitir o aprofundamento nos significados das ações e das relações humanas (motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes), que não são possíveis de se obter apenas por meio da abordagem quantitativa (MINAYO, 2011). De acordo com Oliveira (1999, p. 117),

“(…) as abordagens qualitativas facilitam descrever a complexidade de problemas e hipóteses, bem como analisar a interação entre

variáveis, compreender e classificar determinados processos sociais, oferecer contribuições no processo das mudanças, criação ou formação de opiniões de determinados grupos e interpretação das particularidades dos comportamentos ou atitudes dos indivíduos”.

Ainda, segundo Ludke e André (1986), a abordagem qualitativa apresenta características específicas que levaram a escolha da mesma para a realização desta pesquisa, tais como: o propósito de retratar e analisar a perspectiva dos participantes, o foco do pesquisador no significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida, entre outras.

Dentre os métodos denominados qualitativos, optou-se pela realização de um estudo de caso, em dois municípios da porção paranaense do Vale do Ribeira. De acordo com Yin (2005), este método pode contribuir com o conhecimento que temos dos fenômenos individuais, organizacionais, sociais, políticos e de grupo, além de outros fenômenos relacionados. A escolha do estudo de caso surge do desejo de se compreender fenômenos sociais complexos.

“O estudo de caso conta com ferramentas como a observação direta dos acontecimentos que estão sendo estudados e entrevistas das pessoas neles envolvidas(...). O poder diferenciador do estudo de caso é sua capacidade de lidar com uma ampla variedade de evidências – documentos, artefatos, entrevistas e observações – além do que pode estar disponível no estudo histórico convencional” (YIN, 2005, p. 26-27).

Dentre as ferramentas empregadas no trabalho, foi realizada pesquisa bibliográfica e documental a fim de se mapear/compilar a situação dos serviços de Assistência Técnica e da Extensão Rural na região em questão. Tal levantamento foi feito através de documentação/dados oficiais e não-oficiais do Ministério do Desenvolvimento Agrário, livros e periódicos científicos, artigos e análises estatísticas.

Desta forma, foi fundamental o apoio nas teorias de desenvolvimento sustentável e nas leis: Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER (BRASIL, 2010) e Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PNAPO (BRASIL, 2012). O apoio

em teorias se dá ao longo de todo trabalho, uma vez que a teoria é um *“discurso sistemático que orienta o olhar sobre o problema em pauta, a obtenção dos dados e a análise dos mesmos”* (MINAYO, 2011, p. 18).

Foram utilizadas ainda no estudo ferramentas adotadas pela metodologia qualitativa, tais como as observações de campo e entrevistas-semiestruturadas que, de acordo com Ludke e André (1986), se desenrolam a partir de um esquema básico, porém não aplicado rigidamente, permitindo que o entrevistador faça as necessárias adaptações, tendo como vantagem a captação imediata da informação desejada, praticamente com qualquer tipo de informante e sobre os mais variados tópicos.

As entrevistas começaram a ser realizadas no segundo semestre de 2015 com os profissionais da área de Assistência Técnica e Extensão Rural, entre eles extensionistas (cinco participantes), representantes de entidades parceiras – ONG's, associações, poder público (nove participantes) e representantes do Ministério do Desenvolvimento Agrário (três participantes), em um total de dezessete participantes, fornecendo sua perspectiva frente ao seu cotidiano, os desafios e as potencialidades na área de ATER na região do Vale do Ribeira paranaense. Nesta etapa, as entrevistas semiestruturadas aplicadas apresentaram-se como ferramenta para obtenção de informações acerca do dia-a-dia; das percepções destes atores sobre os serviços de Ater na região; do entendimento de como são as abordagens destes serviços sob orientação da Agroecologia; das mudanças percebidas por meio das ações de Ater; a validade na execução das chamadas públicas como processo de seleção de entidades prestadoras de serviços de Ater; e os atuais desafios e potencialidades destes serviços no desenvolvimento socioeconômico das populações e na proteção da biodiversidade.

3.4 Etapas da pesquisa

A pesquisa compreendeu três etapas, sendo a primeira exploratória; a segunda, mais sistemática em termos de coleta de dados; por fim, a terceira etapa, que consistiu na análise e interpretação dos dados. No entanto, essas etapas não se deram em uma ordem cronológica rígida, se sobrepondo em diversos momentos da execução da pesquisa.

Para esta pesquisa, elencaram-se algumas ferramentas para a coleta de dados, como: conversas formais e informais, análises documentais, entrevistas semiestruturadas, observação participante (MINAYO, 2011).

3.4.1 Primeira etapa:

A primeira etapa foi iniciada no primeiro semestre do ano de 2015, sendo composta por duas fases: levantamento bibliográfico e documental, e seleção dos municípios, entidades e profissionais.

Na pesquisa bibliográfica e documental, buscou-se mapear, como citado anteriormente, a ocorrência das chamadas públicas de Ater no Estado do Paraná, enfatizando a região do Vale do Ribeira paranaense; informações sobre a *Chamada Pública INCRA e SAF/DATER/MDA, nº13/2013 – republicação* (análise do edital, critérios de seleção das entidades); avaliou-se a proposta técnica selecionada pelo MDA na região do Vale do Ribeira. Além disso, foi feita a compilação do material disponível sobre Ater para Agricultura Familiar e Ater agroecológica. De posse deste levantamento, fez-se necessário delimitar a área de estudo da pesquisa.

Foi possível saber quais entidades ligadas à Agricultura Familiar se faziam presentes na região, seu nível e área de atuação dentro da Extensão Rural, e assim selecionar as mais relevantes e representativas para a participação no trabalho. Além de elencar as entidades que poderiam vir a participar da pesquisa, foi determinado os profissionais que poderiam colaborar com informações na pesquisa.

O primeiro contato com as entidades teve caráter despojado, realizado sob o formato de rodas de conversas, troca de emails e ligações telefônicas. A pesquisadora foi apresentada a todos e foi possível

compartilhar a história de vida e as experiências de forma superficial dos profissionais. Em seguida, abriu-se espaço para que a pesquisadora pudesse justificar a importância da pesquisa aos participantes e ao contexto do território. Deixou-se um espaço livre, para que cada participante se expressasse, a fim de saber a opinião de todos, assim como, para acatar sugestões e críticas. Foi possível em meio a essas visitas e conversas traçar como seria a etapa de coleta de dados, no sentido de planejamento e organização.

3.4.2 Segunda etapa:

Na segunda etapa da pesquisa, utilizou-se de outra ferramenta assumida como fundamental para a abordagem qualitativa: as entrevistas semiestruturadas. De acordo com Ludke e André (1986):

“(...) A entrevista semiestruturada se desenrola a partir de um esquema básico, porém não aplicado rigidamente, permitindo que o entrevistador faça as necessárias adaptações. (...). Na entrevista a relação que se cria é de interação. (...) O entrevistado discorre sobre o tema proposto com base nas informações que ele detém e que no fundo é a verdadeira razão da entrevista. (...) A grande vantagem da entrevista sobre outras técnicas é que ela permite a captação imediata da informação desejada, praticamente com qualquer tipo de informante e sobre os mais variados tópicos. (...) A entrevista semiestruturada permite correções, esclarecimentos e adaptações que a tornam sobremaneira eficaz na obtenção das informações desejadas.”

Nesta etapa, as entrevistas semiestruturadas se apresentaram como ferramenta para obtenção de informações sobre o cotidiano dos atores selecionados. Nesta fase, foram entrevistados o corpo técnico de entidades prestadoras de serviços de Ater, atuantes no município e também na região do Vale do Ribeira, representantes de entidades envolvidas com processos de fortalecimento da Agroecologia (associações, cooperativas, etc.), e gestores públicos (Secretaria da Agricultura, MDA). Foram coletadas informações sobre suas opiniões e expectativas frente às dificuldades enfrentadas no processo de

organização das atividades previstas pela proposta técnica, as mudanças positivas trazidas pela chamada pública, entre outras informações.

3.4.3 Terceira etapa:

A terceira e última etapa da pesquisa consistiu na análise e interpretação dos dados coletados por meio das entrevistas semiestruturadas e da observação *in loco*, para posterior comparação com as informações compiladas na literatura.

No total, foram registrados e analisados 14 horas e 13 minutos de gravações das 17 entrevistas. Todas as entrevistas foram transcritas e as informações mais relevantes e pertinentes à pesquisa foram organizadas por meio dos seguintes critérios: 1. perfil dos profissionais, 2. histórico profissional, 3. perspectivas sobre Ater no país e no Paraná, 4. perspectivas sobre a Agroecologia no país e no Paraná, 5. chamadas públicas de Ater, 6. chamada pública de Ater agroecológica.

Após a análise das informações, redigiu-se o texto da presente pesquisa. Vale destacar que os nomes dos entrevistados foram mantidos em sigilo por meio de um acordo de confidencialidade no momento da entrevista entre os profissionais e a pesquisadora. Para tanto, em todos os momentos em que uma fala ou uma observação de um dos entrevistados era citada no corpo do texto, utilizou-se a terminologia “entrevistado nº 1”, “entrevistado nº 2”, e assim sucessivamente, enumerados de acordo com a ordem em que os profissionais foram entrevistados.

Por fim, destaca-se que a presente pesquisa foi submetida à avaliação e aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos no dia 15 de junho de 2015, e aprovada pelo mesmo órgão no dia 10 de novembro de 2015.

4 CAPÍTULO I - Das chamadas públicas de Ater no Paraná à chamada de Ater agroecológica

Segundo Denardi et al. (2000), existe uma relação entre o grau de desenvolvimento socioeconômico das comunidades rurais e o acesso à assistência técnica pelos agricultores familiares. Em sua pesquisa, essa relação fica evidente ao se destacar que os municípios mais socioeconomicamente desenvolvidos da região paranaense, analisada em seu estudo, são as localidades em que existe o maior fluxo de acesso dos produtores familiares à assistência técnica. Segundo os autores, *“as deficiências dos serviços de assistência técnica e formação profissional inviabilizam a integração econômica e o exercício da cidadania para muitos pequenos agricultores”* (p. 05).

Desta maneira, entende-se que os serviços de Ater são ferramentas de fomento ao desenvolvimento rural, uma vez que são às principais ferramentas e canais de acesso às políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável da Agricultura Familiar. Ainda, a Ater integra o leque de subsídios necessários para que este desenvolvimento se consolide, tais como o ensino (ou “troca de saberes” dos técnicos com os agricultores), a pesquisa (de novas técnicas de produção e comercialização no campo), a viabilização de novos canais de intercâmbio de conhecimento e de comercialização, etc.

No que tange à produção orgânica e agroecológica, a Ater pode oferecer o apoio à produção, certificação e comercialização de produtos, além de possibilitar a construção e consolidação de organizações de agricultores e entidades, contribuindo de forma significativa para a expansão da agricultura orgânica (OELOFSE et al., 2011).

O estado do Paraná apresenta expressivo contingente de agricultores de base familiar. Segundo o Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2006), 90,5% das propriedades rurais produtoras de alimentos orgânicos e/ou agroecológicos têm área de até 50 hectares. O número de produtores

orgânicos no estado gira em torno de 7 mil. Destes apenas 10% são certificados (IPARDES, 2007).

Esses dados evidenciam a necessidade de uma especial atenção do poder público para com a assistência técnica voltada aos produtores orgânicos do estado. No documento que disponibiliza as propostas, metas e diretrizes do “Planapo 2016-2019” (analisado mais adiante, no item 4.5), é observado a determinação de um comprometimento do Estado com a disponibilização de uma “Ater continuada com enfoque agroecológico”, priorizando a Agroecologia e a produção orgânica nos programas de formação e capacitação dos agentes de ATER. Portanto, é possível perceber a importância de uma assistência técnica qualificada e capacitada no âmbito da produção orgânica, hoje considerada fundamental nas políticas públicas voltadas ao campo.

As chamadas públicas surgem como via de institucionalização dos avanços promovidos pela Pnater. De acordo com Diniz et al. (2011), as primeiras chamadas destinadas a contratar prestadores de serviços de Ater surgiram na região Sul do país, publicadas no site do MDA no mês de Julho de 2010, no estado do Rio Grande do Sul.

Segundo as informações cedidas pelos profissionais atuantes no MDA, o papel do Ministério é de articular os vários instrumentos de políticas públicas para que um esteja sincronizado com o outro e juntos produzam os melhores resultados, ou seja, que essas ações cheguem aos agricultores de forma a oferecer um cardápio combinado das ferramentas de crédito, assistência técnica, acesso a mercado, etc. No caso do MDA, este não executa diretamente nenhum dos instrumentos de política pública (exceto o INCRA que é uma autarquia vinculada ao MDA, possuindo autonomia financeira, operacional e administrativa), pois não tem capacidade em termos de estrutura e corpo técnico. Portanto, este fato explica o surgimento e a existência das chamadas públicas, que firmam os contratos e parcerias com os agentes financeiros, governo do estado, prefeituras, entidades de Ater. O que o MDA faz é promover o

diálogo com esses parceiros, articular e zelar para que esses programas, ações e contratos funcionem adequadamente.

Na perspectiva dos extensionistas agroecológicos, não só as chamadas públicas, como qualquer mecanismo ou ferramenta que viabilize a qualificação dos serviços de Ater disponibilizados ao produtor familiar são válidos e importantes, dado que hoje o cenário da Ater para Agricultura Familiar, na visão desses profissionais, é de uma assistência técnica precária, onde poucos agricultores tem acesso. Para que esse mecanismo de contratação de serviços funcione, o órgão estabeleceu, por meio da Pnater, um padrão na elaboração, construção e execução destas chamadas de Ater, que será apresentado a seguir.

4.1 A elaboração e publicação das chamadas públicas para Extensão Rural

A dinâmica do serviço de Ater do MDA preserva um caráter público e terceirizado, através da seleção das entidades via chamada pública. Através destas, ocorrem a celebração de contratos para execução dos serviços de Ater com instituições tanto públicas (estaduais ou municipais) quanto privadas.

As chamadas públicas são ferramentas que possibilitaram a padronização da forma de atuação do governo federal no segmento da assistência técnica e extensão rural. Trata-se de uma modalidade licitatória específica para a contratação de serviços de Ater:

“No que tange ao procedimento licitatório, é de se destacar que desde a instauração do procedimento até o seu encerramento, a licitação obedecerá aos preceitos gerais contidos na Lei n. 8.666/93” (NUNES, 2012).

O órgão responsável por sua elaboração é o DATER/SAF (Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural da Secretaria de Agricultura Familiar), definindo os parâmetros obrigatórios presentes nos editais,

como foco de atuação, prazo de vigência, região de atuação, atividades, equipe técnica responsável, quantidade de agricultores a serem atendidos e valores dos serviços.

Para a construção desses editais, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, em Brasília, estabelece um calendário de negociações com as organizações e movimentos sociais do campo. Esse processo se intensifica entre os meses de março até maio, antecedendo o lançamento e a divulgação do Plano Safra de cada ano, e nesse diálogo permanente, uma série de demandas são apresentadas por essas entidades e analisadas pelo MDA. Portanto, existe um esforço para que o seu conteúdo contemple as demandas das entidades e instituições no território que será executado.

Por meio das chamadas, as organizações que pleiteiam participar do processo seletivo para contratação do serviço de Ater têm que comprovar que atuam nesse segmento, que possuem capacidade e experiência técnica coerentes com a Pnater. É necessário que tais organizações estejam credenciadas no MDA. Após a etapa de elaboração, as chamadas são então publicadas no Diário Oficial da União e no site do MDA, que por sua vez fica, por um determinado período, disponível ao recebimento de propostas técnicas das organizações credenciadas. Após esse prazo, uma câmara técnica formada por servidores do MDA faz a análise das propostas técnicas mediante os critérios de pontuação que a própria chamada define. Somente a proposta mais bem pontuada no lote (recorte da área geográfica incluída na chamada) é considerada vencedora e será contratada pelo MDA (MDA, 2016).

Uma questão que merece destaque neste processo de seleção são as entidades concorrentes para execução das atividades propostas pelo Estado. O desafio está presente quando uma entidade que já recebe certa verba municipal ou estadual, passa a receber verba federal (proveniente da chamada pública do governo federal), o que não significa que seus funcionários terão suas cargas horárias dobradas. Assim, os serviços de Ater tornam-se defasados ou negligenciados, uma vez que o

corpo técnico responsável continua o mesmo, mas o volume de trabalho aumenta (a não ser que haja contratação de funcionários, o que, segundo as entrevistas, não é observado na prática).

Ainda, no processo de seleção das entidades potencialmente executoras dos serviços de Ater propostos, algumas características são observadas, como corpo técnico, recursos que a instituição dispõe, infraestrutura, entre outros. Desta maneira, é possível prever que entidades maiores, mais antigas e mais bem estruturadas comumente correspondam ao perfil priorizado pelo Estado para execução das atividades. Isto não significa necessariamente que estas entidades serão as mais aptas para o serviço. Um corpo técnico altamente capacitado pode não ser um corpo técnico idealmente indicado para cumprimento de determinadas atividades, assim como uma organização com infraestrutura menor pode não corresponder à instituição menos capacitada para as atividades.

O seguinte recorte da entrevista de um representante do MDA ilustra o desafio exposto anteriormente:

“Antes da Pnater em 2010, nós trabalhávamos em cada território para construir uma articulação horizontal, de forma a aproveitar do melhor das capacidades de cada prestador de serviço. A Pnater veio estabelecer um processo concorrencial, onde você escolhe um e elimina os outros, o que pode não ser a melhor forma de aproveitar os recursos e as capacidades existentes” (entrevistado nº 06).

Por fim, cabe ao MDA orientar as entidades e fiscalizar o andamento dos serviços de Ater prestados aos agricultores familiares. Além do controle das atividades por meio do sistema informatizado de Ater (SIATER), pelo menos uma vez ao ano cada chamada é avaliada *in loco* pelo corpo técnico do MDA, segundo os funcionários da instituição. A propriedade rural é sorteada pelo DATER/SAF, que estipula uma amostragem, envia para as delegacias (no caso da presente pesquisa, a delegacia de

Curitiba) e os profissionais vão a campo fiscalizar. Além dessa amostragem, são selecionados casos suspeitos ou que apresentem alguma inconsistência ou incoerência nos dados submetidos no SIATER. Esses profissionais dialogam com os produtores e com os extensionistas e avaliam a efetividade com o qual estão ocorrendo os serviços de Ater nessas propriedades.

4.2 Estrutura geral das chamadas públicas de Ater

Como mencionado anteriormente, existe uma estrutura básica e padrão, um “roteiro” estabelecido por lei e usado para orientação na elaboração de uma chamada pública de Ater. Tal roteiro apresenta pontos em comum e considerados relevantes para que o serviço de Ater que será disponibilizado seja, conforme esperado, efetivo e bem-sucedido. Sendo assim, podem ser elencados os seguintes pontos:

- Os dados da chamada pública (nomes dos órgãos responsáveis pela publicação da chamada pública, título e a localização geográfica, número da chamada, mês e ano de lançamento, etc.);
- Introdução (comumente onde se faz referência à Lei de Ater);
- Objeto (trabalho a ser executado);
- Entidades executoras aptas à execução da ação;
- Público beneficiário (necessária a DAP por parte dos agricultores para receber o serviço):

Um critério indispensável para que um potencial beneficiário seja incluído no público atendido pela chamada é a denominada DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf). A DAP é o “documento de identificação Agricultura Familiar e pode ser obtido tanto pelo agricultor ou agricultora familiar quanto por empreendimentos familiares rurais, como associações, cooperativas, agroindústrias” (MDA, 2016). Não há ônus ao produtor para se obter a DAP, sendo ela uma condição para que o agricultor familiar acesse as linhas de crédito do Pronaf e pelo menos outras 15 políticas públicas do governo federal.

- Área geográfica contemplada pela chamada pública.

Deve-se destacar que os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural devem ser flexíveis e maleáveis a cada região, município, comunidade ou até mesmo família. Mesmo que os editais das chamadas públicas apresentem uma estrutura padrão, cabe as organizações executoras e, acima de tudo, aos técnicos envolvidos nas atividades, apresentarem uma postura flexível para adaptar as atividades propostas aos contextos econômico, social e cultural e que estão inseridos.

4.3 Chamadas públicas de ATER para Agricultura Familiar no Paraná

No ano de 2015, 334 mil agricultores e mais de 400 cooperativas de agricultores familiares foram atendidos pela Ater no Brasil, em 297 contratos vigentes em todo o país, somente no MDA (MDA, 2015). Com esse atendimento, este serviço atingiu entorno de 12% do contingente de produtores familiares medido pelo Censo Agropecuário de 2006. Ainda, quando se trata de populações que demandam uma assistência técnica específica, foram contabilizados 9 mil quilombolas, 3,5 mil pescadores artesanais, 24 mil assentados da reforma agrária, 32,6 extrativistas e 3 mil indígenas atendidos por esses serviços.

Os primeiros editais de chamadas públicas de Ater no Paraná datam de 2010, com início de execução em 2011. Eles ocorreram nos Territórios da Cidadania do estado. Entretanto, como se tratava da primeira chamada em execução, foi permeada por sucessivos erros. Anteriormente à elaboração desses editais, foram realizados levantamentos das demandas das comunidades que integrariam a área geográfica que contextualizou a chamada. Mas, de acordo com as entrevistas, esse levantamento foi feito de maneira bastante errônea e superficial, durante um curto período de tempo (11 dias). Ainda, os contratos tiveram duração de somente um ano, o que, em nível territorial, é um tempo irrisório para se trabalhar questões relacionadas ao desenvolvimento rural.

A fim de identificar as instituições que atuam na Ater voltada para a Agricultura Familiar, o MDA, o Deser e a Emater fizeram um levantamento, no ano de 2004, no estado do Paraná, estabelecendo uma estimativa de 1.630 técnicos atuando no setor. Destes, 711 técnicos (43,6%) profissionais de Ater, pertenciam à Emater-PR, 635 (39,0%) provinham das Secretarias Municipais de Agricultura (SMA), 141 (8,7%) das Cooperativas Agropecuárias, 58 (3,6%) oriundos das Casas Familiares Rurais e 18 (1,1%) constituíam o corpo técnico das Organizações Não-Governamentais (SEPULCRI, 2005).

Ainda, segundo o MDA (2015), o volume de recursos orçamentários destinados aos serviços de Ater no Brasil entre 2002 e 2013, passou de três milhões de reais para mais de 450 milhões. Segundo dados documentais concedidos pelo Ministério para esta pesquisa, entre os anos de 2010 a 2013, foram mais de 50.000 famílias de produtores familiares atendidas pelas chamadas públicas de Ater no estado do Paraná. Estas famílias se encontravam distribuídas em uma área extensa de municípios, sendo que poucos municípios ficaram sem a cobertura destas chamadas. A seguir, uma tabela compilada que ilustra as chamadas compreendidas no período em questão.

Tabela 01 Chamadas públicas de Ater no estado do Paraná (2010-2013): tema, ano de publicação, público beneficiário e área geográfica contemplada

Tema	Publicação	Público beneficiário	Área geográfica (PR)
ATER para Agricultores Familiares em Territórios da Cidadania e para Diversificação Produtiva em Áreas Cultivadas com Tabaco	2010/2011	10.560 Agricultores Familiares	84 municípios
Seleção de entidades executoras de ATER para promoção da Agricultura Familiar Sustentável*	2012	14.300 Agricultores Familiares	63 municípios
Seleção de Entidades Executoras de ATER para Agricultores Familiares Produtores de Sementes Crioulas e Varietais	2012	500 Agricultores Familiares	23 municípios
Seleção de entidades executoras de ATER com Jovens Rurais	2012	1.610 Jovens Rurais	100 municípios
Seleção de entidades executoras de ATER para agricultores familiares em atividades produtivas sustentáveis, gestão da unidade de produção familiar (UPF) e adequação ambiental da UPF – PRONAF SUSTENTÁVEL	2012	1.280 Agricultores Familiares	07 municípios
Seleção de entidade de ATER para qualificação da gestão de empreendimentos coletivos da agricultura familiar visando seu fortalecimento e inserção nos mercados institucionais e privados	2012	57 cooperativas (25 do PR e 32 de SC)	–
Seleção de entidade executora de ATER para qualificação da gestão, fortalecimento e inserção de cooperativas da agricultura familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar e outros mercados	2012	30 cooperativas paranaenses	–
Seleção de entidade executora de ATER para Mulheres Agricultoras Familiares em situação de extrema pobreza	2013	240 Mulheres Agricultoras Familiares	Sete municípios do Território Vale do Ribeira
Seleção de entidade executora de ATER no âmbito do PNCF, Banco da Terra e Cédula da Terra	2013	1.200 Agricultores Familiares	31 municípios das regiões Norte, Noroeste e Oeste do Paraná
Seleção de entidade executora de ATER para Promoção da Diversificação em Municípios com Produção de Tabaco	2013	1.680 Agricultores Familiares Fumicultores	17 municípios na RMC, Centro-Sul e Vale do Iguaçu
Seleção de entidades executoras de ATER para promoção da Agricultura Familiar Sustentável na Cadeia Produtiva do CAFÉ	2013	1.000 Agricultores Familiares	26 municípios do Paraná divididos em dois lotes (Norte Pioneiro e Norte Central)
Seleção de entidades executoras de ATER para promoção da Agricultura Familiar Sustentável na Cadeia Produtiva do LEITE	2013	4.000 Agricultores Familiares	93 municípios do Paraná divididos em quatro lotes (Paraná Centro, Cantuquiriguaçu, Sudoeste e parte da Região Oeste)
Seleção de entidade executora de ATER para Promoção da Agricultura Familiar Agroecológica, Orgânica e Agroextrativista	2013	3.200 Agricultores Familiares	111 municípios do Paraná.
Seleção de entidade executora de ATER e elaboração de Planos de Desenvolvimento Sustentável em Assentamentos da Reforma Agrária	2013	10.802 Famílias regularmente assentadas	194 assentamentos em 79 municípios

Fonte: MDA – Adaptado (2015)

*Agricultura Familiar Sustentável = refere-se a todo e qualquer tipo de prática agrícola de caráter social, econômico e ecologicamente sustentável

É possível observar, por meio dos dados expostos na tabela, que desde as primeiras chamadas públicas de Ater até o ano de 2013, os editais, independente do campo de atuação ou da abordagem, carregam em si um sentido sustentável, sempre se fundamentando no tripé da sustentabilidade (econômico social e ambiental). Também é possível notar que o público atendido por essas chamadas é o mais variado: jovens, mulheres, cooperativas, produtores orgânicos, assentados da reforma agrária etc.

Analisando a coluna das áreas geográficas cobertas por esses projetos, pode-se perceber o esforço do Estado em cobrir o maior número possível de municípios, havendo um alto índice de sobreposição destas chamadas nos municípios. A figura 2, elaborada pelo MDA, mostra com clareza esse fenômeno da sobreposição de chamadas em um mesmo município:

Abrangência das Chamadas Públicas e Contratos de Ater do MDA no Paraná

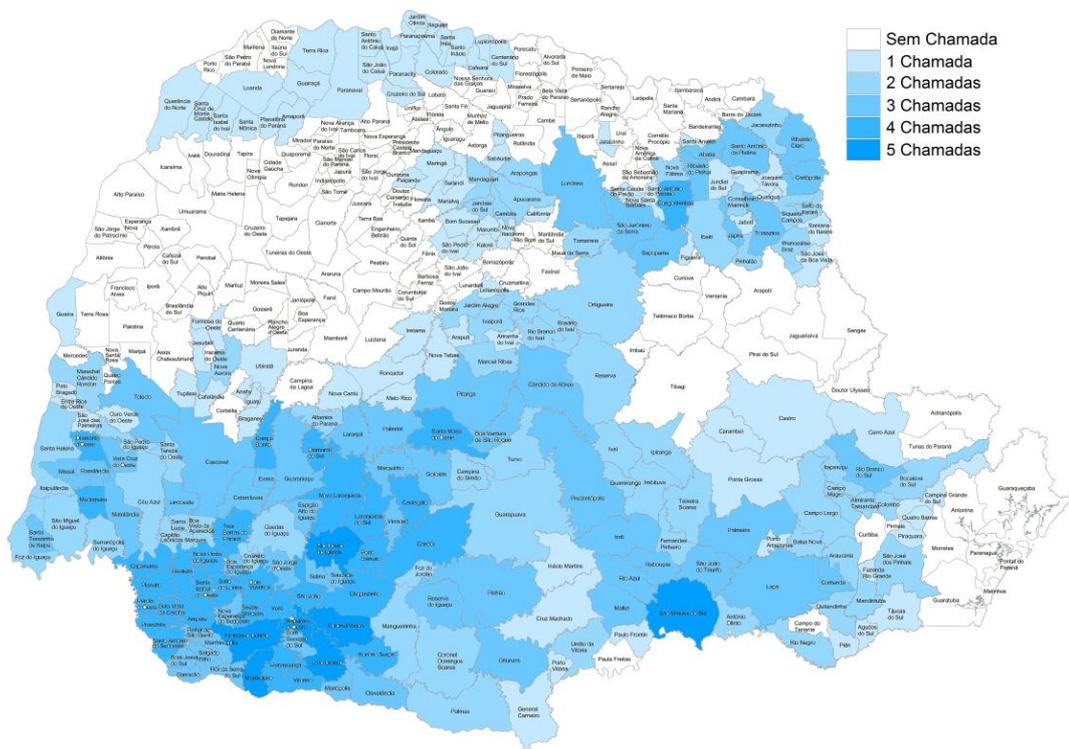


Figura 03 Abrangência das chamadas públicas e contratos de ATER do MDA no Paraná – quantidade por município (Fonte: DFDA-PR/MDA, 2015)

A figura mostra um contexto positivo, uma vez que significa que a Agricultura Familiar no estado do Paraná é contemplada por chamadas públicas e projetos de Ater, gerando assistência aos produtores familiares e ampliando o espectro de atividades fomentadas aos produtores a partir do compartilhamento de conhecimento promovido entre extensionistas e agricultores.

É possível observar o grande volume de chamadas públicas na região Sudoeste (37 municípios) do estado, refletindo o contexto socioeconômico dos municípios da região. De acordo com Melo (2007), o sudoeste paranaense é a segunda região menos urbanizada do estado, onde mais da metade dos municípios da região se encontram em um baixo nível de desenvolvimento econômico e social.

A seguir, a Tabela 2 expressa em números os dados evidenciados pela Figura 2:

Tabela 02 Quantidade de contratos de Ater por municípios contemplados no estado do Paraná

Quantidade de contratos de Ater	Municípios atendidos
0	134
1	81
2	64
3	51
4	38
5 ou mais	30

Fonte: autor (2017)

Evidencia-se que, além dos municípios em que ocorrem as sobreposições, ainda existe um alto índice de municípios sem nenhum contrato de ATER em regiões específicas do estado, representados pelas áreas na cor branca no mapa. Esses municípios se localizam principalmente em parte da mesorregião metropolitana de Curitiba (região

litorânea), região centro oriental e noroeste paranaense, de acordo com a classificação do IBGE das Mesorregiões (IBGE, 2016).

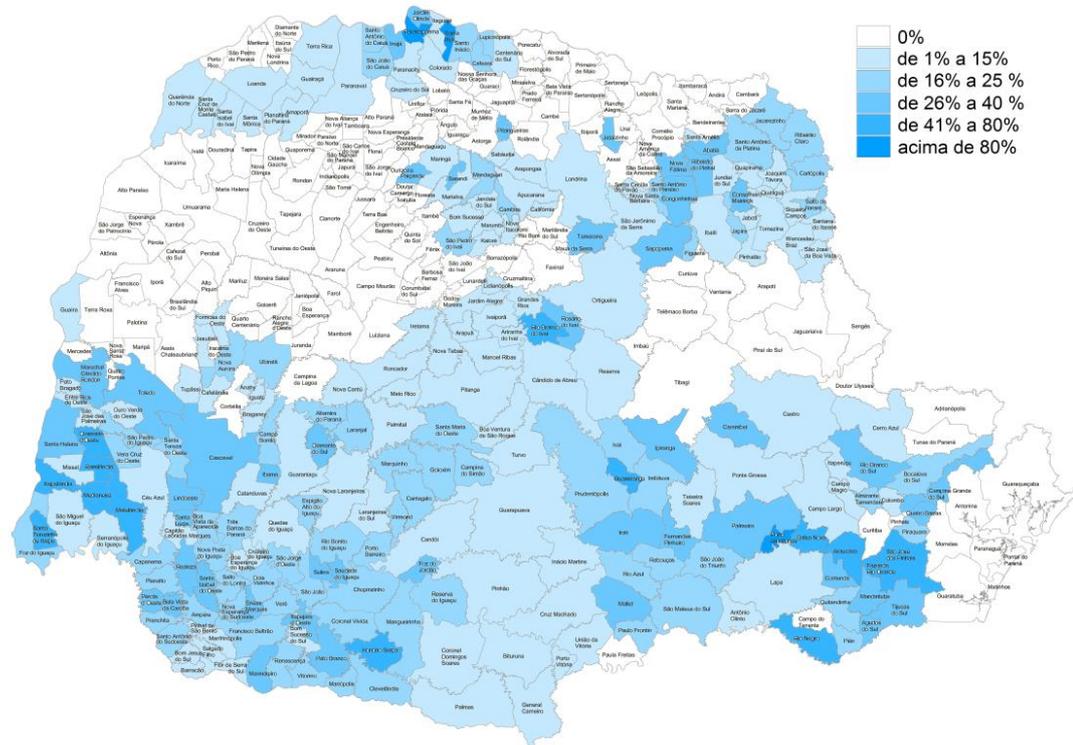
Nestas regiões, identificam-se extensas áreas de cultivo de monoculturas, como no caso do Noroeste do estado. De acordo com Serra (2010), a região é marcada, na década de 1990 pela concentração da estrutura fundiária, e pela expulsão e expropriação dos trabalhadores rurais. Tal fenômeno teve início, primeiramente, pelas grandes áreas de milho e soja nos anos 1970, para que em 1996 se estabelecessem o cultivo de cana-de-açúcar sustentado pela instalação de usinas de álcool na região, redesenhando a paisagem agrícola do Noroeste. *“No lugar do homem morando no campo e produzindo para o mercado e para a sua subsistência, ficou o campo vazio de gente, lotado de lavouras especializadas; no lugar de uma estrutura fundiária que democratizava o acesso à terra, a concentração tanto na posse quanto no uso da terra”* (p. 100). No caso da região metropolitana de Curitiba, o baixo índices de chamadas públicas de Ater se dá, principalmente, pelo alto grau de urbanização.

Entretanto, fica evidente que as regiões que abarcam um maior número de chamadas e, conseqüentemente, de sobreposições, são as regiões com municípios que compõe os chamados Territórios da Cidadania, como o Vale do Ribeira e o Norte Pioneiro. Essas regiões possuem dinâmicas sociais e populacionais diferenciadas e economias fragilizadas por seu histórico de ocupação. Desta maneira, sendo estes municípios predominantemente agrários, faz-se necessário e condizente com a realidade local que as chamadas públicas de Ater sejam destinadas para estas localidades. Quando a sobreposição de projetos ocorrer em determinado município ou região, sugere-se que esses projetos associem suas atividades, otimizando recursos, dispondo de maior gama de técnicos com diferentes áreas de atuação, gerando resultados mais produtivos, menos repetitivos e exaustivos para os produtores.

Complementando a Figura 2 que mostra as sobreposições de chamadas no estado do Paraná, apresentamos a Figura 3, ilustrando o percentual de

DAP's (e consequentemente de produtores familiares) atendidas por chamadas públicas de Ater em cada município do estado:

Abrangência das Chamadas Públicas e Contratos de Ater do MDA no Paraná



Fonte: MDA
Elaboração: DFDA-PR/MDA

Figura 04 Abrangência das chamadas públicas e contratos de ATER do MDA no Paraná – percentual de atendimento de DAP's por município (Fonte: DFDA-PR/MDA, 2015)

Podemos destacar, a partir da figura 3, a situação discrepante entre os municípios que compõem o território em que a chamada de Agroecologia está atuando. Por um lado, temos municípios como Rio Branco do Sul e Cerro Azul, municípios estes com grande representatividade econômica e agrícola na região do Vale do Ribeira, com um alto percentual de DAP's atendidas por chamadas públicas de Ater, o que significa que o Estado está na busca por tornar a Extensão Rural no Paraná acessível aos produtores da Agricultura Familiar.

Em contrapartida a esta situação, temos municípios importantes política, histórico, econômico e socialmente na região do Vale do Ribeira, como Dr. Ulysses e Adrianópolis, sem nenhuma atuação de chamadas públicas

de Ater. Este dado é alarmante, uma vez que Dr. Ulysses é, de acordo com as entrevistas dos profissionais de Ater da região, um grande parceiro do município de Cerro Azul. Ambos os municípios apresentam parcerias de longa data quando se trata de agricultura e abastecimento. Já Adrianópolis, por sua vez, articula-se com o município de Rio Branco do Sul, além de ter um grande contingente de população tradicional (quilombolas) e projetos consolidados de Agroecologia.

Por fim, a Tabela 2 aborda, no período de 2010 a 2013, a quantidade de contratos firmados e o volume de recursos disponibilizados para a execução dos serviços de Ater no estado do Paraná:

Tabela 03 Quantidade de contratos e volume de recursos de Ater no período 2010-2013 no estado do Paraná

ANO	QUANTIDADE	VALOR	PÚBLICO		CONTRATADO
			TIPO	QTDE.	
2010	6 Contratos	R\$ 7.812.875,47	Agricultores Familiares	9.600	COOPERIGUAÇU e EMATER
2011	1 Contrato	R\$ 1.118.194,85	Agricultores Familiares	960	EMATER
2012	9 Contratos	R\$ 50.688.285,67	Agricultores Familiares e Cooperativas	17.690 A.F e 55 Coop.	ADEOP, APPA, ARCAFAR e EMATER
2013	7 Chamadas (23 Lotes)	R\$ 57.963.614,92	Agricultores Familiares	22.122	EMATER *
TOTAL		R\$ 117.582.970,91		50.372	

Fonte: DFDA-PR/MDA (2015)

Por meio destas informações contidas na tabela 2, fica evidente a curva ascendente do valor investido pelo governo federal em chamadas e projetos de Extensão Rural para a Agricultura Familiar. Também foi vertiginoso o crescimento do número de beneficiários atendidos por estes serviços, salientando mais uma vez os esforços do Estado em ampliar e fortalecer essa ferramenta de acesso às políticas públicas.

4.4 A comunicação na rede de Ater do Paraná

Como será aprofundado no Capítulo II, é indispensável que tanto o Estado quanto a sociedade civil articulem e organizem uma rede de comunicação quando se pretende consolidar o desenvolvimento rural sustentável. A Ater, neste cenário, é afetada pela existência desta rede de duas formas: 1. estimulando esses canais de comunicação via técnicos e entidades, e 2. beneficiando seus serviços por meio de uma rede eficiente. Neste sentido, não é possível que exista uma Ater eficiente sem uma comunicação efetiva tanto entre as entidades, Estado e o público beneficiário como pela própria Extensão Rural que promove essa comunicação, principalmente a Ater pública, por meio de parcerias.

No estado do Paraná, essa rede começa pelo CEDRAF (Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável e Agricultura Familiar), que é responsável, entre outras atribuições, pela gestão social do PROATER-PR, a lei de Ater do estado, de acordo com a Lei nº 17447 de 27 de Dezembro de 2012.

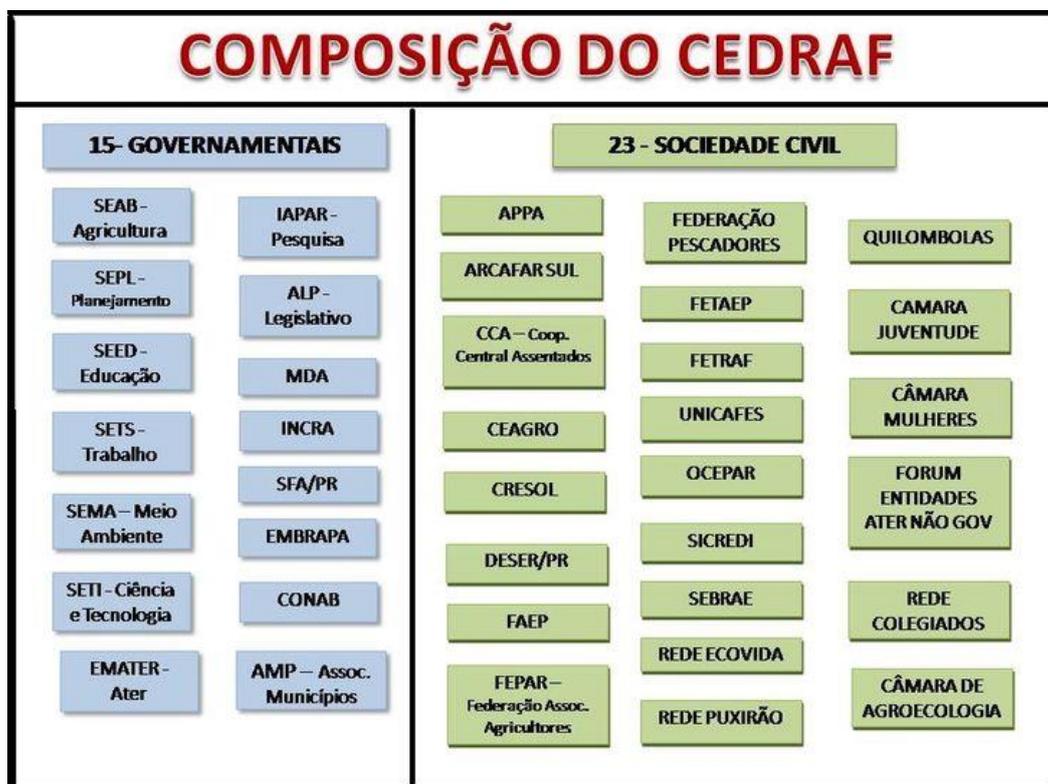


Figura 05 Composição do CEDRAF (Fonte: Emater-PR)

O CEDRAF, por sua vez, tem a responsabilidade de constituir uma Câmara Técnica de Ater para auxiliar a gestão social da PROATER-PR, bem como na articulação e organização das entidades envolvidas na execução destes serviços. São nessas Câmaras que ocorre o fluxo comunicativo entre MDA e as entidades de Extensão Rural. O equivalente ao CEDRAF a nível nacional é o CONDRAF (Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável), criado no ano de 2003, detendo as mesmas atribuições do CEDRAF, em nível nacional.



Figura 06 Câmara municipal de ATER em Rio Branco do Sul-PR (Fonte: Arquivo pessoal - 2015)

O CONDRAF realizou, no ano de 2012, a 1ª Conferência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (CNATER). Foi um evento dividido em etapas, com o objetivo de propor e atualizar as diretrizes do PRONATER. Essas etapas consistiam em conferências estaduais, encontros temáticos nacionais e, por fim, a conferência nacional. Os municípios também contaram com debates prévios às conferências estaduais e territoriais. Assim, hierarquicamente, ia se estabelecendo as

demandas locais, que foram discutidas no encontro nacional. As conferências estaduais geraram um documento base, de caráter qualitativo, subsidiando as discussões da etapa nacional. Foram definidas até então novas estratégias para a Extensão Rural no Brasil.

De 31 de maio a 3 de junho de 2016, ocorreu a 2ª Conferência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, com o tema “Ater, agroecologia e alimentos saudáveis”. O evento mobilizou cerca de 40 mil participantes, que puderam analisar o contexto atual das políticas públicas de Assistência Técnica e Extensão Rural para os agricultores, além de avaliar os avanços e desafios, definir responsabilidades, propor diretrizes para aperfeiçoamento e construir novas estratégias.

O evento produziu um documento final com 30 propostas, que nortearia a política de Ater do governo federal nos próximos anos, sendo sete dessas propostas voltadas para as mulheres, quatro para as populações tradicionais e quatro para os jovens (CNATER, 2016). Espaços de debates como esses são essenciais para reafirmar e fortalecer a participação social no processo de formulação de políticas públicas voltadas para o rural brasileiro.

No âmbito estadual, o Paraná vem se articulando com vistas ao fortalecimento de estratégias para a organização da Rede Paranaense de Ater. As conferências municipais ocorreram até junho de 2015. Em julho foram realizadas as conferências regionais para finalmente ocorrer a conferência estadual e nacional. As propostas levantadas nas conferências regionais foram debatidas na Conferência Estadual. A 2ª CEATER/PR foi a etapa preparatória para a 2ª Conferência Nacional sobre Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar em Brasília. A conferência estadual é organizada pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar – CEDRAF, da Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento - SEAB e da Delegacia Federal de Desenvolvimento Agrário no Estado do Paraná – DFDA-PR/MDA.

O Território do Vale do Ribeira possui um Fórum de Desenvolvimento Territorial, agregando tanto os municípios do Vale do Ribeira paranaense quanto os municípios do estado de São Paulo. Nele, se articulam as ações não só de Extensão Rural, mas todos os assuntos pertinentes à qualidade de vida e promoção do desenvolvimento econômico e social das famílias. É um espaço de debates e construção de iniciativas para este território marcado por desigualdades econômicas, carência de recursos financeiros, mas rico ambiental e culturalmente.

Outro espaço de debate que vem se consolidando cada vez mais entre os profissionais de Ater é o Fórum de Entidades Não-Governamentais de Ater do Paraná, que reúne todas as entidades do setor (ONG's) para discussão e elaboração de propostas, visando a ampliação da oferta de Ater no estado. Ainda, similar as conferências de Ater, porém não tão específico para a área, existem outros espaços onde a Ater hoje é discutida, como por exemplo, a Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário e suas antecedentes municipais, territoriais e estaduais, assim como a CNATER. Esses eventos, portanto, são fundamentais no envolvimento da sociedade civil com no processo de formulação de políticas públicas para o meio rural, promovendo a interação e a ação comunicativa entre esses grupos.

4.5 A chamada pública de ATER em Agroecologia

Em 2012, ficou instituída a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO)⁴, visando atender as reivindicações de movimentos sociais e do campo tendo em vista a construção de um novo paradigma para a agricultura no país. De acordo com o artigo 4º desta lei, uns dos principais instrumentos da Lei é a Assistência Técnica e Extensão Rural.

⁴ Decreto nº 7.794 de 20 de agosto de 2012 – “*Fica instituída a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PNAPO, com o objetivo de integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica (...).*”

Em outubro de 2013, foi lançado o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), configurando-se em um instrumento para a consolidação e incentivo de matrizes de produção diferenciadas, voltadas para a Agroecologia, focando na construção de condições de permanência dos jovens no meio rural, sociobiodiversidade, promoção da soberania alimentar e nutricional, a participação da mulher como protagonista no campo, entre outros (BARUJA et al., 2014).

A PNAPO e o Plano Nacional se mostraram um grande avanço para a Agricultura Familiar no cenário de discussão da questão agrária e agrícola do Brasil. Entretanto, a lei surge permeada por desafios, onde podem ser reconhecidos possíveis entraves para o desenvolvimento pleno desta Política. Dentre esses desafios, podem ser citados: a questão da Reforma Agrária nesta Política; questões relacionadas ao acesso ao crédito; a Ater voltada para produção orgânica e agroecológica. Neste sentido, a chamada de Agroecologia surge, no ano de 2013, com o propósito de atender esta demanda.

A Chamada Pública INCRA e SAF/DATER/MDA nº 13/2013, também denominada pelos profissionais da área de Ater de “chamada de Agroecologia” (ANEXO A), foi a primeira chamada pública elaborada pelo Estado exclusivamente voltada para a produção orgânica e agroecológica. Anteriormente, as chamadas públicas já vinham enfocando a sustentabilidade, mas foi somente no ano de 2013 que os produtores agroecológicos viraram público-alvo da Ater.

Apesar de ter sido elaborada pelo poder público, houve alguns espaços de debate que antecederam a sua elaboração, onde neles a sociedade civil e as entidades sociais e ligadas à produção orgânica puderam elencar suas demandas, dos produtores e dos municípios/territórios referentes à Ater.

Entretanto, como não foi selecionada nenhuma entidade na suas primeira e segunda publicações, no ano de 2014 ela foi republicada, com o título de “Chamada Pública conjunta INCRA/MDA para seleção de entidades

executoras de Assistência Técnica e Extensão Rural para promoção da agricultura familiar agroecológica, orgânica e agroextrativista” (Chamada Pública INCRA e SAF/DATER/MDA nº 13/2013-republicação).

Alguns profissionais, principalmente os extensionistas, consideram que a elaboração da chamada foi muito “mais burocrática do que prática”. Ou seja, o que se considerou em sua elaboração não foi exatamente o que ocorria na realidade da região paranaense escolhida. Consideram que o edital foi elaborado sem considerar as demandas locais (já que essas não foram atendidas, segundo as entidades atuantes na região).

Muitos dos profissionais entrevistados também citaram que ficaram confusos quanto aos objetivos da chamada pública, determinados pelo edital. No edital, esses objetivos se definem como:

“Seleção de entidades para prestação de serviços de Ater destinado a famílias de agricultores/as visando consolidar e ampliar processos de promoção da agroecologia existentes, para promoção do desenvolvimento local/territorial e de seus processos organizativos, considerando seus diferentes processos de transição e as diretrizes da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PNAPO.”

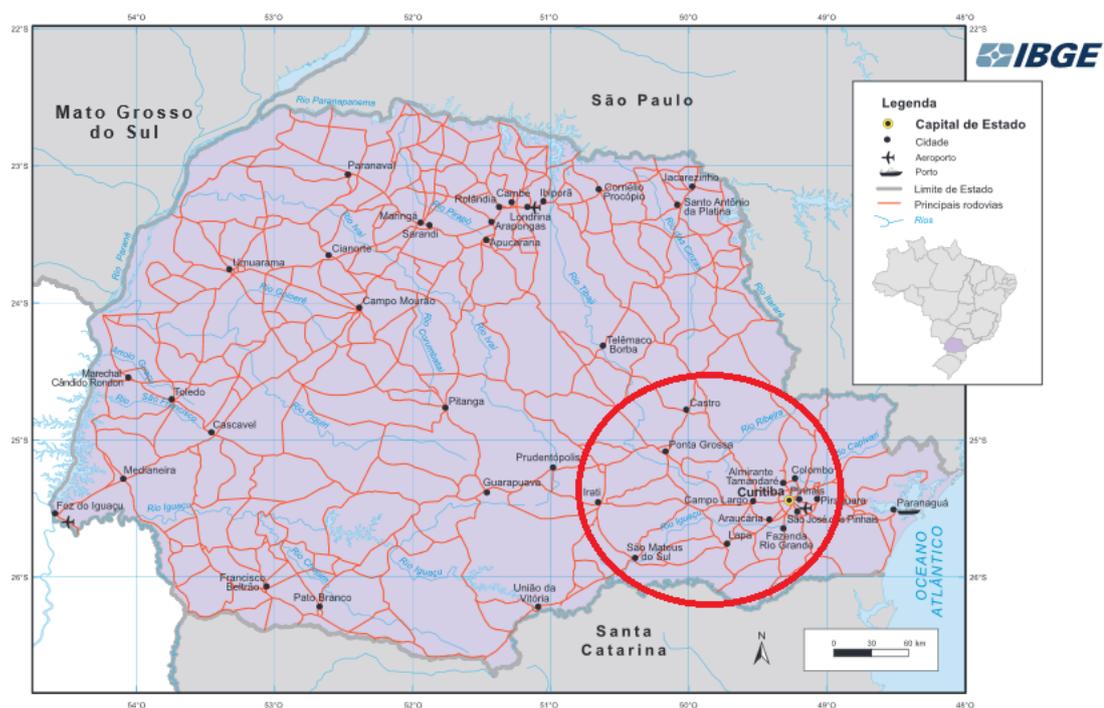
Entretanto, muitos profissionais, principalmente os extensionistas atuantes na chamada, admitiram não conseguirem definir o propósito da chamada com clareza e objetividade. Esse fenômeno é decorrente do mesmo processo que lidam os profissionais do MDA quando vão fiscalizar este tipo de chamada, agroecológica ou de apelo sustentável. Segundo o entrevistado nº 7, editais com essas temáticas, que possuem um amplo espectro de atividades, práticas e vertentes, são tão difíceis de fiscalizar quanto de se definir a perspectiva que deve ser apresentada ao produtor familiar.

Um ponto extremamente positivo desta chamada pública, celebrado por todos os profissionais e amplamente reafirmado nas entrevistas colhidas

na pesquisa foi o tempo disponibilizado para execução dos serviços de Ater propostos, que foi de três anos. Anteriormente, as chamadas de Ater eram caracterizadas por serem de curta duração, ou seja, as atividades deveriam ser cumpridas, em média, entre um e dois anos.

A chamada foi dividida em lotes para seleção das entidades (cada entidade atenderia a um lote), cada lote em um estado, abrangendo determinados municípios. A chamada visou atender os estados do Rio Grande do Sul (1 lote), Santa Catarina (1 lote), Paraná (1 lote), Espírito Santos (2 lotes), Rio de Janeiro (1 lote), São Paulo (6 lotes) e Minas Gerais (6 lotes). No caso do lote analisado, no estado do Paraná, os municípios selecionados para receber os serviços de ATER (mapa) foram: Almirante Tamandaré, Porto Amazonas, Ponta Grossa, Irati, Balsa Nova, Itaperuçu, Rebouças, Rio Azul, Rio Branco do Sul, Lapa, Campo Largo, Campo Magro, Carambeí, Castro, Cerro Azul, Colombo, São João do Triunfo, Contenda, São Mateus do Sul, Teixeira Soares, Fernandes Pinheiro e Palmeira. Neste lote, somaram-se 700 beneficiários.

Mapa Região de abrangência do lote paranaense na chamada pública de Agroecologia (Fonte: IBGE - adaptado)



A região do Vale do Ribeira, recorte da presente pesquisa, compreende os municípios de Cerro Azul, Rio Branco do Sul e Itaperuçu, o que rendeu amplas críticas à construção da chamada, pois ao selecionar esses três municípios do território do Vale do Ribeira excluíram-se outros quatro, desarticulando política e economicamente a região que já é bastante precária nestes critérios. Desta maneira, muitos dos profissionais entrevistados consideram que a maior preocupação não é com a entidade que executará os serviços de Ater, mas sim com o desenho das famílias a serem atendidas, os municípios/comunidades a serem inseridos, para que não haja essa desarticulação.

- Perfil dos produtores nesta chamada

O edital da chamada previa que seriam 9.860 Unidades Familiares de Produção (detentoras da DAP) como beneficiárias, que já desenvolvessem a produção agroecológica, ou que estivessem em processos de transição agroecológica, com ampla e ativa participação de mulheres e jovens, e que não estivessem sendo atendidos por qualquer outro projeto ligados ao INCRA ou ao MDA. Os pormenores da caracterização destes beneficiários foram determinados pelos projetos submetidos ao processo de seleção.

Nos municípios do Vale do Ribeira, os beneficiários se caracterizaram por estarem, em sua maioria, em processo de transição agroecológica (muitos ainda produzindo convencionalmente, sendo uma minoria certificada); a maior parte das famílias com fraca capacitação técnica; poder aquisitivo baixo; região marcada por relevo bastante acidentado, ocasionando dificuldades para o cultivo.

Entre as principais demandas desses produtores do Vale do Ribeira podem ser destacadas a comercialização dos produtos, logística, abertura de mercado e questões burocráticas. Os extensionistas entrevistados relataram que os produtores possuem muita dificuldade em firmar contratos, pois temem se comprometer com determinado comprador e

este comprador, sem prévio aviso, parar de comprar deste produtor. Ainda, foi relatada uma grande dependência dos produtores frente a Ater:

“(...) eles são muito dependentes. Eles querem muito que você faça por eles, ou que você mostre tudo o que eles têm que fazer. Eles querem alguém que mostre qual caminho. Eles têm que seguir, e não alguém que vá acompanhar o caminho deles”. (Entrevistado nº 10)

Por fim, os profissionais atuantes na região consideram que a chamada de Agroecologia tem a possibilidade de agregar muitos benefícios na vida dos produtores. Contudo, deve haver sempre uma preocupação em fiscalizar a efetividade desses serviços, pois o que o edital de uma chamada exige pode ser muito bom na teoria, mas na prática pode ser inviável ou incompatível com as realidades locais.

5 CAPÍTULO II - Perfil e perspectivas dos profissionais envolvidos na ATER agroecológica no Vale do Ribeira paranaense

Neste capítulo, as entrevistas cedidas pelos profissionais participantes da pesquisa, entre extensionistas, representantes de entidades e poder público, foram analisados, comparados e descritos, a fim de incitar a discussão acerca das potencialidades e dos desafios envolvidos no processo de implantação das atividades de uma chamada pública de Assistência Técnica e Extensão Rural voltada para à produção orgânica e agroecológica, no caso, a chamada pública INCRA e SAF/DATER/MDA, nº13/2013 – 3ª republicação. Também foram considerados aspectos como os critérios de seleção das entidades no processo licitatório, o conteúdo do edital da chamada pública e o panorama atual da ATER na região do Vale do Ribeira paranaense.

A partir desta análise, foi possível estabelecer paralelos entre as perspectivas dos profissionais e das instituições envolvidas e o que de fato acontece quando este tipo de trabalho começa a ser desenvolvido em um determinado território. Futuramente, a pesquisa agrícola deverá repensar suas estratégias a fim de atender a produção familiar, que na grande maioria dos casos não se apropria dos resultados dessas pesquisas (MIRANDA et al., 2001). Desta maneira, as conclusões aqui apresentadas poderão orientar futuras chamadas e projetos de Agroecologia e produção orgânica, evitando a repetição de erros, minimizando gargalos e otimizando o que de fato se espera de um projeto com uma proposta como a que esta chamada pública levanta: fomentar e fortalecer a Agroecologia e suas potenciais redes.

5.1 Quem são esses profissionais?

Para início das explicações, foi construído um breve perfil dos profissionais entrevistados, atuantes direta ou indiretamente na chamada pública de Agroecologia no Vale do Ribeira. Na tabela a seguir, está

ilustrado o perfil destes profissionais com dados relevantes, como a naturalidade, a origem destes profissionais e seu grau de escolaridade.

Tabela 04 Perfil dos profissionais entrevistados

	Naturalidade	Escolaridade	Formação	Origens	Porque ATER?
Ent. 1	SC	Pós-graduação	Agronomia	Meio rural	Não gostava da área do agronegócio
Ent. 2	PR	Graduação	Agronomia	Meio rural	Importante ferramenta de acesso a políticas públicas
Ent. 3	PR	Pós-graduação	Veterinária/Zootecnia	Meio rural	Não gostava da área do agronegócio
Ent. 4	PR	Pós-graduação	Veterinária/Zootecnia	Meio urbano	Não gostava da área do agronegócio
Ent. 5	PR	Pós-graduação	Agronomia	Meio urbano	Melhorias nas condições socioeconômicas dos produtores familiares
Ent. 6	PR	Pós-graduação	Políticas Públicas	Meio urbano	Importante ferramenta de acesso a políticas públicas
Ent. 7	PR	Graduação	Agronomia	Meio urbano	Melhorias nas condições socioeconômicas dos produtores familiares
Ent. 8	PR	Pós-graduação	Agronomia	Meio rural	Não gostava da área do agronegócio
Ent. 9	PR	Ensino Médio	-	Meio rural	Importante ferramenta de acesso a políticas públicas
Ent. 10	PR	Pós-graduação	Agronomia	Meio urbano	Importante ferramenta de acesso a políticas públicas
Ent. 11	PR	Pós-graduação	Agronomia	Meio rural	Importante ferramenta de acesso a políticas públicas
Ent. 12	PR	Pós-graduação	Agronomia	Meio rural	Melhorias nas condições socioeconômicas dos produtores familiares
Ent. 13	PR	Graduação	Políticas Públicas	Meio rural	Importante ferramenta de acesso a políticas públicas
Ent. 14	PR	Pós-graduação	Agronomia	Meio urbano	Melhorias nas condições socioeconômicas dos produtores familiares
Ent. 15	PR	Ensino Fundamental	-	Meio rural	Importante ferramenta de acesso a políticas públicas
Ent. 16	PR	Pós-graduação	Políticas Públicas	Meio rural	Melhorias nas condições socioeconômicas dos produtores familiares
Ent. 17	PR	Pós-graduação	Biologia	Meio rural	Importante ferramenta de acesso a políticas públicas

Fonte: do autor (2016)

Os dados expostos na tabela possibilitam inferir pontos relevantes, que poderiam influenciar futuramente no andamento das atividades da chamada pública em Agroecologia. Primeiramente, observa-se que a maior parte dos profissionais (94,11%) é nativa do estado do Paraná. Se, por um lado, pode-se afirmar que a familiaridade com a cultura e as condições ambientais propicia maior segurança para os extensionistas na execução das atividades aos quais são responsáveis, por outro, pode haver uma perda no quesito “inovação”.

Também foi possível perceber através deste perfil que a maior parte dos profissionais entrevistados (64,8%) nasceu ou possui família oriunda do campo. Este fato é importante se for considerado que, como suas raízes estão nas zonas rurais, esses profissionais possuem grande familiaridade com o cotidiano do produtor rural. Partindo da premissa de que a Agroecologia não abarca somente os sistemas de produção, mas é caracterizada por uma visão holística da propriedade familiar (renda, infraestrutura, saúde, educação, etc.), o extensionista que possui familiaridade com o modo de vida dos agricultores familiares reconhece a relevância de sua cultura, tradições, seus meios de reprodução socioculturais, sua relação com o meio ambiente e formas de produção. Entretanto, este dado não desqualifica o técnico que possui suas origens nos centros urbanos.

Por fim, a tabela também vem a ilustrar o nível de escolaridade dos profissionais envolvidos no recorte da chamada em questão. 70,59% dos entrevistados são profissionais pós-graduados, o que remete a um alto nível de preparo dos profissionais envolvidos na chamada, principalmente por parte dos extensionistas que estarão diretamente no campo com os produtores, e necessitam de todo o arcabouço teórico que possam dispor para intercambiar este conhecimento com os agricultores.

Porém, foi possível identificar, a partir da compilação das informações colhidas nas entrevistas, que o alto nível técnico dos profissionais não significa a efetividade das ações promovidas pela chamada e o sucesso no cumprimento dos objetivos propostos. O motivo pelo qual o elevado

nível de escolaridade dos profissionais não impede o comprometimento do sucesso da chamada de Agroecologia será exposto mais adiante.

Fica claro o predomínio das carreiras ligadas às Ciências Agrárias entre os entrevistados. A partir desta informação, é possível prever que algum gargalo pode surgir desta hegemonia, dado que a Agroecologia não objetiva melhorias somente nos sistemas produtivos, mas sim na totalidade das propriedades, garantindo os direitos socioambientais e o bem-estar da família. Com o predomínio de profissionais formados nas Ciências Agrárias, a tendência é que o foco das atividades da chamada seja voltado para os sistemas de produção.

De acordo com as informações da tabela, nota-se que a maioria dos profissionais abordados atua nesta área por ideologia ou por seguir princípios morais e éticos similares, ou seja, por acreditarem que os serviços de Ater possam, de fato, promover ou serem ferramentas para a promoção do desenvolvimento rural sustentável, mesmo tendo sua formação acadêmica-profissional direcionada para o agronegócio.

Este fato é de extrema importância para o sucesso de uma chamada de Agroecologia, uma vez que um profissional comprometido com seu trabalho e com seus objetivos pode ser o diferencial da nova proposta de Extensão Rural agroecológica.

5.2 ATER no Vale do Ribeira paranaense

Exposto o perfil dos profissionais entrevistados, serão abordados a seguir alguns pontos que foram considerados relevantes, relacionados às suas perspectivas com relação a Ater e a Agroecologia no estado do Paraná. Foi comum, por parte dos extensionistas, a indicação de que estes atuam na área para mudar a forma como a Agricultura Familiar é tratada, tanto por parte da população em geral, como também por parte dos próprios produtores familiares. Ou seja, estes profissionais trabalham na busca pela valorização deste setor frente à sociedade e no fortalecimento e

empoderamento dos produtores familiares econômica e socialmente (adesão como motivação ideológica).

Neste sentido, a Ater e a Agroecologia apresentam-se como essenciais e complementares, uma vez que podem capacitar o produtor a produzir com melhor qualidade, haja vista que o Brasil é um país com grande potencial de produção de alimentos, mas também um grande consumidor de defensivos e fertilizantes químicos. Como citado anteriormente, estes profissionais atuam seguindo uma orientação pautada em uma consciência crítica em torno dos problemas da Agricultura Familiar.

Foi observado com destaque a pré-existência de uma rede entre os profissionais atuantes na Extensão Rural na região do Vale do Ribeira, além da articulação territorial citada no capítulo anterior. Sendo assim, pode-se afirmar que comumente esses profissionais já se conheciam antes mesmo da implantação das chamadas públicas de ATER, existindo inclusive processos colaborativos entre eles. Isto não significa necessariamente que exista uma rede entre as entidades de extensão da região; ao contrário, foi observada uma resistência entre as entidades em construir canais de comunicação para “casar” as atividades dos diversos projetos em execução nos municípios, pois, como já visto anteriormente, no estado do Paraná ocorrem muitas sobreposições de projetos e chamadas de Ater.

Conforme evidenciado pelo entrevistado nº 17, este fenômeno do distanciamento entre as entidades de Ater pode ser influenciado ou incentivado pelos próprios processos licitatórios decorrentes dos editais das chamadas públicas a que estas concorrem. Em seu relato, ele exemplificou, comparando este processo à concorrência entre empreiteiras para construção de obras de engenharia por meio de licitações. Uma das empreiteiras ganha, constrói a obra e fim da história. No caso da concorrência promovida pelas chamadas públicas de Ater para seleção de entidades que prestam o esse serviço, o pós-concorrência não é o fim da história. Em seu exemplo, o entrevistado nº 17 frisa que as entidades envolvidas em Ater estão em constante

construção de diálogos, relações e articulações nos territórios em que atuam. Contudo, as licitações acabam promovendo discordâncias e rivalidade.

Desta maneira, os profissionais acabam não agindo de forma institucional, mas de acordo com suas convicções pessoais. Denardi (2001) aponta que a estrutura estatal da assistência técnica (e é possível também estender este apontamento para as instituições privadas que atuam na Extensão Rural) é marcada com o fenômeno da resistência/dificuldade para se firmar parcerias entre as entidades em todas as esferas, *“sobretudo no local (município ou microrregião), sem ter um modelo, ‘receita’ ou garantias verticais (de cima para baixo)”*.

Portanto, destaca-se a importância da postura do profissional para que os serviços de Ater sejam efetivos, e a necessidade da mudança de postura das entidades. A comunicação entre essas instituições otimizaria recursos, tempo, corpo técnico, tornando os serviços ainda mais efetivos para os agricultores e suas famílias, garantindo o desenvolvimento do campo. Ainda, vale mencionar que todos os extensionistas destacaram que além de se relacionarem entre si (mesmo sendo contratados por diferentes instituições), possuem algum tipo de vínculo ou relação com instituições sociais, de crédito etc.

Essa aproximação da Extensão Rural com o produtor familiar é de grande importância, mencionada em todos os relatos dos extensionistas. Estes profissionais estão conscientes da importância de uma relação de confiança com estes produtores, e sentem a influência desta relação atuar diretamente no desempenho das atividades: se esta relação não existe, dificilmente o produtor aceitará receber o serviço a ser prestado, e se aceitar, pode não tirar o melhor proveito de toda a troca de conhecimento que pode permear a relação “extensionista X agricultor”.

Conforme relatado pelo entrevistado nº 2, os produtores familiares não estão se cadastrando na chamada de Agroecologia por genuíno interesse, mas porque não têm outra opção já que precisam de

Assistência Técnica, independentemente da forma ou por quem ela for feita. Este dado é alarmante, uma vez que nesta fala fica evidente duas situações: agricultores vulneráveis a abusos por parte de vendedores de produtos que eles não precisam em suas propriedades; desperdício de verba pública destinada a uma Ater que não cumpre o que propõe, uma vez que o desenvolvimento rural sustentável não será fomentado se o produtor rural não tiver interesse.

Em seguida, serão pontuadas as dificuldades e os gargalos existentes na execução dos serviços de Ater apontados pelos entrevistados. Foram destacados os seguintes desafios enfrentados pelos profissionais de Ater da região analisada:

a. Tempo de projeto

A questão da duração dos projetos e chamadas públicas de Ater foi apontada como uma das principais problemáticas quando tratamos destes serviços. É comum que esses serviços durem, em média, de 1 a 2 anos, o que, segundo os profissionais envolvidos (principalmente os extensionistas), é um tempo medíocre quando se considera que não se trata simplesmente de uma atividade por si só, mas sim de toda uma construção de relações e redes dessas relações, do fortalecimento da confiança entre técnicos e agricultores, e do estabelecimento de parcerias com entidades de outras áreas (saúde, educação, meio ambiente) na busca por otimizar e integrar o bem estar socioeconômico e ambiental das famílias do campo.

Não só os entrevistados que atuam como extensionistas, mas os próprios funcionários do MDA admitem a carência atribuída à Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar, principalmente pelo fato dos contratos firmados através das chamadas públicas terem muito curta duração. Isto porque esses contratos acabam antes que se possa garantir a efetividade do serviço então prestado; e ainda, os contratos acabam sendo bastante pontuais.

Deve-se considerar que se o tempo é curto e as diretrizes orientadas pelos preceitos agroecológicos não são construídas de forma sólida, os serviços acabam se tornando superficiais e deficitários. Ainda, para conseguirem atender a grande demanda de atividades propostas nas chamadas, os técnicos acabam não podendo aprofundar certas questões com os produtores, para não gerarem demandas que não conseguirão cumprir, visto que estes já possuem as demandas pré-estabelecidas pela própria chamada.

Desta maneira, é correto afirmar que os prazos propostos nas chamadas públicas de Ater para cumprimento das atividades inerentes ao serviço são incompatíveis com o número de atividades exigidas, propostas tanto nas chamadas quanto nas propostas técnicas selecionadas. Este processo de superficialização das atividades descrito pelos extensionistas no decorrer das entrevistas, por fim, ocasionará em expectativas e consequentes frustrações, minando a credibilidade da Ater junto aos agricultores familiares.

b. Formação acadêmica dos técnicos

A formação acadêmica dos profissionais que trabalham, direta ou indiretamente, com a Assistência Técnica e a Extensão Rural é, sem dúvida, um ponto de extrema relevância que deve ser minuciosamente considerado quando tratamos da qualidade dos serviços de Ater em determinada região.

Este critério é fundamental para o desenvolvimento dos serviços de Ater, uma vez que pode suprir lacunas deixadas pelo poder público (logística, mercado, articulação), onde os extensionistas, muitas vezes, podem cumprir tarefas que são responsabilidade do Estado ou dos próprios produtores, já que em muitos casos, o “*papel dos profissionais de Ater se confunde com o papel de dirigente local*” (DAMBRÓS et al., 2015).

Entretanto, como citado anteriormente, um alto nível de escolaridade dos profissionais envolvidos na elaboração e execução dos serviços de Ater não garante o sucesso de uma chamada de Ater, principalmente agroecológica. Na presente pesquisa, tal quesito foi mencionado como um gargalo na região do Vale do Ribeira.

Repetidamente citada pelos entrevistados, inclusive pelos próprios extensionistas, a formação dos profissionais comumente não consegue atender às demandas geradas pelas famílias dos agricultores. Esse fato se agrava ainda mais se se tratar de uma Ater agroecológica, onde, na promoção do desenvolvimento sustentável, não se leva em conta somente o desenvolvimento dos meios e espaços de produção, mas também tudo o que envolver o espaço de vivência da família, material e imaterial. Ainda hoje, existe uma hegemonia do pensamento tecnocrático na formação dos extensionistas.

Um dado amplamente destacado durante a coleta das entrevistas relaciona-se com a área de formação dos profissionais, que pode até ser suficiente para que o profissional atue com Ater, ou seja, o conhecimento técnico que aprendem na faculdade (ou cursos técnicos) oferece subsídios para que lidem com uma gama de demandas à campo. Contudo, a forma como esses extensionistas deveriam abordar os produtores ainda é um grande desafio a ser vencido pela Ater, mesmo após amplos processos de debates e construções em torno da Ater agroecológica e da Pnater.

Para os profissionais participantes da pesquisa, os serviços de Ater, mesmo sendo agroecológicos, ainda preservam caráter bastante pontual, denotando a ausência de ações integradas. Apesar da redação da chamada de Agroecologia cobrar das entidades prestadoras de tais serviços esta ação mais integrada, na prática essa atitude não é observada. Como enfatizou o entrevistado nº 5, *“a carência de Ater entre os agricultores é um limitante para a produção e o desenvolvimento. Geralmente a Ater é focada ou na parte assistencialista ou meramente técnica, e ela é muito carente na questão social”*.

No caso da chamada de Agroecologia, o entrevistado nº 4 ainda destacou que tanto o edital da chamada quanto a proposta técnica selecionada enfatizaram o caráter multidisciplinar no qual seriam realizados os serviços de Ater. Ou seja, não seriam somente os extensionistas isolados atuando, mas uma ação integrada dos municípios entre assistentes sociais, agrônomos, veterinários, profissionais da saúde e da educação, etc. Entretanto, até o momento que esta pesquisa acompanhou as atividades da chamada, no período de sua implementação, este cenário não havia se concretizado e os técnicos atuavam de maneira muito isolada nas comunidades.

Para exemplificar o quão alarmante continua sendo a situação da formação e do preparo dos técnicos que vão a campo objetivando fortalecer e ampliar as redes agroecológicas, pode ser citado o relato do entrevistado nº 4, extensionista formado no curso de graduação em Zootecnia. Este afirmou que na época em que era estudante, cursou uma disciplina denominada “Extensão Rural”, e que nesta, em nenhuma ocasião os alunos foram levados à campo. Sendo assim, é possível inferir que uma disciplina que disserte sobre a temática da Extensão Rural deve ter grande aporte de aulas práticas (além das aulas teóricas) para que o aluno consiga, quando profissional formado, lidar com os desafios impostos, que muitas vezes não são passíveis de serem teorizados, mas que exigem esforços extraclasse, como momentos de reflexão, palestras, leituras complementares e debates, trabalhando assim a questão da metodologia de construção do conhecimento junto ao agricultor. Portanto, no caso apresentado, é preocupante considerar que tais profissionais não detiveram todo o arcabouço necessário para a sua formação enquanto profissionais da Extensão Rural.

De acordo com Denardi (2001, p. 60), sentimentos como insegurança e incertezas cercam esses profissionais “*formados para a agroquímica convencional da ‘revolução verde’*” quando estes encontram oportunidades para trabalhar com meios e sistemas de produção

sustentáveis, principalmente os profissionais mais velhos, exigindo uma quebra de paradigmas.

Essa defasagem não se destaca somente sob o ponto de vista técnico, mas têm cunho ético e moral, conforme mostram as expressões com grande ocorrência durante a realização das entrevistas: “*falta de profissionalismo*” (6 ocorrências), “*alta rotatividade de profissionais*” (10 ocorrências), “*falta de compromisso com o trabalho*” (5 ocorrências). Este é um grande desafio quando se enfoca a questão das contratações, via chamada pública, das entidades prestadoras dos serviços de Ater (principalmente ONG’s). Como elas formam as suas equipes em função dos contratos que elas firmam, essas equipes possuem uma rotatividade, uma inconstância muito grande, resultando em profissionais que não se conhecem, com as mais díspares formações, sem entrosamento.

Essas características se agravam pela desvalorização do profissional de Extensão Rural. A baixa remuneração ou mesmo o atraso nos pagamentos levam os extensionistas a se ocuparem de outras atividades para complementação da renda. Com isso, a atuação nas chamadas pode ficar limitada ou não ter toda a dedicação necessária para ser efetiva em seus objetivos.

Portanto, é imprescindível que o Estado, no momento da elaboração da chamada, atue buscando contemplar tanto a qualificação do corpo técnico quanto a disponibilização de recursos voltados para tais fins, onde os critérios para seleção das propostas das entidades sejam coerentes com o trabalho a campo no sentido do preparo do profissional para lidar com os desafios da Extensão Rural agroecológica, não somente valorizando quem possui maior número de diplomas.

Neste sentido, tem-se a seguinte realidade: entidades privadas que não possuem corpo técnico capacitado, propõem-se a participar da chamada pública visando a verba que é destinada para estes serviços pelo poder público, muitas vezes para cobrir dívidas deixadas pela má gestão de projetos anteriores: “*A princípio, a Ater era basicamente [executada] por*

instituição pública; e com o advento da Lei de Ater e com as chamadas, as entidades privadas puderam também trabalhar. Porém, elas não estão qualificadas nem administrativamente nem tecnicamente para atender” (entrevistado nº 5).

Por outro lado, alguns estudos demonstram que são os técnicos ligados a ONG's que realizam os melhores trabalhos juntos aos agricultores, em especial a Agroecologia. Enquanto as agências estatais de Ater não romperam com o passado assistencialista, difusionista e produtivista, são nas ONG's (organizações não-governamentais) e nas instituições de ensino que ocorrem as inovações metodológicas nas práticas de Ater (ALVES; VALENTE JUNIOR, 2006; DIAS, 2007). Uma grande parcela destas entidades tem diretrizes de orientação mais militante, e conseqüentemente, com conhecimentos mais adequados a essa orientação.

Vale salientar que mesmo para o profissional que busca capacitar-se, cursa boas universidades ou cursos técnicos, a premissa de que a Ater agroecológica deve ter orientação holística e integrada deve ser sempre resguardada. Assim, por melhor que seja a formação deste profissional, é importante que o mesmo esteja sempre atualizando seus conhecimentos e buscando atuar em parceria com profissionais e entidades de outras áreas, alinhando os projetos e trabalhos para que estes se complementem e agreguem mais áreas de conhecimento.

No ano de 2013, de acordo com os entrevistados representantes do MDA, foram idealizadas iniciativas de capacitação dos técnicos de Ater do estado. Uma das iniciativas consistia em “mapear o conhecimento”, somando todos os grupos de pesquisa de instituições de ensino e seu conhecimento produzido, compilar toda a demanda, ou seja, todos os técnicos que deveriam passar por essa capacitação, que estivessem atuando na área de Agroecologia, e ministrar cursos. De acordo com o entrevistado nº 7, o grande entrave para o sucesso destes cursos foi o volume escasso de recursos, ou seja, a verba era pequena para a quantidade de extensionistas que necessitavam passar por esses cursos.

c. Falta de comunicação entre entidades

É impossível tratar de Assistência Técnica e Extensão Rural sem relacionar essas atividades com o ato de se comunicar. Como salienta Freire (1983), a extensão é um processo educativo, onde a educação, por sua vez, é um processo comunicativo, de diálogo, em que não temos apenas um sistema de transferência de informações e conhecimento, mas um “encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados”.

Entretanto, conforme abordado anteriormente neste capítulo, apesar da existência de uma rede de comunicação entre os profissionais e os extensionistas na região analisada, é comum que as entidades, enquanto instituições de Ater ou mesmo de apoio (Secretarias Municipais, órgãos de fomento à agricultura, etc.), não atuam da mesma maneira. Em muitos municípios, além de não haver um canal de comunicação e de organização dos serviços de Ater prestados por essas entidades, essas instituições não colaboram umas com as outras no fornecimento de dados, apoio logístico, união das atividades, ocasionando em déficits nos serviços para o agricultor.

Os déficits são inúmeros. A sobreposição de projetos de Ater é um desafio frequente. Muitas vezes o grande entrave da Extensão Rural não é a ausência dos serviços de Ater ou a má distribuição da verba fornecida pelo Estado, mas sim a má gestão destes projetos ou o excesso de projetos e pequeno corpo técnico (sobrecarga de trabalho). Além disso, o grande fluxo de extensionistas e de atividades nos municípios acaba desgastando o agricultor, que acaba por desistir de participar dos projetos. Solução para essa questão: comunicação em nível territorial para exposição dos projetos representados por cada entidade, para posterior determinação de um planejamento visando otimizar as atividades e os recursos disponíveis por cada instituição (figura 6).



Figura 07 Reunião de articulação de projetos de Ater no município de Rio Branco do Sul-PR (Fonte: do autor - 2015)

Por exemplo, se o mesmo município estiver recebendo técnicos de uma chamada pública de Agroecologia e de outra chamada pública para produção de hortaliças, as atividades poderiam ser executadas em conjunto, como um exercício de produção de hortaliças orgânicas. Abordando essas duas temáticas em uma atividade, sobrariam recursos de ambos os projetos para destinar à logística ou a material para as atividades (compra de mudas e sementes, custeio de deslocamento dos produtores, etc.). Seria apenas um dia de atividade, o que não tomaria muito tempo dos dias de trabalho do produtor, com resultados efetivos.

No período de aplicação das entrevistas da presente pesquisa, foi possível observar a ocorrência de uma atividade que exemplifica o que foi afirmado anteriormente. Ocorreu um dia de visita a diversas propriedades produtoras de alimentos orgânicos e a duas agroindústrias familiares de beneficiamento da produção no município de Bocaiúva do Sul-PR (figura 7). Tal dia de campo contou com o apoio de duas instituições e de seus

respectivos técnicos, e cada instituição colaborou de uma determinada forma: enquanto uma subsidiou o deslocamento dos produtores, a outra destinou seus recursos à alimentação.



Figura 08 Atividade de intercâmbio de conhecimento entre produtores familiares agroecológicos no município de Bocaiúva do Sul-PR (Fonte: do autor - 2015)

Em outra ocasião observada, no município de Cerro Azul-PR, a atividade foi executada utilizando-se da mesma metodologia, só que dessa vez com o apoio de diversas instituições, entre elas entidades prestadoras de serviços de Ater, instituições de crédito rural e de fomento à Agroecologia e à produção orgânica, no caso, a AOPA e Rede Ecovida (figura 8). A atividade consistia em visitas às propriedades de produção orgânica, rodas de conversas sobre a certificação e comercialização da produção e refeições coletivas com alimentos orgânicos. Todas as instituições presentes colaboraram de alguma maneira, com a disponibilização de recursos, de corpo técnico, transporte dos agricultores até o local da atividade etc. Desta maneira, foi um dia extremamente produtivo, onde se

tratou de assuntos de cunho técnico e burocrático do interesse do produtor.



Figura 09 Roda de conversa sobre comercialização e certificação da produção facilitada pela AOPA no município de Cerro Azul-PR (Fonte: do autor - 2015)

Para que isso ocorra, é necessário que existam os canais de comunicação entre essas entidades. Afinal, são dois montantes de recursos públicos, dois instrumentos atuando no mesmo espaço geográfico. Porém, não existe nenhuma exigência legal quanto a essa comunicação; é uma questão política e administrativa.

Como citado no Capítulo I, esses canais estão em construção e fortalecimento, principalmente em nível territorial no caso do Vale do Ribeira. Hoje o diálogo das instituições de Ater se comunicam por meio das Câmaras de Ater, fóruns, entre outros. A Câmara de Ater, por exemplo, é um canal de comunicação entre o MDA e as entidades que prestam este tipo de serviço. Porém, essas iniciativas ainda são frágeis e muitas vezes localizadas, vulneráveis a mudanças na gestão pública.

d. Excesso de burocracia

A excessiva demanda burocrática a que os extensionistas devem submeter às atividades que coordenam juntamente aos produtores familiares e seus subsequentes resultados foi apontada como um desafio em todos os relatos colhidos nesta pesquisa. Essa burocracia destina-se, principalmente, para controle das atividades cumpridas pelos técnicos/entidades perante o governo federal, dado o repasse de verba, e controle e avaliação da efetividade dessas atividades. Entre os processos mais citados, estão as frequentes “listas de presença” que os produtores devem assinar em toda atividade executada; os relatórios e atas; e os repetitivos diagnósticos para determinação do perfil e das demandas das famílias dos produtores.

Os documentos, desta forma, são bastante repetitivos. Todos os técnicos entrevistados alegaram que esta demanda burocrática retém muito de seu tempo, que poderia ser dedicado a funções práticas, como busca por novos canais mercadológicos e questões logísticas de produção e distribuição dos alimentos. Os extensionistas citaram com frequência, nas entrevistas, termos como “*extensionistas de escritório*” (6 ocorrências) e “*engessados*” (13 ocorrências), se referindo ao tempo que se dedicam para o preenchimento dos formulários exigidos pelo MDA. Além disso, os profissionais alegam que a quantidade excessiva de assinaturas que eles recolhem dos agricultores gera certa desconfiança, já que é comum que os produtores desconheçam a razão pela qual devem assinar tantos documentos, ora por desinteresse dos próprios produtores, ora por falta de empenho dos extensionistas em esclarecer a finalidade de tais assinaturas.

Algumas atividades também se mostram bastante repetitivas, e podem ser consideradas problemas relacionados tanto ao excesso de demandas burocráticas, quanto à ausência de comunicação entre as entidades. O diagnóstico destinado a traçar o perfil das famílias dos beneficiários, comumente previsto no começo de toda chamada pública de Ater, é uma atividade que ocorre em toda execução de projeto, onde os agricultores

acabam sempre fornecendo as mesmas informações. Se essas informações fossem compiladas em um banco de dados acessíveis a todos os órgãos envolvidos com os serviços de Ater (tanto as entidades de Extensão, como também poder público, entidades de crédito, entre outras) essa etapa ficaria obsoleta e tanto técnicos quanto produtores poupados de vários procedimentos desgastantes.

Acompanhando as atividades, é possível observar que esses documentos podem não atestar, com veracidade, a ocorrência das atividades, e muito menos sua qualidade. São facilmente fraudáveis e altamente repetitivos. Um relatório que leva determinada data não garante que aquela atividade foi executada na data indicada. Uma assinatura do produtor não garante que a atividade foi cumprida.

Gargalo maior ainda está no fato da comprovação da efetividade dos serviços de Ater estar atrelada a esta burocracia. Difícil avaliar a qualidade dos serviços por meio de papéis, e não de indicadores socioeconômicos. O MDA possui corpo técnico capacitado e incumbido de fazer esta avaliação, e fiscalizar se essas atividades estão sendo cumpridas. Contudo, a realidade nos mostra que esse corpo técnico é muito pequeno para o número de chamadas públicas de Ater presentes no estado e o número de famílias atendidas. Portanto, a avaliação destes serviços seria mais completada se esta fosse executada não somente pelos técnicos ou pelo MDA, mas também pelos próprios agricultores.

Portanto, o grande desafio na Ater, não somente no estado do Paraná, mas em todo o país, está na elaboração e determinação de mecanismos de avaliação (indicadores) destes serviços, acessíveis aos agricultores. Pode-se inferir, desta maneira, que a burocracia utilizada hoje pelo MDA é extremamente limitada, dado que consegue atestar os resultados da Ater somente quantitativamente. Nas entrevistas, o entrevistado nº 6 sugeriu que um dos indicadores poderia ser: “X” número de produtores certificados ao final da execução da chamada pública. Ou seja, em uma Chamada de Agroecologia, que certo percentual de agricultores participantes da chamada possuísse o certificado de produção orgânica

de suas propriedades devido à orientação técnica prestada pelos extensionistas agroecológicos.

5.3 Agroecologia e ATER agroecológica no Vale do Ribeira

Mesmo sendo esta uma chamada pública para prestação de serviços de Ater voltada para a produção orgânica e agroecológica, foi possível perceber por meio das entrevistas com os profissionais envolvidos que a Agroecologia ainda parece ser uma realidade distante, não somente para os produtores, mas principalmente para os técnicos e para as entidades prestadoras destes serviços.

Apesar dos esforços de estudiosos e profissionais da Extensão Rural agroecológica, e dos amplos debates em torno da construção e dos avanços promovidos pela Pnater, a Ater agroecológica, na prática, ainda aparece bastante atrelada ao difusionismo da Extensão Rural dos anos de 1980. Isto porque apesar do amplo referencial teórico hoje disponível, ainda busca-se avançar na direção da conscientização e do preparo dos profissionais atuantes na área e, principalmente, do desenvolvimento de metodologias qualitativas para avaliação da efetividade dos serviços de Ater agroecológica.

“As ações que existem são isoladas e dependem do técnico” (Entrevistado nº 1)

Neste sentido, a Agroecologia foi apresentada pelos técnicos do Paraná no decorrer das entrevistas como uma alternativa de produção para o agricultor familiar frente à pressão mercadológica e como uma forma de agricultura capaz de reduzir os custos de produção para este agricultor. Conforme mostra Caporal e Costabeber (2004), além das questões de produção, a nova Ater deve estar subordinada aos ideais da sustentabilidade ambiental e da equidade social, promovendo novos estilos de desenvolvimento e de agricultura.

Entretanto, é válido observar como a maior parte dos extensionistas vê a Agroecologia como algo novo e não como um conjunto de práticas inerentes à Agricultura Familiar, já que muitas das técnicas utilizadas nos sistemas agroecológicos podem ser tomadas como tradicionais, ou seja, já anteriormente praticados nas propriedades de natureza familiar. Nas entrevistas, notou-se que a forma como esses profissionais se referiam às terminologias e descreviam os processos agroecológicos era similar à teorização da Agroecologia, como se estes repetissem um discurso pronto, sem reflexão própria. Assim, é possível afirmar que esses técnicos, muitas vezes, apenas repassam essas informações, transparecendo ausência de um caráter crítico em sua formação e, conseqüentemente, em seu trabalho como extensionista. Este quadro, por sua vez, aproxima a proposta de Ater agroecológica oferecida pela chamada pública analisada, aos modelos de Ater difusionistas da agricultura de larga escala.

Também ficou evidente a perspectiva que os extensionistas trazem consigo da pouca distinção que fazem entre a Agroecologia e a produção orgânica. A Agroecologia e a produção orgânica não devem ser encaradas como sinônimos, visto que a Agroecologia é uma ciência que busca propor encaminhamentos para uma agricultura que respeite os condicionantes ambientais e o desenvolvimento socioeconômico, enquanto a agricultura orgânica é uma prática agrícola que objetiva inserção tecnológica e mercadológica (ASSIS, ROMEIRO, 2002; DULLEY, 2003).

Em contrapartida, quando tratamos de Ater agroecológica, os extensionistas, além do próprio despreparo para lidar com algumas adversidades encontradas nas atividades, têm que administrar um desafio comumente encontrado no campo diante do surgimento de novas tecnologias e práticas: a descrença ou resistência por parte dos produtores. Todos os entrevistados citaram que este fato ocorre frequentemente quando estes mencionam que a Ater que estão propondo possui orientações na Agroecologia e na produção orgânica.

Muitas vezes, essa descrença é explicada pelos técnicos por consequência de experiências traumáticas vividas anteriormente pelos agricultores, como a tentativa de se fazer a transição para a produção orgânica com o auxílio de uma Ater desqualificada, havendo perdas monetárias e produtivas; por atividades demasiadamente longas e exaustivas, tomando um dia inteiro em que o agricultor poderia estar na colheita; a apropriação, por parte dos técnicos e/ou das entidades do conhecimento do produtor familiar, sem algum tipo de retorno subsequente. Mas, acima destes pontos, essa resistência se dá devido a impressão impositiva que a Ater pode passar, em que a presença do técnico à campo remete a “domesticação” do produtor e de seu conhecimento.

Sobre este ponto, Caporal e Ramos (2006, p. 11) argumenta que:

“(...) não raramente, escutamos os agentes de Ater (e mesmo professores e pesquisadores) dizerem que os agricultores são ‘resistentes à incorporação de tecnologias’, sem que se tenha consciência de que, muitas vezes, a reação dos agricultores representa uma resistência ao processo de ‘domesticação’. Isso demonstra também que as metodologias convencionais de Extensão Rural, destinadas à persuasão e à transferência de tecnologias, apresentam limites quanto a sua eficiência, na medida em que os agricultores são seres pensantes que tomam decisões em função de experiências e racionalidades próprias.”

Essa descrença pode ser explicada, também, pela ausência de um período de tempo destinado para os técnicos se conhecerem e se ambientarem com a região que iriam trabalhar, ou seja, com a realidade local, de acordo com os próprios extensionistas. Esses técnicos tiveram apenas um período de uma semana de um curso de capacitação oferecido pelo MDA e pela entidade contratada, o que é considerado um prazo muito curto para que os profissionais pudessem se preparar para o

trabalho a campo. Uma solução para suprir essa necessidade de ambientar os técnicos com as realidades locais seria a existência de atores locais (das comunidades, dos grupos de produção orgânica, das cooperativas etc) para auxiliar o trabalho dos técnicos. Entretanto, a existência destes personagens depende da comunicação e articulação entre Estado e os municípios/comunidades.

Enumerando as dificuldades mais citadas pelos extensionistas entrevistados no início das atividades da chamada de Ater agroecológica no Vale do Ribeira, podem ser enumeradas:

1. O atraso nos pagamentos;
2. A desorganização das entidades e infraestrutura fraca;
3. A falta de apoio da entidade contratada pela chamada com os técnicos;
4. Burocracia excessiva.

A seguir, foram pontuados os seguintes itens, considerados pelos profissionais de Ater entrevistados como os itens de relevância que estimulam as ações de fomento/fortalecimento da Ater agroecológica:

Tabela 05 Benefícios mais citados pelos profissionais de Ater ao trabalharem com a Extensão Rural agroecológica

Mudanças nos hábitos alimentares;
Proteção da saúde dos produtores;
Presença efetiva dos técnicos a campo
Diminuição do impacto no campo do monopólio das empresas de insumos;
Minimização da dependência dos produtores familiares frente a esses monopólios;
Permuta de tecnologias entre técnico e produtores;
Crédito rural (o agricultor deixou de considerar o crédito rural simplesmente como uma dívida, mas passou a considera-lo também como um investimento)
Aumento da percepção ambiental e da preocupação com a preservação do meio ambiente

Fonte: do autor (2016)

Como já citado anteriormente, é clara a identificação dos profissionais com a importância da atuação e do apoio de algumas entidades atuantes na região. Todos os entrevistados citavam instituições como a AOPA e a Rede Ecovida, protagonistas na promoção e no fortalecimento da Agroecologia na região do Vale do Ribeira, e incentivo às ações de Extensão Rural agroecológica.

A AOPA, por exemplo, foi citada por estimular a articulação e a organização entre os produtores da região, auxiliando na expansão do mercado de orgânicos regional. Por atuar com processos certificativos e mercadológicos, e não contar com recursos ou corpo técnico suficientes para atender às demandas dos produtores relativas à Assistência Técnica e Extensão Rural, a entidade hoje adota uma postura de aproximação com as entidades prestadoras de serviços de Ater por meio de parcerias. A Rede Ecovida, por sua vez, foi citada por fomentar a agricultura familiar e orgânica em toda região Sul, sendo reconhecida nacionalmente. Devido a sua marcante atuação, o sistema de certificação participativo é hoje reconhecido na legislação brasileira, promovendo uma possibilidade

alternativa de se certificar a produção orgânica e agroecológica além da auditoria.

5.4 Sobre o futuro da Ater agroecológica

Atualmente, a Ater para a Agricultura Familiar é constantemente permeada por debates sobre sua reorientação e a forma como deveria atender os produtores. Até a finalização das atividades de campo deste trabalho, os profissionais entrevistados acreditavam que o Estado, representado principalmente pelo MDA, vinha cumprindo seu papel na promoção e no fortalecimento destes serviços.

Entretanto, o cenário ao término da pesquisa é outro. No mês de maio de 2016, uma Medida Provisória⁵ extinguiu o MDA e transferiu suas competências para o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). Logo em seguida (final do mês de maio), um decreto⁶ transferiu as competências do MDA, que estavam com o MDS, para a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário (SEAD), da Casa Civil da Presidência da República.

“A dificuldade de estruturação do sistema de ATER; a grande dependência de recursos do governo federal; a alta burocracia do estado brasileiro; os atrasos nos repasses de recursos; o baixo apoio dos governos estaduais; e as incertezas quanto às fragilidades da ANATER, que teve sua diretoria com mandato afastada após o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, e do MDA, extinto pelo então governo interino Michel Temer, trazem muitas dúvidas e instabilidade para o prosseguimento da política” (MACEDO; AMARAL, 2016).

⁵ Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016.

⁶ Decreto nº 8.790, de 27 de maio de 2016.

Desde que as atribuições do MDA passaram a ser responsabilidade do Sead, apenas uma chamada foi publicada visando a promoção e consolidação da Agroecologia (até o término da presente pesquisa). O edital nº 21/2016, uma parceria entre CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), Sead e outros Ministérios, selecionou projetos voltados para a construção de conhecimentos e técnicas relacionados à Agroecologia e a produção orgânica.

A situação da ANATER (Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural) também preocupa profissionais, pesquisadores e as famílias do campo. Instituída no ano de 2014⁷, caracteriza-se por ser um serviço social autônomo de coordenação e articulação dos programas de Assistência Técnica e Extensão Rural, visando ampliar o alcance a novas tecnologias pelos produtores rurais. Contudo, com a extinção do MDA, a ANATER está, até a conclusão desta pesquisa, sem um órgão ligado ao governo para coordenar suas atividades, acarretando na desarticulação da assistência técnica. Desta forma, fragiliza-se uma ferramenta voltada para o atendimento ao trabalhador familiar rural.

Com relação a Ater agroecológica, com o surgimento da PLANAPO, ficou evidente que todas as chamadas públicas de Ater trazem em seus editais algum apelo acerca da sustentabilidade. Entretanto, mesmo com a existência de políticas voltadas para a Agroecologia em nível federal e estadual, e com um discurso voltado para o desenvolvimento rural sustentável, baseado nos preceitos agroecológicos, na prática os subsídios ainda são mínimos, tornando o trabalho dos profissionais bastante árduo, de acordo com o entrevistado nº 14.

Na região do Vale do Ribeira, o cenário atual é de uma região bastante rica ambientalmente, com grande número de mananciais, aliada a um volume considerável de demanda por alimentos orgânicos por parte dos consumidores, principalmente a população da cidade de Curitiba. Desta forma, alguns profissionais, na maioria dos casos e de forma isolada,

⁷ Decreto nº 8. 252, de 26 de maio de 2014.

buscam trabalhar a Agroecologia. Uma via de se concretizar essas iniciativas é abordar essas questões transversalmente, segundo o entrevistado nº 10, e não somente com os agricultores que já produzem de maneira orgânica, mas também com os agricultores convencionais, buscando a redução na utilização de insumos, vias de acesso a mercados consumidores de alimentos orgânicos e uma mudança na perspectiva deste produtor convencional.

O entrevistado nº 14 indicou uma problemática que é constantemente levantada não somente pelos profissionais, mas também por muitos produtores familiares. Esse problema está relacionado a Ater, quando prestada ao agricultor, ficar atrelada a teorização, inclusive com a distribuição de cartilhas com orientações técnicas para esses agricultores e suas famílias. De acordo com o entrevistado, o produtor valoriza mais o que lhe é mostrado na prática, ativamente, do que essas cartilhas e materiais didáticos.

A Ater deve ser fornecida portanto de forma mais integrada, seja pela reformulação das chamadas públicas, seja pela reformulação do formato como os serviços de Ater vem sendo prestados para os produtores. As chamadas não deveriam ser elaboradas de maneira tão pontual (temática) e isoladas, pois se o intuito é que essas chamadas carreguem sentidos mais sustentáveis e agroecológicos, é contraditório tratar dos temas referentes ao bem-estar da população do campo de forma isolada.

Há aqueles profissionais que defendem a reestruturação da Ater pública. Neste caso, o entrevistado nº 5 sugere em seu relato que a atuação das instituições privadas deveria ser restringida a questões pontuais, como referência de apoio para uma Ater pública unificada e integrada, de acordo com o *know how* de cada entidade. Desta maneira, o cenário das chamadas públicas, que hoje se apresenta bastante fragmentado (têm-se a Ater destinada para os produtores de leite; Ater para os produtores orgânicos/agroecológicos; Ater para os produtores de tabaco; etc.) se voltaria para uma máquina pública de prestação de Extensão Rural preparada para atender às demandas da Agricultura Familiar como um

todo, já que um produtor que recebe os serviços de uma Ater agroecológica pode apresentar demandas referentes à produção leiteira, por exemplo.

Vale salientar que a Ater pública é fundamental para a Agricultura Familiar, visto que o produtor familiar, na maioria dos casos, não possui condições financeiras de contratar uma Assistência Técnica privada, como ocorre por parte dos agricultores convencionais. Portanto, é possível afirmar que não existe (ou não deveria existir) a opção de se acabar com a assistência técnica pública.

Como as instituições públicas suportariam demandas tão diversificadas? Com o apoio das entidades particulares. Entidades especializadas em ensino orientando as ações de Ater voltadas exclusivamente para estas questões; entidades ligadas à proteção ambiental auxiliando nas atividades ligadas a este quesito, etc. Esse sistema inviabilizaria a ocorrência de um problema comum nestes serviços, que são as entidades que concorrem a estas chamadas por visarem à captação do recurso disponibilizado para tais serviços, sem elas próprias priorizarem a sua capacidade de fornecer esses serviços de modo coerente e eficiente. Essas entidades comumente estão passando por uma crise econômica ou administrativa e veem o recurso como uma oportunidade de se reerguerem.

Em contrapartida, conforme citado pelo entrevistado nº 7, pesa o fato do extensionista contratado pelas entidades privadas de prestação de serviços de Ater ter mais protagonismo que o extensionista das instituições públicas de Ater. Isso porque o funcionário público está ainda mais atrelado às burocracias, uma vez que além das burocracias previstas pelo próprio edital, este ainda está preso às burocracias demandadas por sua instituição, que também é mantida por meio de recurso público. Assim, os profissionais da Ater privada são considerados, neste meio, como mais flexíveis e dinâmicos.

Um ponto abordado por parte dos profissionais entrevistados que acolhe de maneira enfática as premissas de uma Ater agroecológica, seria a formação de replicadores de conhecimento dentro das próprias famílias e comunidades de produtores rurais familiares. Projetos voltados para jovens ou para os agricultores que mostram potenciais lideranças nestas comunidades, que teriam relação estreita com o extensionista durante a vigência da chamada pública na localidade. Quando o projeto acabasse, este ficaria incumbido de repassar aos outros integrantes da comunidade todo conhecimento, questionamentos e reflexões fomentadas durante o acompanhamento do técnico.

Esta orientação traria diversos benefícios para os produtores. Primeiramente, atuaria na emancipação destas comunidades frente aos serviços temporários fornecidos pelo Estado. Assim, a dependência do agricultor com agentes externos seria minimizada, empoderando estes produtores por meio de construções coletivas do conhecimento dentro das próprias comunidades. O agricultor sairia da condição atual de receptor de conhecimento, para assumir um papel protagonista de replicador, se apropriando dos conhecimentos que já é dele.

Além disso, este processo, se voltado para a parcela jovem destas comunidades, iria atuar diretamente em uma questão que hoje é considerada um gargalo e um desafio no campo: a saída destes jovens rumo aos centros urbanos. Segundo Ferrari et al. (2004), a saída de jovens de famílias de agricultores familiares do meio rural em direção às cidades vem se intensificando nos últimos anos. O autor demonstra em seu trabalho que a baixa remuneração da agricultura e a falta de terra são fatores fortes na expulsão do meio rural. A saída acentuada dos jovens que não encontram, no meio rural ou na região, oportunidades produtivas que satisfaçam suas aspirações profissionais significa para essas comunidades a perda não só de habitantes, mas também de energia, a capacidade de trabalho e a criatividade de suas populações, além do “envelhecimento” ou esvaziamento da população, promovendo a descaracterização da cultura local. O entrevistado nº 10 cita na entrevista

a criação e o fomento de cursos técnicos de Extensão Rural voltados para os filhos dos agricultores.

Entretanto, é importante considerar o interesse dos produtores em assumir este papel. Para este fim, os produtores disponibilizariam o tempo que, comumente, dedicam às suas áreas agrícolas. Além do fomento ao envolvimento dos agricultores nos processos organizativos e construtivos, é fundamental que se fortaleça a base social em nível familiar e também comunitário, ou seja, os sindicatos, cooperativas, as associações presentes nos municípios devem ser envolvidas neste processo, não focando o desenvolvimento somente sob a orientação técnica.

Empoderar o agricultor e transformá-lo em um agente replicador do conhecimento não descarta a atuação do extensionista na promoção e no incentivo ao acesso das políticas públicas voltadas para a Agricultura Familiar. Diferenciar paternalismo e de incentivo é relevante. A abordagem da Ater direciona-se para o estímulo do agricultor em busca de inovações e melhorias em sua propriedade, mas sem gerar dependência deste para com esses serviços. A Extensão Rural, desta forma, configura-se em uma ferramenta ou instrumento, considerada em conjunto com outras políticas públicas no campo.

“O avanço da Agroecologia implica em mudanças que vão muito além das questões técnicas, mudanças essas sociais, políticas, de organização, de perspectiva de mercado, de uma economia mais solidária, de um mundo mais justo (...). Hoje a Agroecologia acaba por centralizar uma série de ambições políticas, sociais, técnicas, coletivas” (entrevistado nº 10).

Destaca-se que a Extensão Rural é muito importante no campo, mas é somente um instrumento, e não a essência do desenvolvimento rural sustentável. A presença dos técnicos nas comunidades é rotativa e sazonal. Assim, as comunidades empoderaram-se, os canais de

comercialização e comunicação se fortalecem para que o compartilhamento de conhecimento continue fluindo cada vez mais independente da presença destes serviços nos territórios. Afinal, o que faz a Agroecologia avançar não são as políticas públicas, mas sim os produtores familiares ao se apropriarem das possibilidades advindas destas políticas como também dos conhecimentos construídos coletivamente.

O entrevistado nº 15 levantou um ponto bastante relevante para este contexto. O profissional cita em seu relato que, acima das políticas públicas para a Agricultura Familiar, a necessidade do poder público focar suas ações em subsidiar condições sociais e de infraestrutura para o desenvolvimento do campo, como ações essas voltadas para melhoria das estradas, transporte público, saneamento básico, entre outros direitos da população. É fato que o Vale do Ribeira é um berço em potencial para o desenvolvimento da Agroecologia, com um apelo e uma demanda cada vez maior deste tipo de produção de alimentos.

“Nós estamos em um lugar onde a terra é boa, a semente é boa; talvez falte capacitar o semeador e capacitadores dos semeadores”. (Entrevistado nº 14)

Além das questões do empoderamento dos produtores e de suas famílias, e de se assumir que a Ater é uma ferramenta de acesso às políticas públicas enquanto protagonista no desenvolvimento rural sustentável, os debates, quando fomentados, destacam-se no sentido de se determinar e diferenciar se a Agroecologia remete a uma via para o desenvolvimento sustentável, ou se remeteria a uma posição político-ideológica. Quando atrelada ao segundo paradigma, tem-se a impressão que a Agroecologia fica paralisada nestes debates políticos, ao invés de caminhar para se tornar acessível ao cotidiano do agricultor.

Há ainda o fato de se superar o discurso impregnado de demagogia, presente hoje no campo da Agroecologia. Este discurso carrega fortemente a ideia de que quem produz de forma ecológica não deveria

visar o lucro. Entretanto, a Agroecologia também deve ser considerada como uma maneira de viabilização econômica das famílias do campo, sendo o selo orgânico hoje um marketing. Segundo Dulley (2003), o mercado optou por denominar todos os alimentos produzidos sem insumos e defensivos químicos de “orgânicos”, gerando um fenômeno em que os consumidores hoje estão dispostos a pagar um valor monetário maior pela qualidade orgânica agregada ao produto.

“A alimentação é algo básico e fundamental a que todos devem ter direito, e o Estado deve garantir isso”.
(Entrevistado nº 17)

Se, por um lado, o Estado apresenta propostas e constrói juntamente com a sociedade civil políticas públicas estruturantes e que alavancam a vida do produtor, por outro lado o mesmo Estado vem emperrando este desenvolvimento com o aumento de burocracia, criminalizando os movimentos sociais, com exigências abusivas (como as da Vigilância Sanitária que estipula padrões cabíveis somente para as grandes agroindústrias), dificultando o acesso às feiras, etc. Segundo os profissionais, as demandas são atendidas, na maioria dos casos, por conta da pressão popular. Isso pode ser evidenciado, principalmente, pelo quadro atual no Paraná de “sucateamento” de instituições significativas no contexto da Agricultura Familiar e Agroecologia, como o que acontece com o CPRA (Centro Paranaense de Referência em Agroecologia).

No que tange ao contexto agroecológico, este em diversas frentes ainda se apresenta bastante frágil, principalmente com relação a Ater. Os avanços da Agroecologia encontram-se dependentes das trocas de governo, da boa vontade de políticos, da representatividade no campo. A Agricultura Familiar é fraca representativamente entre deputados, vereadores, ou seja, entre o poder público. Para a Agroecologia se consolidar e a Ater agroecológica ser assumida como ferramenta de destaque, as articulações desde o campo organizativo da sociedade civil,

passando pela construção de uma relação mais forte e paralela entre campo e cidade e a luta política institucional.

Entretanto, é necessário reconhecer que os avanços foram muitos, tanto para a Agroecologia quanto para a Ater agroecológica. A Pnater e a realização das duas CNATER vieram para reforçar a possibilidade da Ater ser um instrumento que potencializa a produção sustentável e facilita o acesso às políticas públicas. A Agroecologia, por sua vez, necessita da Ater como ferramenta de promoção de suas práticas (MACEDO; AMARAL, 2016).

6 CONCLUSÃO

Os serviços de Ater apresentam-se como uma das principais ferramentas na promoção do desenvolvimento rural sustentável, possibilitando aos produtores familiares acessar políticas públicas que endossam este processo. Por meio dos dados apresentados na presente pesquisa, foi possível perceber que o Estado vem trabalhando na busca do fortalecimento de uma Ater pública qualificada e democratizada, dado o aumento de recursos destinado para a publicação dos editais das chamadas públicas para o desenvolvimento de projetos.

Entretanto, vários desafios ainda se encontram presentes no campo quando se fala em Ater, principalmente a Ater agroecológica, como a má distribuição dos serviços (sobreposição de recursos em certos municípios em detrimento de outros que não possuem uma chamada sequer); o processo licitatório promovido pelas chamadas públicas, que gera um confronto entre as entidades em nível territorial; excesso de burocracia que limita o tempo dos extensionistas e gera a desconfiança por parte dos agricultores. Se por um lado, o Estado apresenta propostas e constrói juntamente com a sociedade civil políticas públicas estruturantes e que oferecem subsídios que tragam melhorias na qualidade de vida do produtor, por outro lado, o mesmo Estado vem emperrando este desenvolvimento com o excesso de burocracia, criminalizando os movimentos sociais e estipulando exigências abusivas.

Quanto à elaboração das chamadas, quando este processo é mal conduzido, pode dismantelar articulações construídas ao longo de anos e fragilizar relações político-econômicas nos territórios. Assim, a configuração atual dos serviços de Ater no Vale do Ribeira deixa claro que a região, enquanto território, não possui a atenção do Estado no intuito de alinhar as iniciativas e equilibrar e fomentar um desenvolvimento sustentável.

Em contrapartida, as iniciativas, tanto do poder público, quanto das entidades privadas para fortalecer esses serviços também se fazem

marcantes. Observamos a ocorrência de ações ligadas a espaços de debates, construção e articulação das ações de Ater no estado do Paraná, que são essenciais na afirmação da participação social de políticas públicas voltadas para o rural brasileiro.

A chamada de Ater agroecológica foi um avanço para o fortalecimento da Agroecologia no campo, sendo a primeira chamada pública com a finalidade de oferecer serviços de Ater para os produtores orgânicos e agroecológicos. Foi a primeira chamada com maior duração, três anos, possibilitando ações mais efetivas, enquanto que as chamadas públicas de Ater anteriores tinham a duração de um ano. Ainda, os beneficiários da chamada se caracterizaram por ter baixo nível econômico e capacitação técnica, o que a tornou uma chamada fundamental em contexto como do território do Vale do Ribeira.

Mesmo que esta chamada tenha promovido muitos avanços, destacam-se alguns gargalos na sua formulação. Sua construção foi considerada pelos profissionais como defasada, uma vez que desconsiderou diversas demandas locais dos municípios e inviabilizou diversas articulações e construções de cunho econômico e político entre municípios e entidades, pois excluiu municípios de uma região que se organiza a nível territorial. Fica claro que os profissionais atuantes na chamada, principalmente os extensionistas, não estavam totalmente seguros quanto à orientação que deveriam assumir na execução das atividades propostas pela chamada.

Quanto a estes extensionistas, apesar destes profissionais deterem um alto nível de escolaridade, percebemos que a formação destes esta ligada predominantemente à áreas das Ciências Agrárias, cuja orientação em sua maioria se dá em um contexto de homogeneização dos fenômenos científicos. Este fato pode comprometer uma das propostas da ATER agroecológica, que é a heterogeneidade de perspectivas na produção agrícola, atendendo não só às demandas produtivas dos agricultores, como também assistindo às questões sociais das famílias do campo.

Assim, pode-se inferir que a Ater agroecológica exige formas mais integradas, e assim as chamadas não deveriam ser elaboradas de maneira tão pontual (temática) e isoladas. O poder público deve focar suas ações em subsidiar condições sociais e de infraestrutura para o desenvolvimento do campo, como por exemplo, ações essas voltadas para melhoria das estradas, transporte público, saneamento básico, entre outros direitos da população.

A chamada pública de Ater agroecológica, apesar das deficiências apresentadas, pode ser considerada como um gigantesco avanço na promoção do desenvolvimento rural sustentável. Cabe ao poder público, agora representado pelo Sead, trabalhar na busca pelo aperfeiçoamento nos mecanismos de disponibilização destes serviços, bem como no desenvolvimento de outros mecanismos e ferramentas, que em conjunto com a Ater agroecológica, atuarão na consolidação na Agroecologia e da produção orgânica.

7 LITERATURA CITADA

ABRAMOVAY, R. Agricultura Familiar e serviço público: novos desafios para a Extensão Rural. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v.15, n.1, p.137-157, 1998

ALVES, M. O.; VALENTE JUNIOR, A. S. V. Comunicação rural entre três atores nas áreas de concentração de fruteiras no nordeste brasileiro: o pequeno fruticultor, suas organizações e a Extensão Rural. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 44, 2006, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2006.

ASSIS, R. Desenvolvimento rural sustentável no Brasil: perspectivas a partir da integração de ações públicas e privadas com base na Agroecologia. **Economia Aplicada**, v. 10, n. 1, p. 75-89, 2006.

ASSIS, R. L.; ROMEIRO, A. R. Agroecologia e agricultura orgânica: controvérsias e tendências. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 6, p. 67-80, 2002.

BARUJA, J. E. A.; DELLAI, W.; BRANDÃO, J. D. **Política nacional de agroecologia e produção orgânica**: entre a abordagem agroecológica e a construção de uma política pública. *Cadernos de Agroecologia*, v. 9, n. 1, 2014.

BIACHINI, V. **O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF e a sustentabilidade da agricultura no Vale do Ribeira – Paraná**. 2010. 413f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná.

BRANDENBURG, A.; FERREIRA, A. D. D.; SANTOS, L. J. C. Dimensões socioambientais do rural contemporâneo. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 10, p. 119-125, 2004.

BRASIL. Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar – PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – PRONATER, altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 jan. 2010.

BRASIL. Lei nº 7.794, de 20 de agosto de 2012. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 ago. 2012.

BRASIL. TERRITÓRIOS DA CIDADANIA. 2015. Disponível em: <<http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/xowiki/120Territorios>>. Acesso em 13 Jan 2016.

BRITO, L. Gestão do conhecimento numa instituição pública de assistência técnica e extensão rural do Nordeste do Brasil. **Revista de Administração Pública**, v.46, n.5, p.1342- 1366, 2012.

CAPORAL, F. R. **A Extensão Rural e os limites à prática dos extensionistas do serviço público**. 1991. 134f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria.

CAPORAL, F. R. Lei de Ater: exclusão da Agroecologia e outras armadilhas. **Cadernos de Agroecologia**, Fortaleza, v. 6, n. 2, 2011.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia: enfoque científico e estratégia. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.3, n.2, 2002.

CAPORAL, F. R.; Costabeber, J. A. Possibilidades e alternativas do desenvolvimento rural sustentável. In: VELA, H. (org.). **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável no MERCOSUL**. UFSM: Santa Maria. 2003.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e Extensão Rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre, 2004.

CAPORAL, F. R.; PETERSEN, P. Agroecologia e políticas públicas na América Latina: o caso do Brasil. **Agroecologia**, v. 6, p. 63-74, 2012.

CAPORAL, F. R.; RAMOS, L. F. Da extensão rural convencional à extensão rural para o desenvolvimento sustentável. In: CONTI, I. L.; PIES, M.; CECCONELLO, R. (Org.). **Agricultura familiar: caminhos e transições**. Passo Fundo: IFIBE, 2006.

CNATER. **Conferência Nacional de ATER**. Brasília. 2016.

DAMBROS, O; CAPORAL, F. R.; PADILLA, M. C. A nova ATER e a formação de redes locais de entidades da Agricultura Familiar para desenvolver Extensão Rural agroecológica no estado do Paraná, Brasil. **Extramundos**, vol. 3, n. 3, 2015.

DENARDI, R. A. Agricultura Familiar e políticas públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.2, n.3, 2001

DENARDI, R. A.; HENDERIKX, E. M. G. J.; CASTILHOS, D. S. B.; BIANCHINI, V. **Fatores que afetam o desenvolvimento local em pequenos municípios do estado do Paraná**. EMATER, Curitiba, 2000.

DIAS, G. L. S.; AMARAL, C. M. **Mudanças estruturais na agricultura brasileira: 1980-1998**. Santiago: Desarrollo productivo, 2001.

DIAS, M. M. As mudanças de direcionamento da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) face ao difusionismo. **Revistas Oikos**, Viçosa, v. 18, nº 2, p. 11-21, 2007.

DIAS, M. M. Políticas públicas de extensão rural e inovações conceituais: limites e potencialidades. **Perspectivas em Políticas Públicas**, v. 1, n. 1, p. 101-114, 2008.

DINIZ, P.C.O.; LIMA, J. R. T.; ALMEIDA, A. Chamadas públicas de ATER: primeiras reflexões. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE SOCIOLOGIA, 28, 2011, Recife. **Anais eletrônicos...** Recife: UFPE, 2011.

DULLEY, R. D. Agricultura orgânica, biodinâmica, natural, agroecológica ou ecológica? **Informações Econômicas**, São Paulo, v.33, n.10, 2003

FERRARI, D. L.; ABRAMOVAY, R.; SILVESTRO, M. L.; MELLO, M. A.; TESTA, V. M. Dilemas e estratégias dos jovens rurais: ficar ou partir? **Estudos, Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 237-271, 2005

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

GUIVANT, J. S. Contribuições da sociologia ambiental para os debates sobre desenvolvimento rural sustentável e participativo. In: CONGRESSO MUNDIAL DA INTERNATIONAL SOCIOLOGICAL ASSOCIATION, 2002, Brisbane. **Anais...** Brisbane: 2002.

GODOI, T. G. **Dilemas e perspectivas da sustentabilidade nas políticas de crédito para a agricultura familiar: estudo de caso no Território do Meio Oeste Contestado (SC)**. 2014. 127f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006**. Brasília, 2016

IENO NETO, G. **Assentamentos rurais e desenvolvimento**: em busca de sentido – O projeto Lumiar na Paraíba. 2005. 396 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal da Paraíba.

IPARDES. **Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social**. 2007. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&sistemas=1&cod_sistema=1&ano_estudo=2007>. Acesso em: 09 jun. 2016.

LANDINI, F. P. Problemas enfrentados por extensionistas rurais brasileiros e sua relação com suas concepções de Extensão Rural. **Ciência Rural**, Santa Maria, vol. 45, n. 2, p.371-377, 2015

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MACEDO, S. C.; AMARAL, R. Agroecologia e alimentos sustentáveis desde a perspectiva do trabalho da Assistência Técnica e Extensão Rural. **Análise**, n. 16, 2016.

MALHEIROS, T. F.; PHILIPPI JR., A.; COUTINHO, S. M. V. Agenda 21 Nacional e Indicadores de Desenvolvimento Sustentável: contexto brasileiro. **Saúde Soc.**, São Paulo, v. 17, n. 1, p.7-20, 2008.

MEDEIROS, J. P.; BORGES, D. F. Participação cidadã no planejamento das ações da Emater-RN. **RAP**, Rio de Janeiro v. 41, n. 1, p.63-81, 2007

MELÃO, I. B. Programa Paraná Agroecológico: o processo participativo para a construção de uma política pública. **Caderno IPARDES**, v. 1, n. 2, p. 36-44, 2011.

MELO, C. O. Índice relativo de desenvolvimento econômico e social dos municípios da região sudoeste paranaense. **Revista Análise Econômica**, Porto Alegre, n. 47, p. 149-164, 2007.

MENDONÇA, S. R. Extensão rural e hegemonia norte-americana no Brasil. **História Unisinos**, v. 14, n. 2, p. 188-196, 2010.

MINAYO, M. C. S. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 30 ed. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 09-30.

MDA. **Ministério do Desenvolvimento Agrário**. Brasília, 2016

MIRANDA, M.; PASSINI, J.J.; MIRANDA, G.M.; RIBEIRO, M.F.S.; SOARES JÚNIOR, D. A busca de referências técnicas e econômicas para o desenvolvimento da agricultura familiar no estado do Paraná através de uma rede de propriedades. In: IV Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção, 2001, Belém-PA. **Anais...SBSP**,2001.

MUTERLLE, J. C.; CUNHA, L. A. G. A territorialização da Agroecologia no Território Rural do Vale do Ribeira, Paraná, Brasil. **Revista Geográfica de América Central**, Costa Rica, pp. 1-17, 2011.

MOSCAL, J. S.; KAMINSKI, T. C. G. Comunidades tradicionais e Unidades de Conservação: etnoconhecimento no entorno do Parque Estadual das Lauráceas, Paraná. **Terra Plural**, v. 8, n. 2, p. 297-307, 2014.

NAVARRO, Z. desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos avançados**, 15 (43), 2001.

NUNES, S. L. **Comentários sobre licitações e contratos**. Florianópolis, edição do autor. 2012.

OELOFSE, M.; HOGH-JENSEN, H.; ABREU, L. S.; ALMEIDA, G. F. D.; EL-ARABY, A.; HUI, Q. Y.; SULTAN, T.; NEERGAARD, A. D. Organic farm conventionalisation and farmer practices in China, Brazil and Egypt. **Agronomy for Sustainable Development**, v. 31, n. 4, p. 589-698, 2011.

OLIVEIRA, G. B. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista FAE**, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 37-48, 2002.

OLIVEIRA, S. L. **Tratado de metodologia científica**: projetos de pesquisa, TGI, TCC, Monografias, Dissertações e Teses. 2 ed. São Paulo: Pioneira, 1999.

OLIVEIRA, M. N. S. **A formação de técnicos e extensionistas rurais no contexto do desenvolvimento rural sustentável e da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. 2012. 271f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília.

PADILHA, D. O. **A construção da racionalidade ambiental no movimento agroecológico em Rio Branco do Sul/PR**. 2008. 152f. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade federal do Paraná.

PEDROLLO, M. G.; MODENA, R. M.; EURICH, J.; VRIESMAN, A. K.; OKUYAMA, K. K.; MOURA, I. C. F.; SOUZA, N. M.; RIBEIRO, D. R. S.; ROCHA, C. H.; WEIRICH NETO, P. H. Dia de campo e difusão de tecnologias para a Agricultura Familiar. **Revista Conexão UEPG**, v. 9, n. 1, 2013.

PEIXOTO, M. Marcos legais dos serviços precursores de ATER no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, 2008, Londrina. **Anais...** Londrina: Associação dos Engenheiros Agrônomos de Londrina, 2008.

SABOURIN, E. Que política pública para a agricultura familiar no segundo governo Lula? **Sociedade e Estado**, v. 22, n. 3, p. 715- 751, 2007.

SACHS, I. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro. 2002, p.96.

SCHNEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, v. 30, nº 3, p. 511-531, 2010.

SEPULCRI, O. **Estratégias e trajetórias institucionais da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Paraná (EMATER-PR)**. 2005. 161f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Centro de Pesquisas Econômicas, Universidade Federal do Paraná.

SERRA, E. Noroeste do Paraná: o avanço das lavouras de cana e a nova dinâmica do uso do solo nas zonas de contato arenito-basalto. **Campo-território: revista de geografia agrária**, v, 5, n. 9, p. 89-111, 2010.

SEVÁ FILHO, A. O.; KALINOWSKI, L. M. Transposição e hidrelétricas: o desconhecido Vale do Ribeira (PR-SP). **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 26, nº74, 2012.

SILVA, J. G.; KAGEYAMA, A. A.; ROMÃO, D. A.; WAGNER NETO, J. A.; PINTO, L. C. G. Tecnologia e campesinato: o caso brasileiro. **Revista de Economia Política**, v. 3, nº 4, p. 21-56, 1983.

SILVEIRA, P. R. C.; BALEM, T. A. Formação profissional e Extensão Rural: a incapacidade da superação do modelo agrícola. ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 6, 2004. **Anais...** Aracaju, 2004.

YIN, R. K. **Estudo de caso**. Planejamento e Métodos. Porto Alegre: Bookman, 2005. 212 p.

ZUIN, L. F. S.; ZUIN, P. B.; MANRIQUE, M. A. D. A comunicação dialógica como fator determinante para os processos de ensino e aprendizagem que ocorrem na capacitação rural: um estudo de caso em um órgão público de extensão localizado no interior do estado de São Paulo. **Ciência Rural**, Santa Maria, v. 41, n. 5, p. 917-923, 2011.

ANEXO A

Desenvolvimento Agrário – MDA
Secretaria da Agricultura Familiar – SAF
Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural – DATER
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA
Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento – DD
Coordenação Nacional de ATES

**CHAMADA PÚBLICA CONJUNTA INCRA/MDA PARA SELEÇÃO DE ENTIDADES
EXECUTORAS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PARA PROMOÇÃO
DA AGRICULTURA FAMILIAR AGROECOLÓGICA, ORGÂNICA E
AGROEXTRATIVISTA**

**Chamada Pública INCRA e SAF/DATER/MDA
nº 13/2013 - republicação**

Brasília, abril de 2014

1. INTRODUÇÃO

A agricultura familiar no Brasil se consolidou na última década como um segmento relevante na promoção do desenvolvimento econômico brasileiro, em especial na produção de alimentos e matérias primas e na ocupação de postos de trabalho no meio rural brasileiro.

O crescimento médio do PIB brasileiro, de 3,59% entre 2000 e 2010, aliado ao crescimento do PIB agropecuário, 3,67% em média no mesmo período, refletiu-se na expansão da renda da agricultura familiar. Não por coincidência, a agricultura familiar passou a contar com um leque de políticas públicas específicas para preservação e expansão da renda tais como o crédito rural, seguro-safra e programas de compras governamentais do PAA e PNAE (alimentação escolar).

Ao mesmo tempo em que a importância econômica da atividade agropecuária avança, aumentam os riscos quanto sustentabilidade do modelo de agricultura adotado. Em uma de suas faces, o consumo de agrotóxicos apresenta tendência crescente, conforme visualizado no quadro abaixo, tornando o Brasil no campeão mundial no consumo de agroquímicos. Em destaque a continuidade no uso de agrotóxicos na Classe I, que mantém-se com aproximadamente 20% do consumo, o que corresponde a princípios ativos mais agressivos ao meio ambiente, figurando como “extremamente tóxicos”.

OPCAO	1992	1995	1997	1999	2000	2002	2003
Agrotóxicos em linha de comercialização	486	468	531	556	623	714	600
Classe I	20,8	19,4	20	17,6	18,1	16,9	19
Classe II	36	33,6	29,9	29,7	27,9	27,5	25,8
Classe III	29,4	28,4	28,2	29,3	29,1	30	32
Classe IV	13,8	18,6	21,9	23,4	24,9	25,6	23,2

Fonte: IBAMA.

O quadro tem por consequência não apenas quesitos ambientais como poluição do meio ambiente por resíduos químicos, mas também o custo econômico que se reflete na dependência do agricultor familiar de insumos de natureza industrial, onerando muitas vezes seu custo de produção.

Como triste consequência, em 2009, houve mais de 10 mil casos notificados por contaminação de trabalhadores rurais por agrotóxicos (ANVISA, 2009). Em 2010, 75% das amostras de 18 culturas alimentares apresentaram resíduos de agrotóxicos. Destas, 30% estavam irregulares, contendo agrotóxicos não autorizados para a cultura analisada ou com resíduos acima dos níveis legalmente permitidos (ANVISA, 2010).

Entretanto, em contraposição a esta realidade, os sistemas orgânicos e de base agroecológica contribuem positivamente para o equacionamento da agenda

ambiental global (produção & conservação), para o alívio à pobreza e para a garantia da segurança alimentar, conforme documento do Relator Especial da ONU para o Direito à Alimentação, Olivier De Shutter (ONU, dezembro de 2010).

A promoção da agroecologia, da produção orgânica e de alimentos saudáveis tem relação importante com a política de segurança alimentar e nutricional do país. As últimas Conferências de Segurança Alimentar e as plenárias do CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, apontam a necessidade do país em estimular a produção agroecológica e promover uma alimentação saudável.

O CONSEA juntamente com o CONDRAF (Conselho Nacional Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar), o Conselho Nacional da Juventude, entre outros movimentos e organizações, vem indicando que a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica é oportuna para a inclusão produtiva, para a valorização do jovem e da mulher e para a promoção da segurança e soberania alimentar.

Alguns dados estatísticos reforçam a importância econômica, ambiental e social da produção agroecológica e orgânica. Segundo o IBGE/2006, o Brasil tinha cerca de 90 mil agricultores com práticas orgânicas ou agroecológicas declaradas. Segundo a mesma instituição, são perto de 320 mil extrativistas que trabalham com produtos da biodiversidade.

Os mercados de produtos orgânicos, de alimentos saudáveis e funcionais, estão crescendo a taxas de dois dígitos no mundo e no Brasil, constituindo-se em grande oportunidade para a agricultura familiar do país. Estima-se que o consumo de orgânicos cresce perto de 20% nos mercados interno e externo. No Brasil, em 2010 foram comercializados cerca de R\$ 400 milhões de reais no mercado interno e perto de US\$ 5 bilhões no mercado externo.

Nesse sentido, a presente chamada pública visa incrementar, fortalecer e difundir os sistemas de produção agroecológica, orgânica e o agroextrativismo sustentável para as unidades familiares tendo como objetivo a segurança alimentar, a melhoria de renda capaz de produzir a autonomia econômica, social e organizativa, de forma a ampliar a inserção desses agricultores no mercado e ampliar a oferta de alimentos seguros para a sociedade.

Os serviços de ATER a serem contratados deverão seguir as orientações e princípios estabelecidos pela Lei 12.188, de 11 de janeiro de 2010 que institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) e estabelece as bases para a execução do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PRONATER).

2. OBJETO

2.1. “Seleção de entidades para prestação de serviços de ATER destinado a famílias de agricultores/as visando consolidar e ampliar processos de promoção da agroecologia existentes, para promoção do desenvolvimento local/territorial e de seus processos organizativos, considerando seus diferentes processos de transição e as diretrizes da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PNAPO.”

3. ENTIDADES EXECUTORAS

3.1. Poderão participar desta chamada pública as instituições públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos, credenciadas na Unidade Federativa em que pretendem prestar o Serviço, na forma da Lei nº. 12.188 de 11 de janeiro de 2010, do Decreto nº. 7.215 de 15 de junho de 2010 e da Portaria MDA nº 35 de 16 de junho de 2010;

3.2. Para contratação, as instituições selecionadas deverão estar cadastradas e em situação regular perante o Sistema de Cadastramento de Fornecedores – SICAF, conforme a IN MPOG nº. 02/2010.

4. PÚBLICO BENEFICIÁRIO

4.1. Serão beneficiárias do objeto desta chamada pública 9.860 Unidades Familiares de Produção - UPF da agricultura familiar¹ que já desenvolvem a produção agroecológica ou estão em transição;

4.2. Na execução de todas as atividades contratadas os (as) jovens e mulheres devem ser considerados beneficiários ativos;

4.3. Não serão beneficiários desta Chamada Pública os agricultores e agricultoras familiares assistidos por convênios, contratos de repasse e contratos

1- Esta Chamada Pública prevê como unidade de atendimento a Unidade de Produção Familiar (UPF), detentora de Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), que pode ser representada por qualquer um de seus integrantes, desde que maior de 16 anos, portador de CPF e que seja identificado durante a atividade de Diagnóstico. Nesta chamada pública consideram-se:

a) a definição de agricultor familiar conforme o art. 3º da Lei 11.326, de 24 de julho de 2006;

b) a Declaração de Aptidão ao Pronaf como o instrumento que comprova a qualidade de beneficiário da Lei de ATER, conforme o art. 5º da Lei 12.188/2010;

c) a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) como instrumento que representa a Unidade de Produção Familiar (UPF) e seus integrantes, conforme o art. 3º da Portaria MDA nº 17 de 23 de março de 2010;

d) Entende-se como jovem os homens e as mulheres de idade entre 16 a 29 anos de acordo com as regras para acesso à Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), como o instrumento que comprova a qualidade de beneficiário da Lei de ATER, conforme o art. 5º da Lei 12.188/2010;

administrativos de ATER vigentes e celebrados pelo DATER/SAF/MDA e INCRA. Mediante formalização ao MDA, em formulário próprio, os beneficiários assistidos por outros contratos e convênios de ATER poderão optar por participação no contrato oriundo dessa chamada pública, no prazo de 12 meses desde o início da execução;

- 4.4. Até o final do 1º ano deverá ser atingido, no mínimo, 40% do público total do lote e 100% até o final do 2º ano;
- 4.5. Pelo menos 30% dos recursos deverão ser destinados a atividades específicas com as mulheres rurais;
- 4.6. O público beneficiário deverá observar uma participação de, no mínimo, 50% de mulheres no total de beneficiários do contrato, ao longo dos 36 meses;
- 4.7. Poderão ser incluídas famílias ao longo do contrato como público beneficiário, até o final do segundo ano, respeitando o número total previsto no lote. Até esse prazo também pode haver a substituição de beneficiários desistentes por novas famílias;
- 4.8. No caso do público beneficiário ser substituído, não poderá exceder o limite de 25% do total previsto no lote. Nesse caso, os beneficiários substitutos deverão receber todas as atividades individuais até então recebidas pelos beneficiários substituídos, às custas da contratada;
- 4.9. São considerados público dessa chamada pública os assentados de reforma agrária e os agroextrativistas em RESEX.

4.9.1. O MDA/INCRA orienta que no atendimento aos beneficiários assentados de reforma agrária deve-se buscar abranger todas as UPFs do assentamento, respeitando o direito de escolha de cada família, seu perfil produtivo e sua possibilidade de inserção em modelos de transição agroecológicos.

5. ÁREA GEOGRÁFICA DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 5.1. Os Municípios dos Estados das Regiões Sudeste e Sul que serão atendidos foram agrupados em Lotes, considerando aspectos regionais e a existência de processos organizativos do público da agricultura familiar envolvido na promoção da agroecologia, além de critérios de proximidade, área, número de agricultores familiares e a existência de organizações econômicas da agricultura familiar (cooperativas com DAP jurídica),

conforme os quadros constantes do Anexo I;

5.2. As entidades executoras de ATER poderão apresentar propostas técnicas distintas para cada um dos lotes a que pretendam concorrer, atendendo aos requisitos previstos nesta Chamada Pública;

5.3. Poderão ser inseridos municípios limítrofes aos municípios do lote, ou que estejam dentro do território, desde que não ultrapasse 20% das famílias beneficiárias do lote. A inserção de novos municípios deverá ser devidamente justificada pela entidade e aprovada pelo MDA, mediante termo aditivo.

6. ATIVIDADES CONTRATADAS

6.1. As atividades a serem contratadas têm sua execução prevista em 03 anos (36 meses) e são divididas em dois tipos:

a. Pré-fixadas:

✓ Reuniões de Articulação com Parceiros;

b. Variáveis:

✓ Mobilização e Seleção das Famílias;

✓ Reuniões Iniciais com as Famílias Selecionadas;

✓ Caracterização das UPF;

✓ Atualização da Caracterização das UPF no 2º e 3º anos;

✓ Diagnóstico;

✓ Planejamento Inicial;

✓ Atividades para Construção do Conhecimento;

✓ Avaliação e Planejamento Anual;

✓ Avaliação Final;

6.2. As atividades Pré-fixadas são de caráter individual e/ou coletivo e estão detalhadas no ANEXO II;

6.3. As atividades Variáveis são de caráter individual e/ou coletivo e estão detalhadas no ANEXO III. Tais atividades poderão ter duração variável, conforme tabela abaixo:

Tipo de atividade	Duração da Atividade (horas)
INDIVIDUAIS	02
	03
	04

Tipo de atividade	Duração da Atividade (horas)
COLETIVAS	08
	16
	24

- 6.4. As atividades Pré-fixadas e Variáveis serão obrigatoriamente executadas pela contratada;
- 6.5. O “Planejamento Inicial” deverá prever o tipo, quantidade, metodologia, tempo de duração, cronograma de execução e indicadores de monitoramento das seguintes atividades: “Atividades para Construção do Conhecimento”, “Avaliação e Planejamento Anual” e “Avaliação Final”, que serão realizadas até o final do contrato, e deverá ser apresentado e analisado pelo MDA;
- 6.6. O “Planejamento Inicial” também deverá conter a proposta das ações específicas para as mulheres, de apoio e fomento à produção agroecológica das agricultoras; beneficiamento e acesso a mercados; acesso a políticas públicas; além de atividades de formação sobre desigualdades de gênero;
- 6.7. Cada família beneficiária deverá receber, no mínimo, 40h por ano entre atividades coletivas e individuais, com duração variável;
- 6.8. Todas as atividades coletivas, com duração pré-fixada ou variável, podem ser agrupadas de forma a compor grupos maiores, conforme a realidade local. Nestes casos, para fins de liquidação de despesa, devem ser apresentados os atestes considerando o mínimo de 5 e o máximo de 35 beneficiários/as por atividade;
- 6.9. As atividades de mobilização e articulação, junto ao público beneficiário e a organizações parceiras, para viabilizar o acesso à DAP, poderão ser realizadas em qualquer momento ao longo do período de execução do contrato, até o final do 2º (segundo) ano, dentro do limite de atividades previsto nessa chamada pública;
- 6.10. Todas as atividades realizadas exigirão sistematização de dados e elaboração de documentos em meio eletrônico, utilizando softwares e equipamentos eletrônicos indicados pelo MDA, quando for o caso;
- 6.11. O total de beneficiários/as por lote poderá ser atingido até o final do 2º (segundo) ano, considerando a margem de 25% para supressão ou acréscimo, conforme estabelece o artigo 65, parágrafo primeiro da Lei 8.666/93.

7. PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 7.1. O prazo para a execução dos serviços será de 36 meses, tendo o contrato, um período de vigência de 40 meses;
- 7.2. Alterações no cronograma de execução física serão realizadas mediante Termos Aditivos ao contrato;
- 7.3. O prazo de execução e de vigência dos contratos poderá ser prorrogado nos termos do Art. 57 da Lei 8.666/93.

8. APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 8.1. A proposta técnica deve conter obrigatoriamente todos os itens descritos no “Roteiro para Elaboração da Proposta” (Anexo VIII), com seu respectivo detalhamento, tendo como referência o objeto desta chamada;
- 8.2. A proposta técnica deverá conter a metodologia, o tempo de duração e o cronograma de execução das seguintes atividades: “Reuniões de Articulação com Parceiros”; “Mobilização e Seleção das Famílias”; “Reuniões Iniciais com as Famílias Seleccionadas”; “Caracterização das UPF”; “Diagnóstico” e “Planejamento Inicial”;
- 8.3. A proposta técnica também deverá conter as estratégias e metodologias a serem utilizadas pela proponente para alcançar o objeto do contrato;
- 8.4. Somente serão aceitas propostas técnicas contendo o número do credenciamento da entidade no SIATER;
- 8.5. Todas as informações declaradas na proposta técnica serão conferidas por meio dos documentos comprobatórios, e devem fazer parte da proposta técnica. A ausência de meios comprobatórios pode ensejar perda de pontuação.

9. VALOR DA CHAMADA PÚBLICA

- 9.1. O valor total da chamada pública é de R\$ 47.803.818,50 (quarenta e sete milhões, oitocentos e três mil, oitocentos e dezoito reais e cinquenta centavos);
- 9.2. Os pagamentos pela execução das atividades contratadas ocorrerão a cada trinta dias, com valor proporcional aos serviços executados no referido período, mediante apresentação do relatório de execução dos serviços contratados, conforme Art. 23º da Lei nº. 12.188/2010;

9.3. O valor detalhado dos serviços encontra-se no Anexo VI.

10. QUALIFICAÇÃO E COMPOSIÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA

- 10.1. A entidade contratada deve dispor, para a execução dos serviços, de equipes compostas por técnicos de nível médio e superior, com formação multidisciplinar, a fim de atender aos princípios da Lei 12.188/10 e o contido no art. 6º do Decreto nº 7.215/10;
- 10.2. Cada equipe será composta por um (a) Coordenador(a) de nível superior para um grupo de até 15 técnicos (as);
- 10.3. A equipe técnica deve ser composta por no mínimo 30% de mulheres;
- 10.4. A entidade deve apresentar proposta técnica contendo o currículo dos/as coordenadores/as e perfil da equipe técnica da seguinte forma:
 - a. Currículo do/a(s) coordenador/a(es/as), conforme modelo constante do Anexo IV , com cópia das devidas comprovações;
 - b. Tabela com o Perfil da Equipe Técnica, conforme modelo constante do Anexo V.
- 10.5. Após a publicação do resultado da chamada, as entidades vencedoras serão convocadas a apresentar a documentação para formalização do contrato e os currículos dos profissionais da equipe técnica que irão compor a equipe. Esses currículos deverão ser totalmente compatíveis com os apresentados no perfil da equipe da proposta técnica apresentada;
- 10.6. A proposta deverá apresentar a ação da Assessoria Técnica durante todo o período do contrato, cujo perfil será definido de acordo com a demanda identificada pela entidade, podendo ser contratado um ou mais assessores(as), inclusive para atividades pontuais. Os currículos dos/as assessores/as técnicos/as serão enviados para análise do MDA, conforme modelo constante no anexo IV.
- 10.7. É vedada a redução do quantitativo de profissionais e a modificação do perfil da equipe técnica (inclusive coordenadores(as)) que resulte em pontuação inferior no Bloco 3 dos critérios de seleção (anexo X) e a redução da porcentagem de mulheres apresentadas na equipe técnica constante da proposta. Qualquer alteração de membros da equipe (inclusive coordenadores(as)) do projeto

deverá ser autorizada pelo MDA, mediante apresentação de currículos equivalentes;

- 10.8. Para apresentação de propostas com número de técnicos(as), exceto coordenadores e assessores, superior ao mínimo exigido nesta chamada pública, deverá ser mantido, no mínimo, a relação Coordenador(a) – Técnicos(as) conforme item 10.2;
- 10.9. É facultativa a participação de agricultores(as) formadores(as) na equipe técnica. Quando apresentados(as), esses(as) agricultores(as) poderão substituir profissionais de nível médio da equipe técnica;
- 10.10. Para executar as atividades a serem contratadas, será necessária uma equipe técnica (exceto coordenadores(as) e assessores(as)) composta por técnicos(as) de nível médio e superior, obedecendo a proporção de, no mínimo, 01 técnico/a de nível superior para 04 técnicos/as de nível médio;
- 10.11. Dentre os técnicos/as de nível superior (exceto coordenadores(as) e assessores(as)), deve ser obedecida a proporção de, no mínimo, 1 técnico(a) da área de Ciências Agrárias para 02 técnicos(as) de outras áreas, conforme relação de áreas de conhecimento do anexo IX.
- 10.12. A relação máxima de técnicos de campo (exceto coordenadores e assessores) por beneficiários encontra-se na tabela abaixo:

Região	Relação de técnicos/família
Sul	1 técnico para cada 80 a 100 famílias
Sudes	1 técnico para cada 80 a 100 famílias

10.13. Perfil do(a) Coordenador(a)

- ✓ Obrigatória formação de nível superior;
- ✓ Obrigatória experiência comprovada em Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) em processos de desenvolvimento local, educação popular e promoção da agroecologia;
- ✓ Experiência em gestão de projetos e coordenação de equipes e metodologias participativas de construção do conhecimento agroecológico;
- ✓ Capacidade de planejar e coordenar eventos; solucionar problemas, mediar processos decisórios; iniciativa e dinamismo;
- ✓ Experiência com instrumentos e ferramentas de planejamento estratégico;

- ✓ Experiência na implementação de políticas públicas para agricultura familiar;
- ✓ Preferencialmente ter experiência profissional em ATER nos municípios do lote da chamada nos últimos 3 (três) anos;
- ✓ Preferencialmente ter experiência profissional em ATER com abordagem de gênero;
- ✓ Preferencialmente ter experiência em mobilização juvenil e em Políticas Públicas para Juventude Rural.

10.14. Atribuições dos Coordenadores(as)

- ✓ Coordenar, acompanhar e monitorar os trabalhos da equipe técnica em todas as etapas de execução do projeto;
- ✓ Coordenar e supervisionar a organização, manutenção e atualização do banco de dados do projeto;
- ✓ Coordenar reuniões de planejamento e de trabalho da equipe técnica do projeto;
- ✓ Elaborar um plano de capacitação da equipe técnica de acordo com a demanda do “Planejamento inicial” e da “Caracterização das UPF”, e coordenar a sua execução;
- ✓ Articular oportunidades de fortalecimento dos empreendimentos econômicos dos agricultores familiares no âmbito da atuação do projeto;
- ✓ Articular ações junto a gestores/as públicos/as, agentes financeiros, instituições de pesquisa e organizações parceiras para aprimorar os processos de produção, fortalecer a organização produtiva e ampliar o acesso a mercados e às políticas públicas para a agricultura familiar;
- ✓ Interlocução e articulação com o MDA, quando necessário;
- ✓ Apoio metodológico e operacional à equipe técnica;
- ✓ Coordenar e supervisionar o envio de dados aos sistemas informatizados;
- ✓ Coordenar e supervisionar os documentos gerados pelo contrato (Atestes, relatórios, materiais sistematizados, etc);
- ✓ Acompanhar os processos de sistematização, documentação e publicação de materiais formativos e de divulgação.

10.15. Atribuições dos Assessores Técnicos

- ✓ Assessorar a equipe técnica em temas ou processos específicos de acordo

com as demandas identificadas ao longo da execução do projeto;

- ✓ Atuar como facilitador em atividades coletivas em temas centrados em sua formação acadêmica e profissional;
- ✓ Prestar consultoria, em sua área de conhecimento, na elaboração de projetos, planos, propostas e estudos para subsidiar o trabalho das equipes técnicas;
- ✓ Prestar consultoria e atuar como facilitador, na sua área de conhecimento, para maior conhecimento e aplicação de políticas públicas aptas ao público beneficiário do contrato;
- ✓ Analisar de forma quantitativa e qualitativa as informações geradas na execução dos contratos (Diagnóstico, Plano Comunitário, Plano da UPF, Avaliações, etc.);
- ✓ Desenvolver material didático e informativo em sua área de conhecimento para uso das equipes técnicas;
- ✓ Apoiar os processos de sistematização e comunicação das experiências agroecológicas e das ações e resultados do projeto, para a promoção da agroecologia junto ao público da agricultura familiar, gestores/as públicos/as, organizações parceiras, consumidores/as etc.

10.16. Perfil dos Profissionais da Equipe Técnica Multidisciplinar

- ✓ Obrigatoriamente, 1/3 da equipe técnica (fora coordenadores e assessores técnicos) com formação de nível médio ou superior em ciências agrárias;
- ✓ Preferencialmente possuir experiência comprovada em Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) com enfoque agroecológico nos últimos 3 anos;
- ✓ Preferencialmente ter experiência profissional em ATER com abordagem de gênero;
- ✓ Preferencialmente ter experiência em mobilização juvenil e conhecimento nas políticas públicas para a Juventude Rural;
- ✓ Preferencialmente ser formado em instituições ou centros familiares de formação por alternância, e de escolas e institutos que promovem a educação do campo;
- ✓ Preferencialmente ter experiência com gestão e organização da produção e comercialização nos últimos 3 anos;
- ✓ Conhecimento dos agroecossistemas e de técnicas e práticas de produção agroecológica de acordo com os municípios em que está inserido o lote;
- ✓ Conhecimento em métodos e metodologias participativas de construção do conhecimento agroecológico (planejamento, monitoramento e avaliação de

projetos);

- ✓ Conhecimento das políticas públicas para a agricultura familiar;
- ✓ Habilidade operacional em sistemas de informática (Word, Excel, internet, entre outros);

10.17. Atribuições dos Profissionais da Equipe Técnica Multidisciplinar

- ✓ Mobilizar e identificar os agricultores e/ou agricultoras que desenvolvam experiências agroecológicas ou potenciais a serem atendidos pelo projeto;
- ✓ Apoiar os processos de construção do conhecimento agroecológico a partir das experiências concretas desenvolvidas por agricultores e agricultoras em seus agroecossistemas;
- ✓ Realizar a sistematização das atividades executadas, bem como a sistematização de experiências que possam subsidiar o processo de construção do conhecimento agroecológico;
- ✓ Realizar atividades de articulação local junto a gestores/as públicos/as, agentes financeiros, instituições de pesquisa e organizações parceiras para aprimorar os processos de produção, fortalecer a organização produtiva e ampliar o acesso a mercados e às políticas públicas para a agricultura familiar;
- ✓ Participar de reuniões de planejamento e de trabalho da equipe do projeto.

OBSERVAÇÃO : A proposta técnica deverá demonstrar de forma clara e justificável a escolha dos profissionais apresentados (coordenadores/as e técnicos/as), considerando a realidade regional, as demandas da agricultura familiar e a metodologia a ser adotada pela entidade.

10.18. Agricultor(a) formador(a)

- ✓ Dentro da equipe técnica e conforme metodologia apresentada na proposta técnica a entidade poderá apresentar a atuação de Agricultores/as Formadores/as no trabalho de ATER.
- ✓ A presença desse/a profissional deverá respeitar um limite de, no máximo, 30% do total da equipe de técnicos/as de campo do lote.
- ✓ A proposta técnica deverá apresentar claramente os momentos e ações desses(as) agricultores(as) de forma que seja possível a mensuração de suas atividades, devidamente atestadas por esses(as) e pelos(as) beneficiários.
- ✓ O trabalho desses(as) agricultores(as) formadores(as) quando ocorrer, substitui o ateste do/a técnico/a com formação acadêmica na equipe.

10.19. Perfil do Agricultor(a) Formador(a)

- ✓ Experiência em atividades de ATER, experiência na produção agroecológica, orgânica ou no agroextrativismo sustentável;
- ✓ Experiência em espaços e fóruns de gestão e controle social.

10.20. Atribuições do Agricultor(a) Formador(a)

- ✓ Mobilizar e identificar os agricultores e/ou agricultoras que serão atendidos pelo projeto ou que desenvolvem experiências agroecológicas;
- ✓ Desenvolver, aplicar e consolidar, em conjunto com os/as agricultores/as familiares soluções planejadas pela comunidade referentes à produção agroecológica nas unidades produtivas familiares;
- ✓ Assessorar os/as agricultores/as familiares na organização da produção e no acesso a mercados;
- ✓ Participar e organizar atividades de “intercâmbio” entre UPF’s;
- ✓ Participar de reuniões de planejamento e de trabalho da equipe do projeto;
- ✓ Realizar atividades de articulação local junto a gestores/as públicos/as, agentes financeiros e organizações parceiras para fortalecer os processos de organização produtiva e ampliar o acesso a mercados e às políticas públicas para a agricultura familiar.

10.21. A equipe técnica contratada deverá ter disponibilidade de deslocamento para atender as atividades estabelecidas no projeto;

10.22. Haverá uma formação inicial promovida pelo MDA para dar orientações sobre os procedimentos para a execução física e financeira dos contratos, bem como sobre as políticas públicas para a agricultura familiar, diretrizes da PNATER, a pedagogia de ATER e sistemas informatizados a serem utilizados, entre outros temas;

10.23. Está prevista a realização de um processo de atualização da equipe técnica, que será realizada pela entidade contratada, com acompanhamento do MDA, de acordo com as demandas identificadas pela equipe na execução das atividades;

10.24. O valor dos recursos para deslocamento, hospedagem e alimentação da equipe técnica para a formação inicial e atualização da equipe técnica está previsto nesta Chamada Pública, no item “Administração”;

11. METODOLOGIA, ABORDAGEM E PROPOSTA PEDAGÓGICA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

- 11.1. A metodologia para a ação da Ater pública deve seguir os princípios, objetivos e diretrizes das Política Nacional de ATER – PNATER, da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica;
- 11.2. Pretende-se com esta Chamada Pública de Ater contemplar a diversidade da agricultura familiar, incluindo os/as beneficiários/as da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais, considerando que a base para a promoção da agroecologia são os processos de desenvolvimento local, protagonizados pelos/as agricultores/as familiares inseridos/as em seus territórios²;
- 11.3. Nesta proposta, tanto os/as agricultores/as como suas organizações têm papel fundamental nos processos de desenvolvimento local e de promoção da agroecologia e, portanto, serão priorizadas metodologias participativas de construção do conhecimento agroecológico;
- 11.4. Sendo assim, a entidade poderá prever na proposta técnica, a atuação de agricultores/as formadores/as, tanto em atividades coletivas quanto individuais, para a realização de processos de articulação e mobilização locais, apoio nos processos de experimentação e construção do conhecimento agroecológico e sistematização de experiências. A atuação dos(as) agricultores(as) formadores(as), quando ocorrer, poderá ser atestada pelo/a técnico/a com formação acadêmica na equipe;
- 11.5. Do ponto de vista metodológico a Chamada de Agroecologia busca apoiar organizações que atuam na construção do conhecimento agroecológico, rompendo com a lógica do extensionismo difusionista que tem como base a Ater individual, em que os/as técnicos/as são os/as detentores/as do conhecimento e das soluções técnicas que serão transmitidas aos agricultores/as;
- 11.6. Para promover a agroecologia é fundamental a construção de estratégias para a soberania e segurança alimentar, que garantam a produção de alimentos e demais produtos da sociobiodiversidade para o autoconsumo e para a comercialização.

² O conceito de território adotado por esta chamada não está limitado ao conceito de território adotado pelo MDA por meio da Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT/MDA. Para efeito desta chamada, um território pode ser uma comunidade ou conjunto de comunidades, um município ou conjunto de municípios, uma microrregião, uma microbacia, um território rural ou da cidadania.

Neste sentido é fundamental o apoio à criação e ampliação de bancos e casas de sementes comunitárias e familiares, com ênfase em variedades crioulas e espécies florestais nativas, como estratégia de conservação do patrimônio genético. As estratégias de comercialização devem privilegiar circuitos curtos, dinamizando as redes locais de economia solidária e o acesso às políticas de comercialização para os mercados institucionais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE);

- 11.7. Para promover a agroecologia no semiárido busca-se, com esta chamada, estimular e fortalecer as estratégias de convivência com a seca, que tenham como foco o estoque de água para produção de alimentos e beneficiamento da produção, a criação de bancos de produção de proteínas e forragens para os animais e de bancos de sementes para garantir a autonomia das famílias;
- 11.8. Para promover a igualdade de gênero, a metodologia deverá reconhecer e favorecer o protagonismo das mulheres na produção, gestão e comercialização, estimulando e apoiando processos de auto-organização e autonomia econômica, bem como o acesso às políticas públicas. Além disso, deverá valorizar os conhecimentos existentes e reconhecê-las como participantes ativas da economia rural, garantindo a sua participação efetiva nas decisões, considerando os conteúdos demandados pelas próprias mulheres;
- 11.9. Propostas técnicas devem conter, obrigatoriamente, atendimento mínimo de 50% de mulheres rurais no total do público beneficiário e garantir que, pelo menos, 30% dos recursos sejam destinados à atividades específicas para as mulheres rurais. Deste modo, espera-se qualificar a sua participação nos processos de desenvolvimento local e de promoção da agroecologia, contribuindo para a maior autonomia pessoal, política e econômica das mulheres rurais. As atividades de ATER não devem reforçar o papel tradicional das mulheres na unidade doméstica e deverão considerar horários adequados e flexíveis em função das demais atividades exercidas pelas mulheres;
- 11.10. A participação de jovens também deverá ser estimulada em todas as atividades, visando incorporar suas demandas aos processos de formação e articulação desenvolvidos no projeto. Com isso busca-se estimular a implementação de projetos que contribuam com a participação destes(as) jovens na produção, gestão, comercialização e no acesso às políticas públicas;
- 11.11. Com base nesses princípios metodológicos, a proposta técnica a ser

apresentada pela entidade deverá descrever a metodologia que utilizará no decurso do contrato em cada atividade, com foco no perfil do público beneficiário e contendo de forma expressa a inclusão das mulheres e jovens no desenvolvimento nas atividades, devidamente fundamentada.

12. ENCAMINHAMENTO DAS PROPOSTAS

12.1. As propostas deverão ser enviadas atendendo ao previsto nesta chamada pública no prazo de até 30 (trinta) dias a contar da publicação do extrato da presente Chamada Pública no Diário Oficial da União e no sítio eletrônico do MDA e do INCRA;

12.2. Deverão ser encaminhadas via SEDEX ou outros serviços de postagem de entrega rápida que permitam rastreamento, ou entregues diretamente no protocolo do MDA, devidamente lacradas e identificadas, seguindo obrigatoriamente o modelo abaixo:

Chamada Pública de ATER nº 13/2013 - republicação
Nº. do Lote ao qual a proposta técnica concorre
A/C Sr. Argileu Martins da Silva – DATER/SAF/MDA
Setor Bancário Norte – SBN, Quadra 1
Edifício Palácio do Desenvolvimento, 6º Andar, sala 603
Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural
CEP 70057-900 - Brasília/DF

12.3. As propostas somente serão abertas e analisadas após o 31º dia a contar da publicação do extrato da presente Chamada Pública no Diário Oficial da União e no sítio eletrônico do MDA e do INCRA;

12.4. O roteiro obrigatório para a elaboração da proposta técnica está no Anexo VIII;

12.5. Os esclarecimentos acerca desta Chamada Pública poderão ser feitos por meio dos contatos abaixo:

DATER/SAF Tel. (61) 2020.0933

INCRA Tel (61) 3411.7255/7655

E-mail: chamadas@mda.gov.br

13. CRITÉRIOS OBJETIVOS PARA A SELEÇÃO DA ENTIDADE

13.1. Encerrado o prazo estabelecido para recebimento das propostas, o MDA fará a análise inicial quanto ao enquadramento das propostas nos termos desta Chamada. As propostas habilitadas serão analisadas por uma câmara técnica,

composta pela equipe técnica do MDA e INCRA. A avaliação das propostas será realizada em duas etapas, análise documental e análise técnica.

13.2. Etapas de Seleção

13.2.1 Etapa I: Análise Documental (etapa eliminatória)

Esta etapa, de caráter eliminatório, utilizará como critérios os itens a seguir discriminados. O não atendimento a qualquer um deles acarretará na eliminação da proposta:

- ✓ Encaminhamento da proposta no prazo estabelecido;
- ✓ Habilitação da proponente conforme descrito no item 3;
- ✓ Envio da proposta técnica que contemple **TODOS** os itens do Roteiro de Projeto (anexo VIII).

13.2.2 Etapa II: Análise Técnica (classificatória e eliminatória)

Esta etapa tem caráter eliminatório e classificatório. As propostas aprovadas na Etapa I serão avaliadas conforme:

- ✓ Experiência da entidade na execução de atividades de ATER com enfoque agroecológico, e/ou na produção orgânica e/ou no agroextrativismo, nos últimos 15 anos (Bloco 1);
- ✓ Qualidade da proposta técnica (Bloco 2);
- ✓ Experiência e composição da equipe técnica que executará o serviço contratado e da estrutura física da entidade (Bloco 3).

13.3. A classificação das entidades será feita de acordo com a pontuação obtida nos critérios objetivos apresentados no anexo X. Será selecionada em primeiro lugar a proposta classificada que obtiver maior pontuação, que será contratada de acordo com a disponibilidade orçamentária para esta Chamada Pública.

13.4. Em caso de empate:

Serão considerados como critérios de desempate, na ordem:

- Maior pontuação no bloco de avaliação 1
- Maior pontuação no bloco de avaliação 3
- Maior pontuação no bloco de avaliação 2

SERÃO ELIMINADAS AS PROPOSTAS QUE :

- Não atenderam a qualquer um dos itens da etapa I (Encaminhamento da proposta no prazo estabelecido, habilitação da proponente conforme descrito no item 3 e envio da proposta técnica que contemple **TODOS** os itens do Roteiro de Projeto ANEXO VIII).
- Não obedecerem as exigências previstas nesta Chamada Pública;
- Não apresentar previsão para atendimento de, no mínimo, 50% de mulheres rurais sobre o número de beneficiários total;
- Obterem pontuação final inferior a 50% do total de pontos;
- Não apresentação do número de credenciamento na proposta;
- Apresentarem composição da equipe técnica inferior aos limites mínimos exigidos nessa Chamada Pública (Item 10.11);
- Apresentarem equipe técnica que não apresente mínimo de 30% de mulheres na composição da equipe técnica total;
- Não apresentação dos currículos dos coordenadores conforme modelo do anexo IV;
- Não apresentação do perfil individual de todos os membros da equipe técnica (fora coordenadores e assessores) conforme modelo do anexo V;
- Não apresentação do cronograma de execução;
- Não apresentação do quantitativo mínimo de coordenadores e assessores em proporção ao estabelecido no Item 10.11, e caso haja aumento da equipe técnica a não preservação da proporção de até um coordenador para até 15 técnicos de campo (exceto coordenadores e assessores);
- Não apresentação do quantitativo mínimo de técnicos (fora coordenadores e

assessores) conforme estabelecido no Item 10.11;

- Proposta que não apresentar o número mínimo de profissionais com curso superior e de ciências agrárias na proporção exigida;
- Proposta técnica que apresente coordenadores que não atendam aos requisitos obrigatórios do item 10.13;
- Proposta técnica que apresente profissionais da equipe técnica que não atendam aos requisitos obrigatórios do item 10.16;
- Obterem pontuação menor que 30% da pontuação do bloco 2.
- Não apresentação da metodologia, quantitativo e cronograma de execução para cada uma das atividades pré-fixadas;
- Não apresentação da metodologia, quantitativo e cronograma de execução para cada uma das atividades selecionáveis de: mobilização e seleção de famílias, reuniões iniciais com as famílias selecionadas, diagnóstico e planejamento inicial no 1º ano de execução;
- Não observar o período de realização de cada uma das atividades conforme detalhado nos anexos II e III.

14. DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

14.1. O resultado desta Chamada Pública será publicado no sitio eletrônico do MDA e do INCRA em até 30 dias após o encerramento do recebimento das propostas.

14.2. As entidades terão um prazo de 15 dias, a contar da data de publicação dos resultados, para apresentação de recurso contra o resultado da análise das propostas, não sendo aceitos recursos fora do prazo estipulado.

15. IMPUGNAÇÃO DA CHAMADA

15.1. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar chamada pública por irregularidade na aplicação da Lei nº 12.188/2010, devendo protocolar o pedido até 10 (dez) dias após a publicação do Aviso de Chamamento Público no Diário Oficial da União.

16. VALIDADE DAS PROPOSTAS

16.1. A Administração poderá convocar a entidade executora selecionada em primeiro lugar para assinar o contrato dentro do prazo de validade da proposta, que será de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data da divulgação do resultado da seleção;

16.2. A entidade selecionada deverá apresentar, quando convocada para formalizar o contrato, a documentação relativa à sua regularidade fiscal e outros documentos solicitados pelo MDA, no prazo máximo de até 15 (quinze) dias, prorrogável uma vez por igual período, desde que justificado o motivo do atraso e aceito pelo MDA;

16.3. Decorrido o prazo concedido, poderá ser convocada a proposta seguinte, obedecida à ordem de classificação.

17. CASOS OMISSOS E SITUAÇÕES NÃO PREVISTAS

17.1. Para solucionar casos omissos e situações não previstas nesta Chamada Pública, deverá ser encaminhado expediente ao Diretor do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural, DATER/SAF/MDA, para os devidos esclarecimentos.

Valter Bianchini
Secretário de Agricultura Familiar – MDA

César Fernando Schiavno Aldrighi
Diretor de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento - INCRA